

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
ORLANDA RODRIGUES FERNANDES

**Uberlândia Impressa: a década de 1960 nas páginas de jornal**

UBERLÂNDIA

2008

ORLANDA RODRIGUES FERNANDES

**Uberlândia Impressa: a década de 1960 nas páginas de jornal**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia como requisito para obtenção do título de Mestre em História

Área de concentração: História Social

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Dilma Andrade de Paula

UBERLÂNDIA

2008

Orlanda Rodrigues Fernandes

UBERLÂNDIA IMPRESSA: A DÉCADA DE 1960 NAS PÁGINAS DE JORNAL

Banca examinadora

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Dilma Andrade de Paula (Orientadora) – UFU - MG

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Letícia Correia (Banca Examinadora) – FFP/UERJ - RJ

---

Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida (Banca Examinadora) - UFU - MG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

2008

## AGRADECIMENTOS

Inúmeras pessoas são importantes em nossas vidas. Algumas marcam de forma especial por sua presença em momentos como o da elaboração de uma dissertação, quando precisamos de apoio e temos pouquíssima atenção e tempo para recompensá-las.

Agradeço, primeiramente, aos meus avós Manoel e Amélia por acreditarem em mim, respeitando e apoiando minhas escolhas profissionais independentemente do reconhecimento e retorno financeiro que minha profissão possa me trazer e aos meus pais - Maria de Lourdes e Antonio – e irmão - Rafael - que compreenderam a minha distância.

À professora Doutora Dilma Andrade de Paula, agradeço por ser mais que uma orientadora, uma amiga com a qual tive a liberdade de dividir alguns momentos difíceis, não esquecendo que para além do pesquisador e da dedicação existe um ser humano com muitas outras necessidades.

Aos queridos Marta Putini, Geraldo Romano, Alê Romano e Ormuz Sanches; Sergio Diniz Valente e sua família maravilhosa; Susan; Maria Angélica e Lucélia; Kenia e Mário, agradeço por terem se tornado minha família e dividirem este que é o meu melhor momento.

Agradeço especialmente a companhia de Rafael Mazer Ferraz por entender e aceitar todos os momentos de crise e nervosismos decorrentes deste processo de trabalho e por ter aberto mão de muitas horas em que precisava da minha presença e à minha grande amiga Luciana Gonçalves Sicchieri, que, por 17 anos, independentemente de onde estivéssemos nunca deixou de estar presente me apoiando, ainda que pelo telefone, internet, carta e com a qual ainda vou dividir muitos anos de minha vida,.

Agradeço também aos amigos que fiz durante os cursos de Graduação e Mestrado em História, com os quais convivi na Ufu, em suas salas, corredores, festas, palestras, reuniões e assembléias e aos companheiros com os quais dividi república e aprendi muito. Aqui citarei alguns que representam com qualidade o todo: Maria Gisele Peres; Juliana Lemes Inácio; Geovanna de Lourdes Alves Ramos; Leandra Ramim, Carlos Consolmagno Jr.; Adriano Garcia; Letícia Angélica; Luiza; Marcos Prado e Plínio Freitas.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia que contribuíram imensamente para o resultado deste trabalho, à secretária Maria Abadia, ao secretário da Coordenação do Curso de História João Batista e a todos os funcionários do Instituto de História.

Ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nivel Superior – CAPES-, agradeço a oportunidade de realização e o financiamento desta pesquisa respectivamente.

A todos que citei e/ou lembrei muito obrigado por dividirem comigo minha vida, minhas realizações, meu caminho.

## RESUMO

Este trabalho problematiza a luta por hegemonia por meio da análise do jornal *Correio de Uberlândia* na década de 1960. Tem como objetivo compreender como a imprensa se constitui enquanto prática social na cidade de Uberlândia refletindo sobre a memória, relevando a singularidade das relações e interesses que influenciavam o posicionamento do periódico com relação ao Regime Militar e o que isso significava na luta por hegemonia. Discute a construção deste veículo enquanto fonte de pesquisa, visto que a imprensa organiza, articula e constrói interesses, analisando o jornal enquanto parte da cidade para entender como este intervém na sociedade. Questiona-se quem são os sujeitos que constroem essa intervenção, uma vez que os projetos das diversas forças sociais são articulados pela imprensa segundo os interesses de seus proprietários, financiadores e grupos os quais representa, influenciando diretamente a produção da memória.

Palavras-chave: Memória; Hegemonia; Imprensa.

## ABSTRACT

This work puts in doubt the fight for hegemony by using the analysis of the *Correio de Uberlândia* newspaper in the 1960's. Its objective is to comprehend how the local printing press is consisted of while social practice in Uberlândia pondering over the memory, revealing the singularity of the relations and interests that influenced the way the paper used to be place according to the Militar Regime, and what it meant in the fight for hegemony. It discusses the construction of this mean of communication while being a source of research, once the printing press organizes, articulates and builds interests, analyzing the newspaper as a part of the city to understand how it intervenes in the society. It is also questioned who are the individuals who composes this intervention, once the projects of the several social powers are articulated by the press, according the interests of its owners, maintainers and groups that it represents, affecting directly the memory production.

Key Words: Memory; Hegemony; Printing press.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|               |                                                                                                                                                                   |     |
|---------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Ilustração 01 | Reportagem do jornal <i>Correio de Uberlândia</i> , 07 e 08 abr. 1964, p. 3.....                                                                                  | 42  |
| Ilustração 02 | Reportagem de capa do jornal <i>Correio de Uberlândia</i> , 02 set. 1965.....                                                                                     | 50  |
| Ilustração 03 | Reportagem de capa do jornal <i>Correio de Uberlândia</i> , 03 e 04 set. 1965.....                                                                                | 51  |
| Ilustração 04 | Propaganda no jornal <i>Correio de Uberlândia</i> , 06 jul. 1967, p. 6.....                                                                                       | 52  |
| Ilustração 05 | Reportagem do jornal <i>Correio de Uberlândia</i> , 27 e 28 ago. 1965. Coluna “Assim Pensamos”, p. 3.....                                                         | 57  |
| Ilustração 06 | Reportagem do jornal <i>Correio de Uberlândia</i> , 18 e 19 fev. 1965. Coluna “Assim Pensamos”, p. 3.....                                                         | 74  |
| Ilustração 07 | Reportagem do jornal <i>Correio de Uberlândia</i> , 04 nov. 1965. Coluna “Assim Pensamos”, p. 3.....                                                              | 92  |
| Ilustração 08 | Reportagem do jornal <i>Correio de Uberlândia</i> , 05 e 06 nov. 1965. Coluna “Assim Pensamos”, p. 3.....                                                         | 100 |
| Ilustração 09 | Reportagem da capa do jornal <i>Correio de Uberlândia</i> , 12 e 13 abr. 1964.....                                                                                | 115 |
| Ilustração 10 | Foto de protesto de estudantes em São Paulo, retirada do jornal O Estado de São Paulo e publicada no jornal <i>Correio de Uberlândia</i> , 27 e 28 set. 1966..... | 135 |

## LISTA DE TABELAS

|            |                                                                                   |     |
|------------|-----------------------------------------------------------------------------------|-----|
| TABELA I   | POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA NA CIDADE DE<br>UBERLÂNDIA EM 1960.....            | 158 |
| TABELA II  | POPULAÇÃO.....                                                                    | 159 |
| TABELA III | ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS EM<br>UBERLÂNDIA NA DÉCADA DE 1960..... | 160 |

## SUMÁRIO

|                                                                      |     |
|----------------------------------------------------------------------|-----|
| APRESENTAÇÃO.....                                                    | 11  |
| CAPÍTULO I    Memória, instrumento da disputa por<br>hegemonia?..... | 25  |
| CAPÍTULO II   Os intelectuais e a produção de<br>memória.....        | 67  |
| CAPÍTULO III   Imprensa, anticomunismo e<br>práticas correlatas..... | 109 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS.....                                            | 145 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....                                      | 152 |
| FONTES UTILIZADAS.....                                               | 157 |
| ANEXOS.....                                                          | 158 |

## APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa tem como problemática central a análise da disputa de classes por hegemonia por meio da imprensa. O jornal escrito foi utilizado como fonte de investigação, com o propósito de problematizar o posicionamento dos sujeitos que compunham o jornal *Correio de Uberlândia* na década de 1960, a fim de compreender de que forma a imprensa constitui-se enquanto prática social de sujeitos específicos na cidade de Uberlândia.

Discute-se, assim, a construção de posicionamentos e memórias, cujo intuito é disputar não apenas espaço, mas projetos de cidade e de sociedade, ou seja, a hegemonia de uma classe e seu modo de viver. A imprensa organiza tais posicionamentos articulando e construindo interesses.

Questiono quem são os sujeitos que constroem o jornal, isso porque os projetos das diversas forças sociais são articulados pela imprensa segundo os interesses de seus proprietários, financiadores e grupos que representa, influenciando diretamente a produção da memória difundida por ela. E uma análise da questão da disputa por hegemonia de determinada classe, utilizando-se da memória produzida pelo jornal, possibilitou mensurar a dimensão da intervenção dessa prática no real. Discute-se, portanto, como esta produção compõe o enredo social, problematizando sua construção.

Este estudo fez-se necessário para recuperar a singularidade das relações e interesses que influenciavam o posicionamento do jornal *Correio de Uberlândia* com relação ao Regime Militar e o que isso significava na luta por hegemonia na cidade, a fim de romper os mitos que ainda persistem, inclusive o de uma visão e apoio únicos e universais da imprensa com relação a esse Regime.

Proponho o retorno à década de 1960 para entender como o jornal *Correio de Uberlândia*, articulando interesses e projetos de cidade, posicionou-se em relação à chegada dos militares no poder e ao governo estabelecido. Isso não significa construir uma verdade histórica sobre o Regime Militar em Uberlândia, mas problematizar seus significados, conflitos ideológicos e suas construções ao longo do tempo.

O interesse por esta questão surgiu quando a imprensa local noticiava os 40 anos do Golpe de 1964. A construção das notícias comemorativas e a sua utilização na condição de fonte na sala de aula era algo que me incomodava. Isso porque os alunos da

escola onde eu lecionava<sup>1</sup>, ao serem estimulados a pensar e pesquisar sobre o que hoje analisamos como a Ditadura Militar, buscavam o jornal *Correio de Uberlândia* – com o qual se tem mais contato nesta cidade, por ser distribuído em algumas escolas – como uma fonte de memória, e interpretavam-no como verdade inquestionável.

Tal pesquisa trouxe a discussão de posicionamentos com relação ao Regime Militar anterior ao próprio aniversário de 40 anos do Golpe de 1964, uma vez que os alunos não pesquisaram apenas nas publicações do jornal do ano de 2004. Abriu-se, assim, o campo para que eu pensasse a produção de memórias enquanto instrumento de disputa, a necessidade da volta ao passado pelo historiador e sua responsabilidade diante da realidade atual:

*Proclamação da República, Revolução de 30, Golpe de 64... Em diversos momentos cruciais da vida política brasileira, lá estavam os militares prontos a atender os “anseios populares” [...] Não foi só no Brasil que isso ocorreu, mas aqui, há algo inegavelmente particular. “Os militares participaram da formação da identidade nacional” explica o coordenador do Núcleo de Análise Interdisciplinar de políticas e Estratégias (Naípe) da USP, Braz de Araújo.<sup>2</sup>*

*[...] Se durante os governos de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart os militares não ocuparam a cadeira da Presidência, tampouco estiveram longe dela. [...] No começo da década de 60, o embate sobre quem mapeava o curso da nau e quem mexia o leme intensificou-se, diz Dreifuss, uma vez que as reformas de base de Jango incompatibilizavam-se com o lema dos militares (“segurança e desenvolvimento”) e com os interesses da elite civil. [...] Das armas aos Atos institucionais, uma estrutura gigantesca foi montada para calar opositores. O “milagre econômico (que tomara o lugar das reformas de base), por sua vez ajudava a manter os brasileiros simpáticos ao regime.<sup>3</sup>*

*O ‘milagre’, entretanto não durou muito. Aliados a outros fatores, como os conflitos pelo poder dentro das Forças Armadas e pressões externas, os problemas econômicos cada vez mais evidentes fizeram crescer a insatisfação de diversos setores da sociedade e levaram generais a buscarem uma solução antes que fossem a pique. A resposta aos “anseios populares foi uma abertura lenta e gradual.<sup>4</sup>*

A pesquisa realizada pelos alunos trouxe para a sala de aula os posicionamentos supracitados sobre o que foi o Regime Militar por meio da leitura do jornal do ano de 2000. Como lidar com as generalizações, naturalizações e utilização de um núcleo de pesquisa acadêmico, se os pesquisadores são vistos por esses alunos como detentores da

<sup>1</sup> Refiro-me aos anos de 2004 e 2005 quando lecionava para a 8ª série do ensino fundamental da Escola Estadual Presidente Juscelino Kubitschek, em Uberlândia.

<sup>2</sup> MILITARES marcam presença. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 22 abr. 2000. Coluna “Opinião”, p. A-6.

<sup>3</sup> GENERAIS a um passo do poder. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 22 abr. 2000. Coluna “Opinião”, p. A-6.

<sup>4</sup> MILAGRE. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 22 abr. 2000. Coluna “Opinião”, p. A-6.

verdade e do conhecimento? E, ao mesmo tempo, como despertar o interesse do aluno sobre a importância do tema e do posicionamento dessas reportagens?

Essas foram as questões que comecei a me fazer na condição de professora e pesquisadora, entendendo que aquela construção realizada daquela forma produzia uma memória sobre a cidade. Porém, pude perceber que o que interessa ao aluno é o atual – a crise, o desemprego, a falta de oportunidade no sistema social em que se vive, a violência, o autoritarismo – e não como se deu o nascimento deste, ou mesmo o seu processo de constituição até os dias de hoje.

A compreensão parcial e, às vezes, errônea da realidade presente resulta em projeções de futuro equivocadas, o que não é capaz de despertar esperança nos mais jovens. Isso não é fruto apenas de uma superestimação do presente, mas também, como coloca Josep Fontana em seu livro *História: análise do passado e projeto social*, de uma má compreensão do passado, logo, mais que revisarmos o presente, precisamos nos voltar aos equívocos de nossas análises do passado para “redefinir o progresso humano e ajudar a construir novos objetivos para o futuro”<sup>5</sup>.

Além disso, uma visão evolucionista considera aspectos do capitalismo, tais como um governo ditatorial e militarizado, como aberrações que não se encaixam na idéia de progresso e não como manifestações inerentes ao sistema e, em muitos casos, aceitos e justificados por setores sociais. Por isso, senti necessidade de compreender o jornal onde os alunos buscam explicações para o seu presente e o que implica as respostas dadas a eles por essa fonte, que memória sobre a cidade ela ajuda a construir e seu papel na disputa por hegemonia na cidade.

Diante disso, a imprensa torna-se relevante, como coloca Beatriz Sarlo em seu livro *Tempo presente*, por oferecer significados que não podem ser encontrados em outros lugares, ou que, ao serem, como na escola e/ou no sindicato, não são aceitos como verossímeis. E isso, mais que uma crise de interpretação, reflete uma mudança das “instituições que podem emitir interpretações autorizadas”<sup>6</sup>. O vazio de significados afeta não só os estudantes, mas também os professores.

Entendo que a forma como o jornal é construído produz uma memória sobre a cidade. Nesse sentido, a produção social da memória é um campo de luta pela construção de sentidos para o presente. É interessante o caminho que Laura Antunes

---

<sup>5</sup> FONTANA, Josep. Repensar a história para reprojeter o futuro. In: \_\_\_\_\_. *História: análise do passado e projeto social*. São Paulo: EDUSC, 1998. p. 251-281.

<sup>6</sup> SARLO, Beatriz. *Tempo presente*; notas sobre a mudança de uma cultura. Buenos Aires: José Olímpio Editora, 2001. p. 59.

Maciel destaca em seu artigo sobre o desenvolvimento do telégrafo e da imprensa, bem como a produção de memórias, pensando a “*memória como um processo socialmente ativo de criação de fatos e significados que modela nossa consciência do ontem e do hoje, afirma algumas tendências, possibilidades e sujeitos, apagando outras memórias e histórias dissidentes*”<sup>7</sup>.

O jornal *Correio de Uberlândia* foi escolhido por ser hoje o de maior circulação na cidade, ajudado por sua distribuição gratuita em algumas escolas de ensino fundamental e médio num projeto onde os professores utilizam o jornal em seus trabalhos e por sua preservação no Arquivo Público de Uberlândia, no CDHIS – Centro de Documentação e Pesquisa em História – e na Biblioteca Pública Municipal de Uberlândia.

Instigou-me perceber como posicionamentos foram construídos pela imprensa da cidade, com o propósito de atingir um público maior. Tais posicionamentos passariam a fazer parte da compreensão deste público sobre o momento de enorme tensão entre as classes.

No entanto, considero aquele posicionamento outrora construído, presente ainda hoje na lembrança que se tem sobre o período. Isto se faz notar no aval que se dá ao Exército, na utilização da Polícia Militar nas ruas como maneira de resolver os problemas sociais e atingir uma *ordem* necessária, e na própria posição que determinados sujeitos têm ainda hoje. Estes ainda são encontrados no jornal, por compor interesses dentro do conjunto de relações da própria sociedade, daí a necessidade de problematizar até que ponto ainda vivemos os “resquícios” do autoritarismo que não permite realmente que todos os direitos democráticos sejam usufruídos por todos.

Foi necessário problematizar a memória produzida sobre esse período a fim de nos questionarmos sobre até que ponto o “direito” que a polícia considera ter de invadir favelas, intervir em comunidades carentes, provocando tiroteios, ou, até mesmo a entrada, nas escolas da periferia<sup>8</sup>, de funcionários armados de instituições para o abrigo

---

<sup>7</sup> MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa. 1880-1920. In: FENELON, Déa Ribeiro et al (Org.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho D'Água, 2004. p. 16.

<sup>8</sup> Refiro-me à medida aprovada em 2005 pelo Juiz da Vara de Infância e Adolescência de Uberlândia, Dr. Edson Magno, que permitia a entrada dos funcionários armados do CISAU – Centro de Integração Social do Adolescente de Uberlândia - na Escola Estadual Presidente Juscelino Kubitschek, onde eu lecionava, como forma de conscientizar os jovens sobre as punições ao menor infrator.

de menores infratores, indicam uma memória construída, inclusive sobre o autoritarismo da década de 1960.

Foi essencial problematizar, como destaca Daniel Campione ao trabalhar com a questão da hegemonia e contra hegemonia na América Latina<sup>9</sup>, os componentes consensuais da dominação, ou seja, o equilíbrio instável entre os interesses da classe dirigente – proprietária do jornal – e dos grupos subordinados, percebendo que os interesses daquela só prevalecem até certo ponto, e por meio do controle de determinadas atividades problematizadas no trabalho.

Ou seja, há que se repensar as bases de nossa sociedade, a fim de garantir uma democracia real. Além disso, a violência de certas ações como as acima citadas nos coloca o risco de re-estabelecermos o autoritarismo em nome de uma dita segurança, uma vez que legitimam um Estado poderoso que escolhe quem e onde estão os inimigos e quais as atitudes que a polícia e outras instituições devem tomar.

A imprensa articula dados da experiência posicionando-se em favor ou contra eles, porém a informação dada pelos meios de comunicação ultrapassa essa experiência formando uma “*esfera pública global e uma esfera do conhecimento*”<sup>10</sup>. E foi com sentimento de impotência diante da imprensa, de sua força e do que ela coloca como verdade, que me pareceu importante problematizar e refletir sobre sua produção e penetração na cidade, não perdendo de vista a disputa por hegemonia e a memória construída sobre o período.

Esse fato se agrava se considerarmos que a maioria dos trabalhos bibliográficos, publicados por grandes editoras, sobre a década de 1960, o Regime Militar e o governo implementado após 1964 referem-se ao eixo Rio de Janeiro-São Paulo. Produções que generalizam o momento e chegam aos alunos, muitas vezes, transmitindo a idéia de algo distante que não aconteceu em Uberlândia ou que não possuía especificidades na cidade.

Algumas produções de autores participantes do momento histórico analisado, como as obras de Zuenir Ventura<sup>11</sup>, Alfredo Sirkis<sup>12</sup> e Fernando Gabeira<sup>13</sup>, apesar de mostrarem especificidades pessoais, acabam trazendo posições muito gerais e parecidas

---

<sup>9</sup> CAMPIONE, Daniel. Hegemonia e contra hegemonia na América Latina. In: COUTINHO, Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (Org.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

<sup>10</sup> SARLO, Beatriz. *Tempo presente*; notas sobre a mudança de uma cultura. Buenos Aires: José Olímpio Editora, 2001. p. 60.

<sup>11</sup> VENTURA, Zuenir. *1968. O ano que não terminou*. 39. imp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

<sup>12</sup> SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários*. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

<sup>13</sup> GABEIRA, Fernando. *O que é isso companheiro?* 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

sobre os acontecimentos políticos de 1964 a 1985 e, de certa forma, universalizam o que foi o golpe.

O livro de Ventura, por exemplo, começa como um romance; ele parte do *réveillon* de 1968 para, então, enfatizar esse ano de uma forma ampla, não apenas nacional como internacionalmente. Destaca a produção do que ele denomina de “Cultura de Resistência” que a geração de 1960 produziu e enfatiza a transformação comportamental dessa geração.

Já a obra de Sirkis, trata de como os jovens eram atraídos para o movimento estudantil, primeiramente por lutas pela qualidade da educação e liberdade de expressão, que, com o passar do Regime Militar, foram sendo analisadas como pertencentes a algo maior e se ampliaram contra o regime; e de que maneira as organizações e partidos de esquerda começam a permear o movimento estudantil e atrair os jovens para a luta armada. Sirkis participou do movimento estudantil e da luta armada.

Gabeira também trata da luta armada em seu livro, principalmente da guerrilha urbana como maneira de viabilizar a guerrilha rural e dos seqüestros a embaixadores que libertaram inúmeros presos políticos da tortura realizada pelo Regime Militar em suas prisões.

Tais obras trazem reflexos das mudanças comportamentais e valorativas propostas pelo Regime Militar, bem como a repressão sofrida e a crueldade das torturas a partir dos membros de movimentos de contestação ao governo e filiações políticas de seus participantes, por meio da narração de fatos ocorridos no eixo Rio-São Paulo. Entretanto, ao fazê-lo não problematizam o sentido dessas mudanças, os projetos de sociedade atendidos por elas e as especificidades regionais, uma vez que não é essa a intensão da obra.

Esses livros ganham caráter de testemunhos e, por serem narrados por pessoas que viveram o período, são considerados, muitas vezes, relatos da verdade, garantidos pela riqueza dos detalhes de fatos, tais como uma determinada ação de uma organização, o seqüestro de um embaixador, ou a descrição do sentimento de estar preso, de ouvir os companheiros gritando enquanto são torturados. São relatos que têm sua importância sim, principalmente a de não deixar esses fatos perderem-se no esquecimento das pessoas que não compartilharam desses momentos, porém devem ser problematizados, pois nos dão uma sensação de exatidão de tudo o que é relatado.

Acredito que toda essa investigação – além de permitir o entendimento sobre como um jornal é construído, como a memória por ele é constituída, como isso é feito a partir de inúmeros componentes, como uma notícia se compõe dentro desse meio de comunicação e o que isso significa – oferece uma narrativa que não é unificadora e que, ao contrário das bibliografias citadas, trazem relatos que possibilitam o surgimento de diferentes versões.

O jornal, ao ser utilizado para problematizar o momento do Regime Militar, possibilitou o trabalho sobre a “aceleração” do tempo que afeta a memória e a lembrança, bem como a duração das coisas e das imagens. Recupera-se, assim, *“memórias culturais da construção de identidades perdidas ou imaginadas, da narração de versões e leituras do passado. O presente, ameaçado pelo desgaste da aceleração, converte-se, enquanto transcorre, em matéria de memória”*<sup>14</sup>.

Vivemos a cultura da velocidade e, ao mesmo tempo, da nostalgia. Esta é a contradição do momento atual, entre a memória que tenta solidificar o presente que desaparece rapidamente e um tempo acelerado.

Para toda essa análise, as reflexões em torno da História Social foram fundamentais, pois trazem o jornal não como reflexo da realidade, mas como parte constituinte desta, em movimento, ou seja, como uma prática social. Assim, foi relevante o estudo da construção de determinados posicionamentos que compõem o enredo social, não apenas a fim de desconstruí-lo, mas também de entender as relações e disputas, e quais sujeitos formavam essa interpretação.

Esse diálogo me pareceu de extrema importância, uma vez que problematiza interpretações que ganham credibilidade e dão caráter de verdade universal a produções parciais. Entende-se, assim, que um momento constitui suas memórias, mas também as memórias constroem um momento histórico definido, quando se deseja amplificar e tornar hegemônica uma visão de mundo, quando se tem a necessidade de que uma maneira de pensar e de viver não apenas se difunda, mas seja aceita e absorvida.

Logo, hegemonia não exclui crenças, significados e valores desenvolvidos e propagados em produções culturais, e também não reduz consciências a esses valores. Ao debater sobre o conceito de hegemonia no marxismo, Raymond Williams destaca que em Gramsci a hegemonia é abordada:

---

<sup>14</sup> SARLO, Beatriz. *Tempo Presente*; notas sobre a mudança de uma cultura. Buenos Aires: José Olímpio Editora, 2001. p. 96.

*[...] em suas formas como consciência prática, como efeito de saturação de todo o processo de vida – não só de atividade política e econômica, não só de atividade social manifesta, mas de toda a substância de identidade de relações vividas, a uma tal profundidade que as pressões e limites do que se pode ver, em última análise, como sistema econômico, político e cultural, nos parecem pressões limites de simples experiência e bom senso. A hegemonia é então não apenas o nível articulado superior de “ideologia”, nem são suas forças de controle apenas as vistas habitualmente como “manipulação” ou “doutrinação”. É todo um conjunto de práticas e expectativas sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo.*<sup>15</sup>

Assim, entendo que a própria imprensa pode ser utilizada para que outras interpretações se difundam, imprimindo outras necessidades e maneiras de viver, e que não apenas essas produções o fazem.

Há que se ressaltar processos e visões em disputa por hegemonia, bem como destacar as diferenças entre ideologia e hegemonia. Aquela pode fazer parte desta, porém no processo hegemônico não se difunde apenas uma ideologia, mas uma interpretação inteira e formas de relações sociais que se desenvolvem, a fim de atingir determinados interesses. Todo processo social vivido, organizado por significados e valores específicos e dominantes, deve ser considerado não apenas como um sistema consciente de idéias e crenças, isso porque hegemonia vai além da ideologia.

Por isso, foi preciso atentar como isso é feito por meio da imprensa, visto que ela participa desse processo de luta. Para uma determinada ideologia se tornar hegemônica é necessário mais do que simplesmente que seja difundida em processos culturais, é necessário que haja uma coerção – muitas vezes física – que atinge as relações de trabalho, de produção material, uma política, apoio internacional e propaganda. Todavia, para garantir uma determinada política, a força física não basta, é preciso um consenso que se tenta garantir por meio da produção cultural: jornais, igrejas, intelectuais, direito, que fazem parte da chamada “*sociedade civil*”<sup>16</sup>.

Assim, analiso o jornal como uma prática que compõe expectativas e sentidos compartilhados por determinados sujeitos que constituem uma memória, sendo essa um importante instrumento da disputa por hegemonia. Nesse sentido, concordo com Antonio Gramsci, para quem ideologia nem sempre se caracteriza por falsa consciência, pois é o fato de as pessoas acreditarem realmente numa ideologia e se beneficiarem dela que a coloca em disputa por hegemonia. E assim, ela vai se dissipando por meio dos que

<sup>15</sup> WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

<sup>16</sup> Cf. GRAMSCI, Antonio. Introdução ao estudo da filosofia e do materialismo histórico. In: *Concepção dialética da história*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

nela crêem, dos que dela se beneficiam e dos organismos privados de hegemonia, ou seja, não é simplesmente uma imposição.

A repetição incessante de idéias é o que as torna senso comum, daí a importância de analisar a forma como o jornal está sendo utilizado para difundir opiniões, posicionamentos e valores. Assim como, de que maneira isto se constrói, que meios utiliza, como as ideologias estão presentes e como ocorre a disputa entre elas, como a consciência instrumentaliza ou não essa disputa, a fim de compreender a memória que se tentou constituir. Destaca-se, pois, que o hegemônico não pode abarcar tudo. Isso possibilita grandes mudanças e o desenvolvimento de uma visão própria, unitária e coerente do mundo, percebendo o que vem do ideário construído, o que foi absorvido e contra o que reagiu<sup>17</sup>. Assim, o jornal é uma prática social que também constitui a realidade e possui um posicionamento ideológico.

Ao tratar o jornal enquanto fonte, procurei problematizar o fato de ser uma produção que não foi elaborada para responder aos questionamentos do pesquisador, sendo necessário, portanto, lidar com as ausências. E, nesse sentido, o diálogo com a tese de Doutorado de Marta Emísia Jacinto Barbosa, que trata sobre como a imprensa constrói uma imagem do Ceará e da fome, apontou a necessidade de questionarmos a organização dos documentos, entendendo como o jornal foi organizado, por que, por quem, para quê e para quem. Este é composto por vários conjuntos em disputa e, por isso, é necessário entender a trajetória desse documento, atentando para o formato do jornal no seu conjunto, pois a notícia é apenas uma peça, e esses recortes podem nos levar a equívocos.

Importa entender o processo social da produção da comunicação<sup>18</sup>, ou seja, a notícia não é colocada em um determinado caderno e/ou página do jornal aleatoriamente, o lugar é escolhido e as intenções para esta escolha devem ser consideradas, bem como o número de páginas, a diagramação das colunas, seu tamanho e formatos dos seus títulos. Certos conceitos também produzem determinadas relações – de subordinação, de valor – naturalizando uma determinada relação social que depende do caráter ideológico da imprensa analisada e de seu posicionamento dentro dessa disputa de relações.

---

<sup>17</sup> Cf. GRAMSCI, Antonio. Introdução ao estudo da filosofia e do materialismo histórico. In: *Concepção dialética da história*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

<sup>18</sup> BARBOSA, Marta Emísia Jacinto. Parte II - Entre a palavra e a imagem: o sertão da fome. In: \_\_\_\_\_. *Famintos do Ceará; imprensa e fotografia entre o final do século XIX e início do século XX*. 2004. Tese (Doutorado em História)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

Foi preciso problematizar quais interesses aparecem a partir das reportagens e da construção de todo o jornal, e perceber de que forma o periódico compõe esses interesses, como emergem as relações sociais no jornal, como elas são tratadas e, nesse sentido, os conceitos e as linguagens que compõem esse tratamento.

E, pensando a cultura por um viés da História Social, como processos sociais, maneiras pelas quais os sujeitos elaboram práticas sociais, organizam valores e significados, problematizo o periódico como uma produção cultural que não deixa de ser uma força produtiva, colocando-o na condição de prática em um mundo real. Considera-se, pois, não somente os efeitos dos meios de comunicação, mas o fato de que esses meios não são autônomos, e sim, constituídos e constituintes de uma ordem social. Nesse sentido, Raymond Williams<sup>19</sup> traz uma reflexão que julgo importante:

*[...] o que o sociólogo cultural ou o historiador cultural estudam são as práticas sociais e as relações culturais que produzem não só uma “cultura” ou uma “ideologia”, mas coisa muito mais significativa, aqueles modos de ser e aquelas obras dinâmicas concretas em cujo interior não há apenas continuidades e determinações constantes, mas também tensões, conflitos, resoluções e irresoluções, inovações e mudanças reais.*<sup>20</sup>

Logo, a utilização de um determinado conceito nos traz questões muito mais amplas que estão muito além de uma simples atribuição de significado.

A constatação de crescimento da frequência de registros sobre certos acontecimentos no jornal é fundamental para compreendermos a disputa por hegemonia, visto que o fato de haver maior frequência de determinados sujeitos, práticas, movimentos, nas páginas do jornal não significa uma maior incidência destes na realidade social. Levar isso em conta é considerar o esforço na elaboração de novas realidades por meio da imprensa, e sua intenção ao fazê-lo.

O que reforça o poder de persuasão dos periódicos é sua aparente isenção e neutralidade dada pela tentativa de informar e não comentar os fatos, ou seja, a imprensa produz uma versão que transforma o fato em informação. Ao mesmo tempo em que institui um posicionamento, congela-o como sendo o fato, padroniza-o dentro de uma linguagem que se autoriza como neutra.

O modo como a imprensa se coloca com essa neutralidade, é datado do final do século XIX, dentro do processo capitalista de transformação do jornal em uma empresa que transforma fato em informação e em mercadoria. E como lidar com todas essas

<sup>19</sup> Cf. WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

<sup>20</sup> Ibidem, p. 29.

características dessa fonte histórica na sala de aula é o desafio que me motiva a pesquisá-la e problematizá-la, a partir de uma conjuntura política de grande polarização ideológica.

Para problematizar todas essas questões, além do jornal *Correio de Uberlândia*, há que se analisar tais construções dialogando com as *Atas da Câmara Municipal*. Uma vez que, além de produzidas pelos mesmos sujeitos responsáveis pelo jornal, muitos posicionamentos presentes nesse aparecem nas *Atas* como projetos e políticas públicas para a cidade.

Esse diálogo entre fontes é necessário, uma vez que o jornal não está isolado, pelo contrário, suas produções dialogam com as demais. E é uma forma de clarear a especificidade dos interesses locais e as lutas dentro desse processo de disputa por hegemonia que está se construindo e que inclui um golpe de estado, percebendo como os interesses, as apropriações e os embates que perpassam a sociedade brasileira, têm especificidades e articulações em Uberlândia e como estas se manifestam dentro de projetos para esta cidade.

Tal diálogo também foi realizado com outros tipos de produção, como as acadêmicas – especificamente teses e dissertações que tratam da cidade de Uberlândia e problematizam práticas em disputa com o posicionamento difundido pelo jornal, representativas de outros sujeitos sociais com diferentes projetos de sociedade.

A dissertação de Fernando Sérgio Damasceno, *Condições de vida e participação política de trabalhadores em Uberlândia nos anos de 1950/1960*<sup>21</sup>, problematiza duas categorias de trabalhadores e suas organizações para compreender o conflito de classes e, por meio deste, aborda as expectativas, experiências e feitos realizados por esses trabalhadores. A dissertação de Selmane Felipe de Oliveira, *Crescimento urbano e ideologia burguesa: estudo do desenvolvimento capitalista em cidades de médio porte – Uberlândia: 1950/1985*<sup>22</sup>, que trata do desenvolvimento da cidade de Uberlândia e como a burguesia uberlandense controla esse desenvolvimento e com quais interesses. E, também, a tese do mesmo autor, *Minas Gerais na ditadura militar; lideranças e*

---

<sup>21</sup> DAMASCENO, Fernando Sérgio. *Condições de vida e participação política de trabalhadores em Uberlândia nos anos de 1950/1960*. 2003. Dissertação (Mestrado em História)- Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

<sup>22</sup> OLIVEIRA, Selmane Felipe de. *Crescimento urbano e ideologia burguesa: estudo do desenvolvimento capitalista em cidades de médio porte – Uberlândia: 1950/1985*. 1992. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1992

*práticas políticas (1971-1983)*<sup>23</sup>, que destaca a participação de Minas Gerais no Regime Militar analisando as lideranças mineiras e suas relações com o governo implementado pós 1964, problematiza também o projeto de industrialização mineira e o seu discurso do desenvolvimento em relação ao governo militar, ao capital internacional e a relação entre políticos e o empresariado. São trabalhos com os quais o diálogo foi imprescindível por tratarem de sujeitos diversos daqueles que compõem o jornal e sua produção.

A disponibilidade de algumas fontes também abarca a problemática levantada por esta pesquisa, uma vez que o próprio jornal *Correio de Uberlândia* envia diariamente para o arquivo público uma cópia das publicações para que sejam arquivadas e preservadas. Por que é tão fácil encontrá-lo no Arquivo Público, criado para arquivar documentações da administração pública? De quem é o interesse de preservá-lo enquanto fonte?

Essas foram questões que não pude deixar de problematizar e que fazem parte da disputa por hegemonia e da tentativa de colocar o que é destacado pelo jornal como memória autorizada da cidade de Uberlândia, utilizando tal memória como instrumento para essa disputa ainda hoje.

As *Atas da Câmara Municipal* também permanecem arquivadas no Arquivo Público Municipal de Uberlândia, enquanto documento a ser preservado. As demais fontes, como as produções acadêmicas, estão arquivadas no Centro de Documentação e Pesquisa em História- CDHIS –, na biblioteca e no Núcleo de Pesquisa e Estudo em História, Cidade e Trabalho – NUPEHCIT – do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia.

Para abranger todas essas questões, organizo a dissertação em três capítulos. No primeiro capítulo, problematizo a questão da produção de memória sobre a cidade de Uberlândia por meio da imprensa, seus significados e interesses, questionando *o que e quem* eram considerados imprensa em Uberlândia na década de 1960, analisando a rede da qual o jornal *Correio de Uberlândia* faz parte, promovendo um diálogo com as historiografias já citadas que tratam do período, a fim de ter uma visão mais profunda da luta por hegemonia e da memória como seu instrumento.

Para isso foi necessário o levantamento do que era a imprensa, não para fazer a história da imprensa em Uberlândia, e sim para investigar como esta se coloca como

---

<sup>23</sup> OLIVEIRA, Selmane Felipe de. *Minas Gerais na ditadura militar; lideranças e práticas políticas (1971-1983)*. Uberlândia: Rápida Editora, 2001.

memória autorizada sobre a cidade e problematizar como o jornal *Correio de Uberlândia* compõe/cria/representa os interesses locais e de classe possivelmente articulados com os projetos em gestão do Regime Militar, por meio de uma análise de quem são os proprietários, financiadores e grupos que o jornal representava e como se articulava com o momento político da cidade na década de 1960.

No segundo capítulo, trato da articulação das forças locais e a inserção do jornal na disputa por hegemonia e o que significa defender e legitimar o Regime Militar para esses sujeitos, quais os conceitos mais utilizados para definir a situação política, como foi construída a imagem de João Goulart e de seu governo. E ainda, como, nessa construção, se tenta legitimar a intervenção militar e se faz valer determinados interesses locais. Ou seja, problematizo em que a instituição de um Regime Militar e autoritário ajuda ou convém para as relações sociais que esses sujeitos pretendem para a cidade de Uberlândia e como ocorre a mediação do governo do estado de Minas Gerais nesse processo. Para isso, dialogo com a historiografia já citada e com obras recentemente produzidas sobre a década de 1960 e também sobre imprensa.

No terceiro capítulo, abordo os conflitos de classe, indagando sobre a campanha anticomunista ou o que os cronistas diziam “sem dizer”. Discuto também sobre a produção ideológica, a construção de memórias e de que maneira, por meio dessa construção, o jornal se articula com o militarismo dentro de seus projetos de cidade problematizando a disponibilidade do jornal *Correio de Uberlândia* enquanto fonte, bem como a frequência de determinadas práticas, sujeitos e movimentos em suas páginas e sua ligação com a realidade social.

As reportagens cuja presença neste trabalho foi essencial para a realização das problematizações foram mantidas com a ortografia presente nas fontes, visto que na década de 1960 as leis gramaticais e ortográficas diferiam da atual. Além disso, o jornalista Lycidio Paes, autor de algumas dessas matérias destaca o conflito entre os tralhadores da impressão – linotipistas, copistas e revisores – e os jornalistas, pois aqueles, muitas vezes, corrigiam a grafia dos vocábulos de acordo com seu ponto de vista, desconsiderando a escrita do autor.

Nas Considerações finais recupero a intenção motivadora do trabalho, que foi compreender o posicionamento do jornal *Correio de Uberlândia* com relação ao Regime Militar articulando este posicionamento com os interesses da classe que compõe o periódico. Também problematizo o fato de o controle de certas atividade ser fundamental na tentativa de hegemonizar ideais e garantir consenso. E como se dá a

articulação dessas atividades a fim de transformar projetos de classe em projetos de cidade.

Finalizo colocando a importância dessa memória contruída pelo jornal *Correio de Uberlândia* hoje, uma vez que, ao ser recuperada, tal memória traz a tona uma interpretação de cidade, de povo, de trabalhador e se faz autorizada. Penso a partir dessa constatação como os resquícios autoritários atuais relacionam-se com a memória produzida pelo periódico a fim de pensar a realização de uma contra-hegemonia eficaz.

## CAPÍTULO I

### **Memória, instrumento da disputa por hegemonia?**

*Há dois anos o Brasil era sacudido por um movimento armado, bem organizado e eficiente que teve por objetivo o restabelecimento da ordem, da hierarquia e afastamento da ameaça comprovada de subversão das instituições democráticas.*

*[...] O governo Jango Goulart existia como autêntica baderna. Derivava visivelmente para a área esquerdista e esquerdizante, com nítido avanço vermelho sob o influxo do representante soviético na América, Fidel Castro. A tática usada era a da subversão, do abuso da liberdade em detrimento de todos os postulados da verdadeira democracia. Incidentes se sucediam. Alguns de pequena monta; outros de grande envergadura.*

*[...] Jango teve a oportunidade de optar entre a Pátria, a subversão e a corrupção. Infelizmente optou mal. [...] a Revolução é um processo em marcha. Ela nos levará a um futuro grandioso, justamente aquele sonhado pelos patriotas de nossa História: Liberdade sem submissão; riqueza que não oprime, grandeza que não escraviza.*

*[...] A obra de 31 de março, há de completar-se para a felicidade de todos os brasileiros, pois não foi feita em benefício de grupos. Foi um trabalho patriótico para a salvação do povo brasileiro.<sup>24</sup>*

Ao nos deparamos hoje com matérias como essa do *Jornal Correio de Uberlândia*, do ano de 1966, entramos em contato com uma interpretação, uma memória sobre a década de 1960, sobre fatos como o Golpe Civil Militar de 1964, sua necessidade e os benefícios que este traria ao Brasil. Percebemos que é colocada com insistência a questão de a “revolução” visar um todo maior, uma atitude em prol do país e, também, é muito marcante a questão do futuro prometido.

Toda cidade desenvolve construções de memórias, essa não é uma característica única da cidade de Uberlândia. O que chama atenção na produção de memórias locais, principalmente a realizada pela imprensa, é seu intuito de fazê-lo com a maior ênfase possível, para se colocar sobre as demais como a mais correta e mais autorizada.

A interpretação sobre a cidade produzida pelo jornal *Correio de Uberlândia*, na década de 1960 e sobre o governo pós 64, constitui um exemplo dessas construções. Ela institui uma memória e tem intencionalidade, almeja algo que deve ser problematizado, buscando a relação dinâmica entre memória e história que visa não à retrospecção, mas à prospecção.

---

<sup>24</sup> ANIVERSÁRIO da Revolução. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 31 mar. 1966. Coluna “Assim Pensamos”, p. 3.

A discussão sobre memórias e suas produções tem sido recorrente entre alguns historiadores<sup>25</sup>, numa proposta mais ampla de romper com a idéia de voltar ao passado pelo passado e de uma grande história universal e acadêmica. Nesse sentido, o conceito de memória surge da forma como encaminhamos nossas pesquisas, como legitimamos nossos temas e da responsabilidade que temos para com os procedimentos de pesquisa que adotamos, deixando claras nossas intenções e posições.

Para compreender, então, a memória produzida e difundida pelo jornal *Correio de Uberlândia* e suas intenções, foi preciso retomar o seu histórico, seus cotistas, financiadores, diretores e redatores que dão formato ao periódico, a fim de questionar sobre quais sujeitos estavam organizando a produção do jornal e quais seus interesses. Enfatiza-se que, ainda na década de 40, o jornal *Correio de Uberlândia* pertencia a cotistas ligados ao partido político UDN – União Democrática Nacional – entre eles João Naves de Ávila, Nicomedes Alves dos Santos e Alexandrino Garcia. Valdir Melgaço Barbosa, vereador e deputado pela UDN, assumiu sua direção em 1952, onde permaneceu por toda a década de 1950 e de 1960.

Na década de 1950, o jornal foi vendido para Agenor Garcia, irmão do comendador Alexandrino Garcia (ainda ligado à UDN), permanecendo sob a direção dessa família até 1971, quando foi comprado por Sergio Martinelli, voltando, em 1986, às mãos dos Garcia por meio da compra do jornal pelo grupo ALGAR<sup>26</sup>.

Essa problematização sobre a propriedade do *Correio de Uberlândia* possibilitou a constatação de que, durante a década de 60, o posicionamento político do jornal era extremamente tensionado por essa ligação com a UDN – partido fundado em 1945, formado por setores oligárquicos que começaram a sofrer concorrência no seu espaço de poder em 1930, e outros que romperiam com Vargas no decorrer desta década; clãs políticos estaduais; liberais históricos, dentre eles Afonso e Virgílio Arinos de Melo

<sup>25</sup> Para um conhecimento mais profundo dessa discussão, ver: FENELON, Déa Ribeiro et al (Org.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho D'Água, 2004.

<sup>26</sup> Grupo empresarial brasileiro com sede em Uberlândia e que atua principalmente na região Sudeste e Centro-Oeste, num processo de expansão para todo o país e exterior. Fundada por Alexandrino Garcia em 1954 com a intenção de implantar um sistema de comunicação, hoje é uma empresa que atua nas áreas de telecomunicações, agronegócios e entretenimento. Sobre o grupo ALGAR, sua influência e área de atuação, ver: SIMONINI, Giselda Costa da Silva. *Telefonia: relações empresa e cidade (1954-1980)*. Dissertação (Mestrado em História)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994. Para um maior conhecimento sobre a trajetória do jornal desde sua fundação, ver as seguintes matérias publicadas no jornal *Correio de Uberlândia*: FUNDADOR era bastante polêmico; José Osório Junqueira tinha fazendas e mais oito jornais. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 06 fev. 2000, p. A-6; ALGAR adquire o jornal em 1988: circulação diária começou em 1972, com oito páginas. Idem; AUTORIDADES elogiam trajetória do Correio. Idem, p. A-9; e ainda: SILVA, Antônio Pereira. *A importância da crônica para o registro da memória local*. Uberlândia: Secretaria Municipal de Cultura: Arquivo Público Municipal. Pasta sobre o *Correio de Uberlândia* no Arquivo Público Municipal.

Franco e personalidades de esquerda que sairiam do partido ainda em 1945. Este partido possuía grande força em Minas Gerais, era contrário às políticas getulistas e mantinha uma orientação econômica liberal.

A UDN caracterizava-se pelo apoio e vinculação aos militares e classes médias e pelo modo de ver e fazer política defendendo o liberalismo clássico, o moralismo, opondo-se ao bacharelismo e aos vários populismos. Esse moralismo justifica sua imagem como o partido das classes médias, pois era o único grande partido a dirigir-se explicitamente e de forma direta a elas, não apenas em seus discursos e programas, como também nos meios militares e na imprensa, por meio de denúncias de corrupção e proletarização. Economicamente, representava também os interesses da indústria ligada ao capital estrangeiro e aos proprietários de terras<sup>27</sup>.

Logo, a memória produzida pelo jornal *Correio de Uberlândia* na década de 1960 é representativa de frações de classe, com um projeto de sociedade que se queria edificar, uma visão de mundo apresentada de certas formas com intenções e objetivos, que não são determinados, mas influenciados pela presença política da UDN por meio de seus proprietários e diretores.

O jornal escrito faz parte de uma rede denominada imprensa. Esta representa uma disputa cotidiana por hegemonia que se dá no dia-a-dia, nas vivências na cidade, na disputa pelos valores e modos de viver. Há, portanto, que se entender essa rede a fim de problematizar essa luta.

No dia 1º de maio de 1964, precisamente um mês após a implementação do Regime Militar, a *TV Triângulo*, Canal 8 (prefixo ZYA, razão social: Rádio e TV Uberlândia Ltda. – atual *Rede Integração*) entrava no ar, graças à obtenção de concessão por Edson Garcia Nunes, que era filho de pequenos proprietários rurais, proprietário da financeira CREDIMINAS e empresário de destaque da construção civil por construir os primeiros prédios em Uberlândia e iniciar a construção de um Shopping Center com sua construtora CEGEB.

A fim de conseguir a concessão mais rapidamente, Edson Garcia Nunes trouxe o sinal da *TV Tupi* de São Paulo ao invés da instalação de uma emissora local. E para recuperar seu alto investimento criou um consórcio de implantação de um sistema de antenas interligadas que trariam a imagem à cidade percorrendo o interior de São Paulo.

---

<sup>27</sup> Para maiores informações sobre os primeiros anos de atuação da UDN como partido político, consultar: BENEVIDES, Maria Vitória. In: *UDN*. Disponível em: <[http://www.cpdoc.br/nav\\_historia](http://www.cpdoc.br/nav_historia)>. Acesso em: 20 mai. 2006.

Porém, devido à dificuldade em trazer as imagens de São Paulo, a *TV Triângulo* se apressou em fazer transmissões locais, que seriam reduzidas novamente após a chegada dos *videotapes*, visto que estes eram comprados por um custo inferior ao da produção de transmissões locais e já vinham com patrocínio. Os contatos eram feitos com emissoras variadas como a *TV Excelsior*, *Record*, sendo que os programas mais comprados eram as transmissões de jogos de futebol, novelas e os festivais da Jovem Guarda.

Assim, a televisão foi se consolidando como empresa e a partir de 1969 passou para seu novo prédio onde se localiza até hoje, no bairro Umuarama, saindo do espaço improvisado no Shopping graças a acordos feitos com a prefeitura, empregados e empresas. Estas, em troca de publicidade na TV, doavam materiais de construção.

Já na década de 1970, o crescimento da *Rede Globo*, o fim da *TV Excelsior* e a situação ruim da *TV Record* afetam a *TV Triângulo*<sup>28</sup>. Edson Garcia Nunes fracassa na sua tentativa de contato com a *Rede Globo* e em seus novos investimentos em comunicação, vendendo a *TV Triângulo* a Tubal Vilela de Siqueira e Silva, Rubens e Renato de Freitas e Rubens Leite em 1971<sup>29</sup>. E em 1972 a emissora torna-se afiliada à *Rede Globo*.

Antes desta emissora de TV, e durante a década de 1960 a imprensa de Uberlândia era formada também por quatro emissoras de rádio, sendo elas: *Cultura*, *Difusora*, *Educadora* e *Bela Vista*, e também por quatro jornais impressos: *Correio de Uberlândia*, *O Triângulo*, *O Repórter* e *Tribuna de Minas*.

Neste período, tanto a *Rádio Difusora* quanto a *Bela Vista* eram controladas por Geraldo Mota Batista, conhecido como Geraldo Ladeira, que entrou no comando da *Difusora*, após seu casamento com a filha de Mizaél de Castro que havia adquirido a emissora na década de 1940.

Geraldo Ladeira foi filiado ao PSD – Partido Social Democrata –, depois fundou o PR – Partido Republicano – e foi prefeito com esse partido em 1958 e 1961. Mesmo durante seus mandatos continuou proprietário e com suas atividades na *Rádio Difusora*, onde apresentava um programa diário ao vivo no qual as pessoas manifestavam reclamações sobre o serviço público municipal.

<sup>28</sup> Para um maior conhecimento, não apenas do histórico sobre a implantação da TV Triângulo como de toda a negociata e problemas que atingiam as TVs Record e Excelsior no final da década de 1960, ver: TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa. Edson Garcia Nunes e a TV Triângulo em Uberlândia; anotações sobre a história de uma emissora de televisão no interior do Brasil *UNIrevista*, v. 1, n. 3, jun. 2006. Disponível em: <[http://www.unirevista.unisinos.br/\\_pdf/UNIrev\\_Rocha.PDF](http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNIrev_Rocha.PDF)>. Acesso em: 30 jun. 2006.

<sup>29</sup> Tanto Tubal Vilela, como Renato de Freitas foram prefeitos da cidade de Uberlândia.

Ladeira aproveitava para criticar os membros da UDN, tais como os que adquiriram a *Rádio Educadora*: João Naves de Ávila, que além de político era proprietário do frigorífico Omega e fazendeiro; José Zacarias Junqueira, fazendeiro; e Guiomar de Freitas, também fazendeiro e dono do frigorífico Caiapó.

Assim disputavam não apenas público para suas emissoras, mas posições, visões e o cenário político de Uberlândia, fato que deve ser considerado, visto que, como Regma Maria dos Santos analisa em sua dissertação de mestrado, a população acompanhava também pelas emissoras de rádio essa disputa por meio das notícias e denúncias<sup>30</sup>.

Além de proprietária de emissoras de rádio, filiada e agente de partidos políticos, produtora rural e dona de frigoríficos, ou seja, atuante no comércio de produtos ligados à agropecuária, essa classe era cotista de jornais impressos na cidade. A *Tribuna de Minas* era outro jornal que, como o *Correio de Uberlândia*, era ligado à UDN e à ARENA – Aliança Renovadora Nacional – após a extinção dos partidos. Este jornal era usado como veículo de informação do partido, por meio de destaque de seus feitos, bem como de denúncias a outros partidos e mesmo a membros de antigos partidos filiados à ARENA, pós AI-2 – Ato Institucional número dois.

O PSD não influenciava somente a *Rádio Educadora*, mas também os jornais: *O Triângulo*, de propriedade de Renato de Freitas, dono da Gráfica do Triângulo Ltda, que foi prefeito de Uberlândia de 1967 a 1970 e de 1973 a 1976 pelo PSD, e Rafael Marino Neto, vereador de 1956 a 1960 – fechado em 2000 devido a ações trabalhistas movidas contra o jornal; e *O Repórter*, de Arthur de Barros e João de Oliveira – depois da morte deste em 1966 o jornal deixou de existir.

Percebe-se que, em Uberlândia, grande parte da rede de comunicação na década de 1960 pertencia a uma classe dirigente<sup>31</sup> que se beneficiava das atividades agrícolas e pecuárias e da especulação imobiliária, como também participava da esfera política articulando a produção cultural difundida pela imprensa com suas políticas públicas<sup>32</sup> a

---

<sup>30</sup> SANTOS, Regma Maria dos. *Os meios de comunicação na memória e no discurso político em Uberlândia (1958-1963)*. 1993. Dissertação (Mestrado em História)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1993.

<sup>31</sup> Utilizo o conceito de classe dirigente e não de burguesia, porque uma classe pode ser dominante sem ser dirigente e ter quem dirija a seu favor, mas no caso de Uberlândia a classe dominante é a própria classe dirigente, isto é, detém poder coercitivo e o exerce para além do aparato estatal. Nesse sentido, burguesia parece um termo impreciso para analisar um fenômeno vasto e amplo dessa classe em Uberlândia.

<sup>32</sup> Entendo por políticas públicas o resultado dos embates entre grupos sociais diversos que disputam a instituição de seus projetos junto à sociedade política, ou seja, junto aos aparelhos do Estado em sentido estrito. Para uma compreensão mais aprofundada sobre a visão de Estado ampliado e sobre políticas

fim de conquistar apoio para os projetos de cidade que os beneficiariam de alguma forma.

Apesar de não ser uma esfera dominada por um único posicionamento, era uma área de atuação dos políticos, que eram ao mesmo tempo proprietários rurais atuantes em investimentos iniciais para a industrialização da cidade, ou seja, mudam as formas de lucro, mas a classe que as desfruta continua a mesma e, por mais que houvesse disputa, as que apareciam dentro dessa rede de imprensa da cidade estavam imbuídas de um ideal econômico liberal de sociedade.

Na imprensa de grande circulação uberlandense, a disputa se dava entre projetos com o mesmo fim desenvolvimentista<sup>33</sup> (que será tratado oportunamente no Capítulo II ao problematizar os conceitos utilizados pelo jornal), a luta era para ver quem receberia e investiria para alcançar e aproveitar esse dito desenvolvimento. Logo, se as medidas governamentais incompatibilizassem com esses interesses, não teriam apoio no jornal.

Com a problematização sobre os proprietários, financiadores, redatores do jornal e grupos, os quais o *Correio de Uberlândia* representava, a questão da disputa por hegemonia aflorou neste trabalho de pesquisa como relações vividas no conjunto de práticas da totalidade social. Compreendi, então, o posicionamento do jornal, quem eram os sujeitos que escreviam e construíam as reportagens, ou melhor: quem controlava essa produção, para quem se dirigiam ao fazê-lo e com qual intenção. O jornal passa a imagem de modelo de cidade onde o progresso está aliado à ordem e à paz social.

Nesse sentido, foi fundamental compreender que tanto as atividades jornalísticas, como as demais que compõem a imprensa uberlandense eram controladas por sujeitos que, não necessariamente, possuíam ligações com o que se denomina de produção cultural. Eles adquiriam essa função ao se tornarem proprietários de mais um bem na cidade – o jornal, a emissora de rádio e TV. Por isso a insistência em analisar a imprensa para além de seu papel como meio de difusão cultural, como uma prática

---

públicas, ver: MENDONÇA, Sonia Regina. Estado e sociedade. In: MATTOS, Marcelo Badaró. *História: pensar & fazer*. Niterói, RJ: Laboratório Dimensões da História/UFF, 1998. GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 1.

<sup>33</sup> O termo desenvolvimentismo é utilizado como caracterizador de experiências históricas de defesa da industrialização, do intervencionismo limitado, de apoio à abertura da economia ao capital estrangeiro legitimados por uma ideologia nacionalista, porém alguns pesquisadores consideram um equívoco escolhido devido a falta de uma definição precisa de desenvolvimentismo e dessas medidas adotadas a fim de atingir a industrialização. Para uma definição mais precisa, ver: FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. *Revista Pesquisa & Debate*. São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política/Departamento de Economia, PUC-SP, v. 15, n. 2 (26), p. 225-256, 2004.

social de determinados sujeitos e que engloba outras práticas, como a leitura e a linguagem, que compõem a realidade social, seus conflitos, disputas e que não são meros instrumentos de poder, mas constituem e disputam esse poder.

Portanto, mais que transformar a educação e a cultura de uma comunidade, a imprensa constrói cultura e educação a partir de seus ideais de cidade e sociedade que são representativos de sujeitos específicos, difundindo e compondo valores, modos de viver, pensar e agir e também na elaboração de políticas públicas.

A linguagem utilizada pela imprensa não era de domínio comum, com palavras menos usadas no dia-a-dia de setores da população, devido à utilização de termos políticos que traziam um posicionamento econômico liberal. Isso demonstrava que setores de classes eram representados pelo jornal muito mais do que seu valor monetário. O periódico, no ano de 1965 custava cinquenta cruzeiros o exemplar do dia e quatro mil cruzeiros a sua assinatura semestral, sendo que o salário mínimo estava na faixa de sessenta e seis mil cruzeiros<sup>34</sup>.

Na época, a maioria da população economicamente ativa de Uberlândia encontrava-se no setor terciário da economia. Ou seja, um número considerável de trabalhadores uberlandenses estava ocupada em atividades comerciais, profissionais liberais, administração e utilidade pública, transportes, serviços pessoais (trabalhos domésticos), trabalhos de construção e conservação, ensino e saúde (Tabela I).

Os dados salariais da época são escassos ou ausentes e, por ser um setor amplo, abarca também atividades consideradas como subemprego ou desemprego camuflado, que caracteriza boa parte dos proletários desse setor como ocupados de forma precária, entretanto, constituintes de um mercado interno<sup>35</sup>.

As matérias do *Correio de Uberlândia* traziam a oposição ao bacharelismo como formação que indicasse aptidão e adjetivava o governo de Getúlio Vargas imprimindo-lhe características, como “déspota”, de “mentalidade caudilhesca”, que manteve o país em uma “*anarquia, com pequenos intervalos, que durou pelo largo espaço de domínio do ditador gaúcho e prolongou-se, através dos seus sucessores, comprometidos com*

<sup>34</sup> Não foram realizadas conversões monetárias, pois uma análise sobre os níveis inflacionários e correções monetárias não é o intuito deste trabalho. Os valores citados servem para uma análise comparativa a ser feita durante o capítulo.

<sup>35</sup> Para um melhor entendimento da divisão econômica em Uberlândia na década de 1960, ver: RODRIGUES, Jane de Fátima Silva. Uberlândia: os caminhos do progresso. In: \_\_\_\_\_. *Trabalho, ordem e progresso: uma discussão sobre a trajetória da classe trabalhadora uberlandense – o setor de serviços – 1924-1964*. 1989. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

*sua escola administrativa, cujo primeiro dogma era o continuísmo*”<sup>36</sup>. Ou seja, a construção das matérias e assuntos escolhidos, bem como a construção do que era e deveria ser a cidade de Uberlândia revelava os grupos sociais representados pelo jornal.

O jornalista Lycídio Paes era responsável, durante o período analisado, pelas reportagens de cunho político e posicionamentos sobre o panorama nacional estabelecendo sua relação com Uberlândia. Paes ficou conhecido pela quantidade de artigos e crônicas escritas para a imprensa mineira. Nascido no distrito da Saudade, na cidade de Mar de Espanha- MG- em 1885, passou parte de sua infância e adolescência em Rio Pomba- MG- , mudou-se para Uberlândia apenas em 1920.

Desde então, Paes dirigiu escreveu e imprimiu jornais em Uberlândia e na região, estudou apenas até as primeiras séries iniciais na escola formal, elaborando seu conhecimento por meio do contato com sujeitos das redações dos jornais nos quais trabalhou. O que foi preservado de sua biblioteca composta por livros das mais diversas áreas, principalmente história, literatura e política demonstra seu interesse por diferentes temas e a sua necessidade de ampliar seus conhecimentos e discussões.<sup>37</sup>

Paes assumiu a direção do *Correio de Uberlândia* na década de 1940 quando uma nova etapa na imprensa uberlandense foi iniciada com a inauguração da primeira máquina automática de composição *Lynotype*. Assim, por meio de seu formato, o jornal incorporava as configurações de tempo, espaço e velocidade. Aumentavam as matérias e a leitura também tornava-se mais rápida. A fragmentação do jornal crescia gerando maior número de seções.

As matérias escritas por Paes, durante a década de 1960, ocupavam a página três do jornal que então não era dividido em cadernos e possuía em média de oito a doze páginas, num espaço que variava geralmente de quatro a cinco colunas, na página inteira ou então metade dela num comprimento de cinquenta a cem linhas.

Nesta mesma página, Paes dividia seu espaço com reportagens que, até o ano de 1966, estavam dentro da coluna intitulada “Assim Pensamos” – que depois passou a ser intercalada com uma coluna de mesmo cunho e formato, porém intitulada “Rodízio” – e, geralmente, ao final da página localizava-se um breve “Painel Político” destacando notícias breves, com três linhas cada, sobre fatos políticos que estavam acontecendo no Brasil.

<sup>36</sup> PAES, Lycídio. Cotejo impressionante. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 22 ago. 1965, p. 3.

<sup>37</sup> SANTOS, Regma Maria dos. Memórias de um plumitivo: Impressões cotidianas e história nas crônicas de Lycídio Paes. Aspectus/ FUNAPE. Uberlândia-MG, 2005.

Essas matérias destacavam com veemência projetos dessa classe dirigente realizados na cidade e traziam um forte comentário por parte dos jornalistas, característica já não tão presente em jornais das capitais dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Em Uberlândia, apesar de já possuir o grande perfil de empresa, o *Correio de Uberlândia* mantinha esse cunho comentarista dos fatos políticos.

Ou seja, as notícias sobre a questão econômica, social, cultural e política, as que englobavam posicionamentos com relação ao governo militar e às políticas públicas em Uberlândia e no Brasil, na maioria das vezes, ocupavam a página três com continuação, se necessário, na página quatro ou cinco. Essas eram as maiores reportagens do jornal, as que ocupavam um maior espaço, perdendo apenas para algumas propagandas.

Nas reportagens de Lycidio Paes, as informações não eram apenas descritas e narradas, mas comentadas. Além disso, Paes foi um dos redatores do jornal *Correio de Uberlândia* na década de 1960. Isso o torna um dos responsáveis pelos textos das matérias, pois controlava a forma como seriam escritas e a mensagem a ser passada por meio delas, podendo ser, portanto, considerado um articulista do periódico, uma vez que suas reportagens eram verdadeiros artigos que traziam um posicionamento, análises e problematizações sobre os assuntos abordados<sup>38</sup>.

Lycidio Paes tinha preferência por temas políticos, era udenista e é considerado o típico intelectual<sup>39</sup> representante de uma classe e de posicionamentos que são amplificados na cidade com pretensão de tornarem-se hegemônicos, por meio de seus artigos, como por exemplo:

*Em todas as falas do trono, digo, do presidente da República, o sr. João Goulart repete a decisão de promover as reformas de base [...] O presidente promete e repromete baixar o custo de vida, para o que – afirma e reafirma – tomou e está tomando providencias de absoluta eficácia. Não tenho argumentos idôneos para contestar essa tomada de providencias; estou, porém, habilitado a demonstrar que se elas efetivamente estão presentes nas cogitações do governo, jamais revelaram qualquer eficiência. Ao revez: poderão ter revelado efeitos negativos. E isso é fácil de verificar: basta ver a data de uma das parolagens oficiais e procurar no dia seguinte o preço dos generos no mercado [...] Ainda há poucos dias houve a majoração do salário, acrescido o mínimo*

<sup>38</sup> Para um conhecimento amplo de quem foi Lycidio Paes, ver: SANTOS, Regma Maria. *Memórias de um plumitivo*. São Paulo: Editora Aspectus, 2005.

<sup>39</sup> Quando me refiro a “intelectual”, de modo algum estou falando de detentor de saber, mas sim de mediador e organizador de vontades, interesses, de “persuasor permanente”, ou seja, daquele que articula e constrói os interesses de classe pressionando o Estado em sentido restrito para ter seus projetos representados na sociedade política. Para um aprofundamento nesse sentido de “intelectual”, ver: GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987; MENDONÇA, Sonia Regina. Estado e sociedade. In: MATTOS, Marcelo Badaró. *História: pensar & fazer*. Niterói, RJ: Laboratório Dimensões da História/UFF, 1998.

*de 100%. Não vou entrar na indagação se é muito ou se é pouco, ate mesmo porque não pretendo me indispor com as classes operárias a uma das quais pertenco. Sei apenas que o aumento foi pleiteado e foi concedido porque as despesas não podiam ser cobertas com o salário anterior. E sei mais que com a majoração as mercadorias subiram. De maneira que o salário cresce porque o custo de vida encarece e o custo de vida encarece porque o salário cresce [...] O sr. João Goulart sabe perfeitamente que majorando o salário dos trabalhadores a carestia torna-se mais grave e que as vantagens propiciadas aos operários hão de por força extender-se ao funcionalismo público, e que para fazer face a essa extensão impõem-se novas emissões de papel moeda, e que as novas emissões aceleram a anda inflacionária, e que a inflação é a origem de todas as crises por que vem passando o país [...] A nação encontra-se neste momento fundadamente apreensiva com os boatos de conflitos, de choques armados e até de guerra civil em razão da assinatura do decreto de desapropriação de terras [...] Contribui essa fermentação de hostilidades para a expansão das lavouras e para incremento da produção? De modo nenhum, ninguém está seriamente pensando em cultivar essas terras invadidas. Isso não é nada mais do que uma luta inglória de classes fomentada pelos totalitários com a proteção do governo para retirar benefícios para os seus planos eleicoeiros. Para quem quer trabalhar nunca faltou terra [...] os fazendeiros não hesitariam em conceder as suas glebas aos que na verdade as pudessem lavrar... Tal concessão não é necessário atribuir-se aos seus sentimentos de fraternidade ou de altruísmo, uma vez que favorece os seus próprios interesses [...] Quem pode imaginar que um industrial adquira uma máquina e a deixe sem funcionar quando esteja na sua vontade ligar-lhe o motor elétrico e auferir imediatamente os proventos devidos ao seu capital empatado? Só um idiota. A questão rural não é falta de terra. É que as condições das lavouras não compensam o trabalho pelo atraso e pelas dificuldades das regiões agrícolas. E tanto é assim que donos de sítios e fazendolas abandonam as suas propriedades e vêm viver na cidade, às vèzes percebendo ordenados modestos. Por que? Porque aqui êle tem instrução para os filhos, tem assistência médica, tem farmácia, tem dentista, tem luz elétrica e tem diversão [...] De que vale dar terra aos lavradores sem terra, se não é de terra que êles carecem? Não ignoro que há patrões desumanos que exploram miseravelmente seus empregados; são, todavia, exceções [...] Também na indústria urbana existem desses espécimens sugadores do sangue alheio, e nem por isto as autoridades federais falam em desapropriar fábricas e oficinas, escritórios e padarias...*<sup>40</sup>

Na reportagem acima, Lycídio Paes traz aos leitores a questão política nacional e também o governo de João Goulart. Posiciona-se claramente quanto às políticas e projetos deste governo em uma reportagem que ocupa quatro colunas com cinquenta e nove linhas, ou seja, a metade superior da folha quase que completa faltando apenas duas colunas para isso. Imprime características a João Goulart e seu governo utilizando termos como “trono”, na tentativa de destacar um autoritarismo nas suas ações. Desqualifica suas propostas e realiza juízos de valor ao fazer uma análise do porquê do aumento do custo de vida.

---

<sup>40</sup> PAES, Lycídio. Carestia. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 12 e 13 mar. 1964, p.3.

Essas notícias são representativas do direcionamento à classe dirigente e à classe média, visto que é conquistando legitimidade nesta, que aquela se mantém – ainda que o jornal não possa controlar a que público alvo sua produção chegará ou como este interpretará essa produção. Esse direcionamento se dá por meio de críticas ao governo, às reformas de base, à defesa da propriedade privada (principalmente o latifúndio), trazendo toda uma visão econômica liberal que transfere os problemas rurais para o atraso do campo, para as dificuldades da produção. Problemas considerados naturais que ganham caráter de insolúveis e, portanto, não seriam de responsabilidade do governo a sua resolução.

Esse argumento indica que a falta de saúde, educação, assistência técnica, créditos, melhores transportes e armazenamento dos produtos no meio rural impediriam o efetivo aumento da produtividade, e é representativo do debate sobre a redistribuição da propriedade rural e da interpretação dessa por alguns partidos políticos como a dos cotistas do jornal – a UDN.

A reportagem supracitada também transfere a responsabilidade pela falta de trabalho para uma falta de vontade individual. A exploração do trabalho deixa de ser fruto de uma idéia de produção de riquezas adotada pelo sistema capitalista, como se esta fosse sua única forma, ou que evoluiu até alcançar tal característica. Ao destacar o trabalho dessa forma, naturaliza-se a exploração que passa a ser desvio de caráter específico de alguns padrões, ou seja, outro problema insolúvel, como se outros sistemas, outras sociedades não tomassem o trabalho de uma forma não exploratória<sup>41</sup>. Trata-se de um posicionamento claramente classista com um ideal de sociedade capitalista.

Ao enfatizar essas questões, por meio do jornal, tenta-se despolitizar as relações de produção. Os problemas aparecem como insolúveis e é o trabalhador, supostamente, incapaz para continuar empregado. Entretanto, esses elementos trazem os interesses dos grupos que colocavam sua posição na imprensa.

As críticas estabelecidas pelo jornal ao governo e a interpretação dos problemas sociais vividos pelos trabalhadores constroem uma memória sobre o momento e sobre a noção de trabalho, esta intimamente ligada ao tipo de sociedade que interessa aos sujeitos que o compõem. Além disso, parece que o governo militar já estava presente,

---

<sup>41</sup> Para um melhor entendimento sobre os diversos sentidos do termo trabalho, bem como a sua ligação no sistema capitalista com a exploração e alienação, ver: GODELIER, Maurice. Trabalho; Modo de produção, desenvolvimento/subdesenvolvimento. In: ROMANO, R. (Org.). ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1986. v. 7, p. 11-62.

ou seja, já existia a disputa com relação a um possível governo almejado com o intuito de desenvolver e manter seu projeto de sociedade capitalista industrial, travando um provável diálogo com intelectuais e pensadores da região que possuíam outro posicionamento.

Assim, o formato do periódico não é apenas estético, mas é parte da prática social que compõe o real. Essa é representativa de como os sujeitos que a elaboraram interpretavam e codificavam o seu viver de acordo com suas experiências. Existe um projeto político, um projeto de sociedade por trás do formato do periódico, tratado no próprio decorrer do presente trabalho de pesquisa.

Dessa forma, ao questionar sobre quem são os sujeitos que produziram o jornal e em que circunstâncias o fizeram, considero que são questões expressivas de sujeitos históricos inseridos em relações sociais e acontecimentos que merecem ser problematizados, a fim de compreender suas intenções. Visto que a hegemonia, a partir de uma análise gramsciana, não se constitui em um conceito capaz de explicar fenômenos históricos ou questões políticas, a análise de conjunturas específicas é que leva à compreensão dos processos de lutas e disputas políticas.

Foi importante perceber, por meio das reportagens presentes no jornal *Correio de Uberlândia*, que as construções do periódico traziam um projeto de cidade desejado pelos sujeitos que o constituíam e que a forma como esse projeto aparecia moldou uma memória sobre Uberlândia como uma cidade desenvolvida e com necessidade de indústrias que atendessem a esse desenvolvimento. Ou seja, dentro das interpretações e escolhas dos fatos que mereciam destaque, apareciam os valores, os modos de ser, viver e pensar da classe dirigente, sujeitos participantes dessa produção e, nesses elementos, um modelo de sociedade que se queria hegemônico e edificado na cidade.

Essa memória constituiu-se em importante instrumento na disputa por hegemonia da classe dirigente, uma vez que era utilizado na tentativa de legitimar mudanças em Uberlândia, supostamente necessárias para que um projeto de cidade fosse aceito como o melhor, mais coerente e realmente necessário.

Uberlândia aparecia ligada à idéia de desenvolvimento. A cidade encontrada no jornal *Correio de Uberlândia* era a desejada e pretendida pela classe dirigente. O fato de ela aparecer como cidade grande e industrializada tem o intuito de legitimar as transformações como algo dado e natural, contra o que não se pode e nem se deve lutar, pois faz parte de um processo evolutivo.

Essa era uma construção permeada de interesses, e estes necessitavam de um ordenamento social específico e determinado que, mais que traçados de ruas, prédios e avenidas, pretendia traçar modos de viver, de habitar, de ocupar e pensar a cidade, ou seja, os próprios comportamentos necessários para que a cidade se tornasse industrializada e desenvolvida, segundo o que estes conceitos significavam para tais sujeitos e nas relações que estabeleciam.

O jornal, então, construía não apenas uma visão sobre o Regime Militar, mas também, a memória sobre o momento da década de 1960 em Uberlândia, englobando um projeto de sujeitos específicos. Nessa memória, as avenidas e ruas, as praças, igrejas, edificações públicas, não indicam apenas uma construção arquitetônica, mas sim, a composição de esquemas de circulação ou não de pessoas, carros, mercadorias e produções culturais e a determinação de locais estritamente comerciais onde as pessoas não poderiam mais residir; essa postura levou também a atitudes necessárias e a aceitação de determinadas situações para que a cidade atingisse o dito desenvolvimento.

Nesse sentido, destaca-se, a dissertação de mestrado de Valéria Maria Q. C. Lopes, intitulada *Caminhos e trilhas: transformações e apropriações da cidade de Uberlândia (1950 – 1980)*. Neste trabalho, a autora problematiza as transformações e projetos para a cidade. Porém, os seus pressupostos fazem com que chegue à conclusão que tais transformações indicam uma concepção de racionalidade que impõe um determinado ritmo à cidade<sup>42</sup>. E caracteriza o planejamento como capaz de imprimir racionalidade ao desenvolvimento de uma cidade.

Contudo, Geovanna de Lourdes Alves Ramos, em sua dissertação de mestrado *Trilhos e trilhas: vivências, cotidiano e intervenções na cidade – Uberlândia – 1970-2006*, trata da retirada dos trilhos da estrada de ferro Mogiana, da construção da Avenida João Naves de Ávila no seu percurso e de intervenções como estas na cidade de Uberlândia, e nos faz perceber que a racionalidade de tais mudanças é relativa e não se dá de forma tão organizada como demonstrada nas *Atas da Câmara Municipal* e produções como o jornal *Correio de Uberlândia*. Para as pessoas que residiam nos arredores da estrada de ferro, ou de avenidas alargadas durante as década de 1960 e

---

<sup>42</sup> LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante. Capítulo II - Urbanismo e memória: campo das representações e lutas simbólicas; 2.1 - “Murallas” contemporâneas. In: \_\_\_\_\_. *Caminhos e trilhas: transformações e apropriações da cidade de Uberlândia (1950-1980)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História)- Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

1970 e que tiveram seus viveres e seu local de moradia transformados, essa dita racionalidade e modernidade dos projetos urbanos é questionada<sup>43</sup>.

Cabe ressaltar que esse tipo de planejamento traz racionalidade para sujeitos que acreditam e beneficiam-se dele. Deve-se considerar que racionalidade não é um termo capaz de atender todas as classes e relações sociais estabelecidas. Por meio da análise do *Planejamento Urbano* de 1954<sup>44</sup> para a cidade de Uberlândia, percebi que este era realizado pela mesma classe dirigente produtora do jornal, ou seja, a pedido desses sujeitos que eram proprietários da rede de imprensa da cidade e participavam da sociedade política não só uberlandense, mas também, do estado de Minas Gerais e do próprio governo federal.

Para entender esse conceito de sociedade política é necessário compreender o Estado como uma relação social, como condensação das relações sociais presentes numa sociedade. Ele é atravessado pelas relações existentes numa determinada formação social e, por isso, incorpora os conflitos vigentes em tal formação.

E para compreender o Estado como relação é preciso problematizar a sociedade de forma triádica: a infra-estrutura, como o espaço das relações de produção; a sociedade civil, como a organização dos sujeitos em aparelhos privados de hegemonia que constituem a pressão política consciente, que é dirigida para alcançar objetivos; e a sociedade política, que é constituída pelas agências do poder público, ou seja, Estado em sentido restrito. Porém, enquanto relação social, o Estado engloba essas três esferas numa relação permanente<sup>45</sup>.

Dessa forma, o Estado não pode ser visto apenas como coerção, violência e ocultação ideológica. Ele está para além da força, constitui-se na dimensão da cultura, não como erudição, mas como conjunto de visões de mundo desenvolvidas por cada fração de classe.

---

<sup>43</sup> Para uma compreensão desse processo de transformação ver: RAMOS, Geovanna de Lourdes Alves. *Memórias e trajetórias construindo a Avenida João Naves de Ávila*. In: \_\_\_\_\_. *Trilhos e trilhas: vivências, cotidiano e intervenções na cidade – Uberlândia/MG – 1970-2006*. 2007. Dissertação (Mestrado em História)- Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, 2007. p. 129 -174.

<sup>44</sup> Refiro-me ao Planejamento Urbano pedido pela Prefeitura de Uberlândia a uma empresa em Belo Horizonte com assinatura de Otávio Roscoe, recebido pelo prefeito Tubal Vilela em 1954. A tentativa de colocar em prática suas propostas permeou toda a década de 1960 e 1970, chegando, inclusive até a década de 1980, não apenas pela complexidade de suas modificações, mas pelas relações de interesse que representava.

<sup>45</sup> Para uma compreensão mais aprofundada da idéia de Estado Ampliado, ver: MENDONÇA, Sonia Regina. *Estado e sociedade*. In: MATTOS, Marcelo Badaró. *História: pensar & fazer*. Niterói, RJ: Laboratório Dimensões da História/UFF, 1998; GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 1.

Devido à falta de organização de certos grupos sociais em aparelhos privados de hegemonia dentro da sociedade civil, nem sempre esses grupos conseguem desenvolver uma visão de mundo própria, adotando a visão de outros grupos, ou seja: quando uma visão de mundo ou cultura de uma classe se impõe sobre as demais, sendo partilhada por todas, isso é denominado por Gramsci de hegemonia.

Assim, as medidas de transformação para a cidade propostas pelos idealizadores desse planejamento são racionais para as classes que o elaboram, mas não podemos dizer que outros projetos não tinham racionalidade ou que a cidade não a possuía da forma como estava organizada até então. O que transmite essa aparência de irracionalidade é a forma como as mudanças no espaço urbano aparecem como extremamente necessárias no jornal *Correio de Uberlândia* e como as notícias constroem a idéia de que a não aceitação e o não apoio a tais transformações indicam o não entendimento do momento por que passa a cidade ou mesmo egoísmo individual de quem não sabe preservar em primeiro lugar os interesses de toda a coletividade.

Essa caracterização, unida ao relato de cidade grande e desenvolvida, cria uma memória sobre Uberlândia que pouco diz dos habitantes que compõem essa cidade, a não ser quando as matérias destacavam o papel da população na realização desses projetos e os motivos pelos quais deveria apoiar tais transformações.

O fato de tanto os planejamentos feitos pelos políticos responsáveis por essa área, quanto o jornal, enquanto prática dos mesmos sujeitos, tentarem impor um determinado ritmo não nos permite constatar que ele o impôs real e completamente, pois desconsideraríamos as resistências, oposições e demais projetos em disputa, que apesar de não ser o intuito desta pesquisa, não podem ser considerados como inexistentes.

Podemos perceber que unida a inúmeras práticas, como a criação de políticas públicas e planejamentos urbanísticos, a produção de memória feita pelo jornal torna-se um instrumento na tentativa de hegemonizar determinadas formas de sociedade e desenvolvimento para a cidade, uma vez que constrói as mudanças urbanas como necessárias e inevitáveis devido ao grau de crescimento alcançado por Uberlândia dentro de uma suposta escala evolutiva de desenvolvimento das cidades.

Assim, para além da violência, o Estado, como relação social, tem um espaço de consenso obtido por meio dos aparelhos privados de hegemonia, bem como pela ação do Estado restrito ou sociedade política, que busca promover e generalizar uma visão classista.

Por mais que a imprensa não consiga impor a sua memória pura e simplesmente, não podemos desconsiderar a força de sua pretensa neutralidade e interesse em informar a população. Um exemplo dessa força faz-se ao problematizarmos a própria data de tomada do Estado pelos militares, o tão famoso 31 de março. Como apontado por Maria Helena Moreira Alves, os militares comemoravam nesta data o início do Regime Militar, mesmo sendo fato que a tomada efetiva do governo se deu no dia primeiro de abril<sup>46</sup>.

Podemos pensar que importância tem esta data diante do que foi esse processo, porém, não é a data que importa, é o que essa pequena mudança significa para os militares, visto que a oposição dizia ser o início do Regime Militar a pior brincadeira de primeiro de abril, dia da mentira, por isso não era conveniente comemorar o dia da “Revolução de 1964” neste dia.

*Cessaram-se os relâmpagos da esquerda. Diminuíram-se os trovões da direita. A tormenta passou com a vitória dos trovões. Para a felicidade do Brasil, a chuva não veio, se limitando o mau tempo entre descargas elétricas provocadas pelo choque de ideologias e o ribombar dos deuses políticos desta nossa estremecida Pátria. [...] Não nos cabe julgar a justeza e o merecimento da vitória, como também não pretendemos atirar flores aos vencedores, desejamos, isto sim, regozijarmos por sermos uma célula dêste corpo, que forma esta raça forte, pacífica e tranquila. O brasileiro é sobre tudo inteligente e altaneiro, portanto, inatingível pelas travessuras de nossos políticos. Eles também não são maldosos, pois armam habil e pacientemente uma tempestade de vento e barulho, mas na hora precisa, evitam a queda da chuva, desarmando seus dispositivos chuvosos, aceitando as inglorias de uma fuga valente, para não verem seus irmãos molhados. São peraltas mas não são rebeldes, graças a Deus, que também deve ser brasileiro – pela sua infinita bondade e compreensão. A tormenta passou, deixando seus vestígios no aumento da desvalorização de nosso sistema monetário e consequentemente supervalorização da moeda estrangeira. Naufrágio total não houve, em virtude da prudência, que é o apanágio do povo brasileiro.*<sup>47</sup>

A reportagem acima foi a primeira do jornal *Correio de Uberlândia* sobre a chegada dos militares ao poder, publicada no dia 05 de abril de 1964, intitulada “A tormenta passou”. Em nenhum momento fala de datas, apenas fala que finalmente a tormenta passou com a vitória da direita destacando que não cabe questionar se foi ou não uma vitória justa.

Trata da expectativa com relação ao novo regime, mas destaca as “travessuras” das ações políticas, colocando que, apesar das ameaças de relâmpagos e trovões, a

<sup>46</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. Memórias teóricas; uma comparação entre o Brasil e o Chile. In: \_\_\_\_\_. *Estado e oposição no Brasil 1964-1984*. Bauru, SP: EDUSC, 2005. p. 7-20.

<sup>47</sup> COUTINHO, Eweraldo. E a tormenta passou. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 05 abr. 1964. p. 5.

chuva foi impedida de cair. Na matéria o articulista também agradece ao fato de talvez Deus ser brasileiro, devido ao final esperado, e não esconde os vestígios ruins deixados por essa vitória. Finaliza com informações sobre a desvalorização do sistema monetário e supervalorização da moeda estrangeira, sendo que, o “naufrágio” total foi evitado.

Em momento algum a reportagem cita os militares, datas, ou mesmo o que aconteceu, dando a entender que toda a população sabia claramente o que estava ocorrendo. Dois dias após essa matéria, Lycídio Paes dedica um espaço de seis colunas com quarenta e nove linhas de comprimento, ou seja, toda a parte superior da página de número três do jornal, a uma matéria intitulada “Momento Histórico”; novamente parece tudo muito claro.

Nesse espaço, destacava a euforia dos novos tempos e criticava duramente o governo João Goulart fazendo um retorno até 1930, a fim de colocar aquele governo como ditatorial, concluindo que, “seja como for”, a democracia estaria salva daqueles que se aproveitam dos insatisfeitos e “facilmente impressionáveis” para atingirem êxito com ideologias “exóticas” e externas graças ao novo tempo que começa com a “fuga” de Goulart e com a necessidade de escolher-se um presidente para cumprir o quinquênio até as eleições de 1965. Termina a reportagem desejando que a escolha seja a melhor possível em prol da democracia.

As matérias que tratam do governo João Goulart constroem uma noção de tempo, colocam-se no presente sempre recuperando a década de 1930, a fim de destacar aquele governo como continuação deste. Isso significava que o presente e o movimento de março de 1964 constituíam-se como uma ruptura, algo novo, que permitia, por meio do jornal, uma construção de expectativa para o futuro, trabalhada pelo periódico segundo seus interesses.

Apesar do nítido apoio ao movimento, este ainda não é nomeado pela imprensa uberlandense. Acredito que porque não havia mesmo sido qualificado claramente. Seguem-se assim reportagens que tratam sobre o retorno da democracia, controle de uma tentativa de governo ditatorial e expurgo aos comunistas:



**Ilustração 01** - Reportagem da página de número 3 do *Correio de Uberlândia* de 07 e 08 de abril de 1964.

Essa reportagem localiza-se logo abaixo da anterior e mostra o apoio do jornal *Correio de Uberlândia* ao movimento, ainda não denominado. E assim segue até o dia 27 de abril quando aparece a primeira reportagem que denomina o que ocorreu de "Revolução Democrática de 31 de março". Sabe-se que os militares sempre comemoraram a tomada do poder neste dia, mesmo como destacado, este sendo concretizado no dia 1º de abril.

A partir daí todas as notícias que se referem à chegada dos militares ao poder tratam da "Revolução Democrática de 31 de março". Percebe-se, portanto, que foi criada uma memória por meio de publicações que tentavam hegemonizar o dia 31 de março como o marco da tomada do poder, que apesar de parecer insignificante, visto que é só uma data, atende a interesses específicos e tenta neutralizar formas de oposições.

A constituição de datas cívicas, mais que comemorar um fato, tenta confirmar o que ocorreu, ou melhor, uma interpretação do ocorrido. São tradições que são inventadas e que, como colocadas por Hobsbawm ao problematizar como as cerimônias

da corte britânica que se diziam de tradição antiga, traziam em si questões recentes<sup>48</sup>, constituem-se de práticas reguladas por mediações subentendidas e/ou cuja aceitação também é contruída conjuntamente com as datas e cerimônias na tentativa de inculcar valores e normas por meio da repetição. Busca-se, dessa forma, uma continuidade com o passado.

Ao elaborar o 31 de março de 1964, bem como sua comemoração nos anos seguintes, construíam uma data de forma a integrar a nação com a ajuda de termos como revolucionário e libertação. Estes caracterizavam o momento e a data como uma transformação que levaria o Brasil a liberdade e democracia.

Com base nesse conceito de tradição inventada, Selmane Felipe de Oliveira (2001), ao analisar como as datas cívicas faziam parte das práticas políticas das lideranças mineiras, destaca que tais construções equiparam-se a constituição de mitos como o de Tiradentes e o de 7 de setembro. Estes, simbolizam a independência do país, também por meio de termos como herói e salvação. E foi visando colocar o 31 de março de 1964 em igualdade com tais ‘mitos’ que a relação entre elas foi construída, uma vez que o “movimento revolucionário” se dizia necessário a fim de libertar o Brasil do inimigo comunista, unido a projetos de independência econômica.<sup>49</sup>

A “Revolução Democrática de 1964”, também era ressaltada em datas como a comemoração do dia do patrono do exército Duque de Caxias, nessas, a questão da obediência e da ordem eram sempre ressaltadas como essenciais para que o país se desenvolvesse e se tornasse soberano. Tanto as comemorações de 21 de abril, 7 de setembro como as de Duque de Caxias, aliadas a comemoração de 31 de março tinham em comum o fato de exaltarem a idéia de sacrifício necessário para que o processo libertador se concretizasse e o sacrifício da liberdade e o alto custo de vida enfrentado pelas classes trabalhadoras, fossem legitimados.

Pelas construções do jornal, nota-se que tanto a produção de uma memória sobre o que é e o que deve ser a cidade, quanto às transformações desta e o próprio posicionamento com relação ao Regime Militar são muito mais que mera criação de valores e/ou obstáculos simbólicos. A circulação de pessoas, a circulação de carros e os modos de viver e sobreviver na cidade também se pretende modificados, bem como o

---

<sup>48</sup> HOBBSBAWM, Eric. Introdução: A invenção das tradições. In: *A invenção das Tradições*. Paz e Terra, 2002.

<sup>49</sup> OLIVEIRA, Selma Felipe de. Comemorações Nacionais: o caso das datas cívicas. *Minas Gerais na Ditadura Militar Lideranças e Práticas Políticas* (1971-1983). Uberlândia: Rápida editora.

entendimento do que é este novo regime e o que ele significa. Esse é o intuito da produção de memória por meio da imprensa, do posicionamento do jornal, tornando-as reais e aceitáveis. O ideal de progresso difundido pela imprensa, não caracteriza apenas um discurso, é uma prática necessária e representativa dos sujeitos, a fim de legitimarem transformações reais no viver dos uberlandenses.

Nesse sentido, quando inúmeras matérias estabeleciam comparações com cidades e/ou países estrangeiros, o faziam não apenas para medir seu grau de progresso. Acredito que era uma forma de legitimar ações como se todas as cidades caminhassem para a evolução e desenvolvimento do qual Uberlândia não poderia fugir e que abarcava inclusive uma nova forma de governo.

Assim, a existência de certos problemas sociais, como a questão do saneamento básico, distribuição de água potável e a forma como se tentava solucionar essas questões não são indicativos de uma incoerência com relação ao discurso de cidade evoluída. Pois, cidade evoluída não significava, para esses sujeitos, solução de problemas, mas sim desenvolvimento industrial, independentemente dos males que a população sofreria, uma vez que estes eram considerados parte do processo e que a própria tecnologia e industrialização os resolveriam posteriormente. Ou seja, faziam parte de um ideal de sociedade.

Dessa forma, quando questionamos quem produziu uma determinada memória, onde, em quais circunstâncias, não procuramos apenas autorias e datas ou contextos dados que são anteriores e exteriores a essas produções, ao contrário, estamos considerando que estas produções expressam sujeitos históricos inseridos em relações sociais e acontecimentos que envolvem pressões e limites<sup>50</sup>.

A partir do diálogo com produções acadêmicas que trabalham com outros sujeitos, foi possível dimensionar o outro lado dessa disputa por hegemonia, por meio de outras memórias sobre o momento. Fernando Sérgio Damasceno<sup>51</sup> destaca que já na década de 1950 os trabalhadores da região, como os da alimentação e os ferroviários começavam a organizar-se a fim de lutar exatamente por melhores salários, saúde, educação e transporte. Logo, para esses trabalhadores, esses eram problemas concretos da cidade de Uberlândia.

---

<sup>50</sup> Nesse sentido, vale conferir as problematizações presentes em: FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloísa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário C. Introdução: Muitas memórias, outras histórias. In: \_\_\_\_\_ et al (Org.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho D'Água, 2004.

<sup>51</sup> DAMASCENO, Fernando Sérgio. *Condições de vida e participação política de trabalhadores em Uberlândia nos anos de 1950/1960*. 2003. Dissertação (Mestrado em História)- Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

Este autor coloca que, para dar a sensação de um espaço harmonioso, o jornal utilizou-se do lema “ordem e progresso” intensificado a partir da década de 1950 com a construção das rodovias e de Brasília e que atendia interesses locais a serem abordados. Com esse tipo de posicionamento o jornal *Correio de Uberlândia* disputava espaço na cidade, apagando a existência de experiências diversas dos trabalhadores, caracterizando-as como coisa de quem não era capaz de compreender o que realmente estava acontecendo ou que foi corrompido por uma idéia externa. E assim, o periódico tentava legitimar a idéia de desenvolvimento.

E foi dentro dessa disputa que a classe dirigente, constituinte e representada pelo jornal, trabalhou a questão do progresso e da ordem, na tentativa de hegemonizar seus modos de viver e seu ideal de sociedade com sua nova forma de governo negando as desigualdades sociais.

Mais que imposição ideológica, essa classe dirigente colocava em disputa sua hegemonia conjuntamente com seu ideal de sociedade. Entender, então, o que significava o jornal enquanto produção desses sujeitos dentro de um processo permite-nos problematizar, não apenas a justificativa e intenção dessa construção, mas a sua utilização nessa disputa por hegemonia:

*Certos órgãos da imprensa carioca, inimigos do movimento vitorioso a 1º de abril, exploram, a seu modo e em sentido contrário a revolução democrática brasileira. [...] Não é demais lembrar que, com a partida do presidente deposto não se revogou a Constituição, não se instaurou uma ditadura, e mantidos em função os Podêres Legislativo e Judiciário, os brasileiros não sofreram decretos-leis, não ficaram privados do “hábeas corpus” e desconhecem a censura sob tôdas as suas formas, inclusive a jornalística. O nôvo govêrno limitou-se a suspender duas grandes garantias constitucionais – uma por 60 dias, que já expirou, relativa a suspensão dos direitos políticos – outra de 6 meses, que está para terminar – sôbre a estabilidade dos servidores públicos em seus cargos. Uma revolução vitoriosa, visando, não somente a deposição do regime democrático, a reprimir a corrupção administrativa, e a implantação de reformas profundas políticas, econômicas e sociais, e que limita os seus podêres pela forma acima indicada, dificilmente poderia ter feito menos.*<sup>52</sup>

As matérias do jornal fazem referências a outras publicações, ou seja, dialoga com outros modos de pensar e viver, porém o fazem de forma indireta por não destacar os órgãos aos quais se refere. Acredito que faça isso com a intenção de desacreditar tal posicionamento, como se fosse escrito e difundido por alguém não autorizado.

---

<sup>52</sup> SENTIDO ideológico da Revolução. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 11 e 12 out. 1964. Coluna “Assim Pensamos”, p. 3.

A caracterização dos ditos órgãos como inimigos do regime, logo no início da reportagem, tem o intuito de deslegitimar o que foi colocado por eles. Essa é uma maneira de dialogar com outros posicionamentos diferenciados da imprensa, tentando anulá-los.

Por meio de pesquisa nas produções acadêmicas que tratam da década de 1960 em Uberlândia e em Minas Gerais – já destacadas na Apresentação – encontrei o posicionamento criticado. A existência de tais posicionamentos na cidade, ainda que não na imprensa, deve ser problematizada, visto que a crítica feita pelo jornal é representativa de uma preocupação do *Correio de Uberlândia* em dialogar com tais posições e disputar espaço com elas.

Segundo Damasceno, os trabalhadores encontravam-se numa realidade diferente da destacada pela imprensa da cidade na década de 1960, ou seja, numa Uberlândia que não se mostrava tão evoluída e moderna, o que indica não só que são sujeitos diversos, como que a idéia de cidade também é um produto da luta de classes na disputa por hegemonia. As lutas dos trabalhadores ferroviários destacadas por Damasceno, como a paridade salarial em toda a linha férrea da Mogiana, demonstram diferenciados projetos e interpretações de cidade. E também indicam que a disputa por hegemonia de um determinado ideal de sociedade se faz no dia-a-dia e nas práticas dos indivíduos.

Nessa disputa por hegemonia, em que uma determinada classe tinha como um instrumento a produção de memória realizada pelo jornal, aparecem posicionamentos com relação ao Regime Militar e sua implantação. Estes se constituem por meio de explicações sobre a instituição do novo regime e medidas adotadas por ele, que são de grande interesse para este trabalho.

Havia um interesse local por parte da classe dirigente em difundir o ideal liberal industrial colocado pelo Regime Militar, visto que seriam eles mesmos os investidores e beneficiários de tal expansão. Além disso, ao difundir esse ideal num jornal destinado claramente às classes média e dos dirigentes, visava-se atrair apoio destas e de investidores industriais de outras cidades e/ou outros estados para Uberlândia:

*Mais uma comissão de uberlandenses dirige-se à capital mineira para a obtenção de benefícios para a cidade. Domingo partiu de Uberlândia, liderada pelo chefe do executivo municipal, uma caravana de homens de negócios e industriais que vão falar com o governador Magalhães Pinto sobre assuntos ligados à Cidade Industrial.*

*O prefeito Raul Pereira de Resende, os srs. Luiz Della Penna, eng. Helvio Felice, Cesarino Crosara e outros, neste momento já devem ter entrado em contato (ontem) com o chefe do executivo estadual através da atuação do*

*deputado Valdir Melgaço que fez a ligação entre o governador e os uberlandenses.*

*Embora não seja conhecida em seu total a agenda de reivindicações, sabemos perfeitamente que o sr. Raul Pereira de Rezende, com o apoio do deputado Valdir Melgaço, promoverá meios para retornar a Uberlândia trazendo uma verba de 20 milhões de cruzeiros, retida em Belo Horizonte e destinada a serviços na futura Cidade Industrial.*

*Outro assunto que será tratado, refere-se à isenção de impostos e à fiscalização estadual em Uberlândia, ora tão em atualidade dentro do panorama político de nossa terra.*

*A notícia da viagem da comissão a Belo Horizonte, não deixa de ser das mais importantes para esta comunidade. Realmente, os homens que a compõem, figuras destacadas do progresso industrial, comercial e político da metrópole triangulina foram altamente credenciados a conseguir um benefício que o estado tem obrigação de nos dar.*

*A atuação do deputado Valdir Melgaço, que é uberlandense e ocupa relevante lugar no mundo político estadual, deverá constituir ponta de lança na obtenção do atendimento às nossas reivindicações. Por isso aguardamos, tranquilamente, o sucesso da viagem do prefeito e dos industriais.<sup>53</sup>*

A utilização de uma linguagem no plural transmite, numa leitura acrítica, a sensação de que toda a população já sabia dessa viagem e de sua necessidade – mesmo sendo a primeira vez que noticiavam essa informação – e que os benefícios para a construção da Cidade Industrial – setor para a implantação de indústrias em Uberlândia – seriam para toda a cidade. Além disso, muitas coisas não ditas na reportagem, ao serem analisadas, dizem muito sobre para quem e com quem o jornal está estabelecendo um diálogo.

Quando é colocado que a comissão é formada por pessoas altamente credenciadas, quem as credenciou? Quem as escolheu para participar da comissão? Os benefícios serão para quem? Não destaco essas questões por achar que era dever do jornal trazê-las, entendo claramente que não era este seu intuito e não estou cobrando isso dele, apenas as destaco por me permitirem ver com maior clareza o seu objetivo.

Logo, os interesses a serem atendidos, são os dos industriais comerciais e políticos que usufruirão desses benefícios, eles foram negociar com o governo estadual a liberação da verba que já estava decidida previamente por essa classe, participante da sociedade política uberlandense, para ser investida nas indústrias.

A matéria justifica a importância desses investimentos para a “*metrópole triangulina*”, ou seja, difunde a idéia de Uberlândia como uma cidade grande e que, supostamente precisa prioritariamente de indústrias, de uma forma de sociedade que seja capaz de garantir o desenvolvimento econômico e a ordem. Dessa forma, dialoga

---

<sup>53</sup> COMISSÃO Capital. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 22 set. 1964. Coluna “Assim Pensamos”, p. 3.

com seus pares por meio de uma linguagem cúmplice, na primeira pessoa do plural e imprime a notícia de um ideal de cidade. O jornal constrói uma realidade baseada em alguns fatos, a qual deseja e da qual se beneficia, que passa a fazer parte das experiências das pessoas e que influencia o olhar sobre a cidade e sobre o tipo de sociedade que se quer desenvolver.

Ao considerar memória não apenas a recordação do passado que reproduz de forma fidedigna a realidade, mas sim uma construção que traz à tona, segundo posições atuais, interpretações do real que já traziam em si pontos de vistas novamente reunidos, os posicionamentos do jornal, ao serem vistos como aquilo que de fato ocorreu, apagam questões defendidas a fim de atender esses interesses locais, bem como as posições contrárias e, acabam não só construindo uma realidade sobre a década de 1960 em Uberlândia, como também uma realidade nacional do período.

Apesar de o jornal ser uma prática essencial por tentar garantir o consenso, não se constitui por si só, relaciona-se a outras medidas tomadas pela mesma classe e que também tem no dia-a-dia o seu cenário de disputa com as demais.

Damasceno (2003) coloca que a criação das Associações de Trabalhadores e, posteriormente, suas transformações em Sindicatos, na tentativa de atender às necessidades dos trabalhadores ocorria de forma pública e tinha espaço na imprensa. Esta se posicionava sobre os assuntos e reivindicações e se fazia autorizada por ser formada pelos mesmos sujeitos que, por meio dessa e de outras práticas, cooptavam as lideranças de algumas organizações e sindicatos, como a dos ferroviários à UDN, realizando uma política de conciliação que favorecia a imagem de cidade que a classe dirigente desejava difundir e legitimar por meio do jornal.

Isso caracteriza o trânsito entre sociedade civil e sociedade política, as quais se encontram em constante interação/conflito, por isso, ao pensarmos em políticas públicas e sociedade política temos que questionar a que grupos organizados da sociedade civil estão ligados, quais os seus interesses e que outros grupos desta possuem representantes dentro dos organismos daquela, para entender porque uma determinada política pública foi aprovada e não outra, visto que ela resulta do embate entre grupos sociais diversos, que disputam a inscrição de seus projetos e visões de mundo.

Para esse tipo de análise deve-se ter em vista que determinados interesses só têm força política quando organizados nos aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil, que exercem pressão sobre a sociedade política. Ou seja, há de se considerar as

entidades de classe, suas demandas e lutas, bem como demais órgãos representativos dessas classes e sua presença nos organismos de Estado no sentido restrito.

O jornal também é um organismo privado de hegemonia, suas campanhas com características específicas representam o atendimento de demandas de grupos sociais. E a memória é, então, utilizada como um instrumento, uma vez que o jornal constrói em suas páginas uma cidade, um processo de evolução que apaga sujeitos e lutas, dando destaque a outros sujeitos problematizados neste trabalho.

Nota-se, então, a memória em movimento e produzida no social a partir do presente, utilizada no plural, pois são as maneiras como grupos, classes sociais, interpretam o passado, ou seja, este é um campo de disputa por aquilo que queremos para a nossa sociedade. A memória produzida a partir de significações do presente com interpretações sobre o passado projeta um futuro e, portanto, é uma construção em disputa de acordo com interesses e projetos de sociedade almejados.

Assim, o jornal, como outras práticas, se localiza historicamente no tempo e no espaço e é uma prática social de sujeitos específicos. Isso pôde ser problematizado também a partir do caráter e propagandas do periódico que defendiam a idéia de desenvolvimento ligado à industrialização e o estabelecimento das multinacionais, ou seja, um desenvolvimento capitalista de cunho econômico liberal, além de possuir um caráter de propaganda política em favor de seu diretor, destacando sempre seus feitos enquanto deputado, que, supostamente, beneficiaram a cidade de Uberlândia:

*O DEPUTADO Valdir Melgaço comunicou ao prefeito Raul Pereira a obtenção de mais verbas para Uberlândia, já à disposição da cidade; 53 milhões para o instituto de Educação; 56 milhões para a ponte da Mangueira e 28 milhões (de um total de 128 milhões e fração) para o 6º Grupo Escolar Estadual. Breve o alcaide irá a Belo Horizonte a fim de receber as importâncias.*<sup>54</sup>

Esta reportagem da capa está localizada na parte superior, como primeira chamada do jornal em letras grandes, dando ênfase ao diretor do jornal que era Deputado Estadual, antes filiado à UDN e após a extinção do partido, a ARENA. Traz o caráter de propaganda das empresas jornalísticas, sendo que, nessa época, Valdir Melgaço era também o maior cotista do jornal.

Esta outra matéria, também de capa, do dia seguinte, é muito representativa das filiações políticas dos diretores, redatores, proprietários e jornalistas do *Correio de*

---

<sup>54</sup> VALDIR comunica que a cidade tem mais verbas. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 02 set. 1965. Capa. (Conteúdo da reportagem estampada na Ilustração 02)

*Uberlândia*, do ideal de desenvolvimento no qual acreditavam e desejavam para a cidade e de seus posicionamentos com relação aos investimentos internacionais:

*BUENOS AIRES. (SE) – O desenvolvimento regional, em caráter multinacional, é necessário para o progresso da América Latina – declarou nesta capital o sr. Felipe Herrera, presidente do Banco Internacional Americano de Desenvolvimento (BID), ao participar das cerimônias de inauguração do Instituto de Integração Latino-Americano, dependência do BID que se dedicará ao preparo de técnicos para levar a cabo essa integração.*

*‘O desenvolvimento nacional integrado precisa basear-se em desenvolvimentos nacionais regionalizados’ – disse o sr. Herrera, acrescentando:*

*‘Necessitamos do desenvolvimento econômico para o bem-estar de nossos povos, mas só a força derivada do crescimento de nossa economia não nos dará maior gravitação no mundo do futuro. Para isso é preciso que tornemos realidade a possibilidade de construir uma comunidade coesa, unida por uma política de objetivos comuns’...*

*O presidente do BID pediu também que não se demore na adoção de formulas multinacionais lembrando que ‘foi somente no último quinquênio que êsse tipo de iniciativa ganhou força, aprovando-se medidas institucionais mais permanentes e com reais possibilidades de arraigar-se na região’.*

*Nesse sentido, sublinhou o sr. Herrera a decisão do govêrno dos Estados Unidos de contribuir, com recursos da Aliança Para o Progresso, para a criação de um fundo para preparar projetos de rodovias, comunicações, transporte fluvial e complementação agrícola que compreendem dois ou mais países. Este propósito – disse – ‘vem reforçar o financiamento dos Estados Unidos e as obras de alcance multinacional, que são condições para a integração’.*<sup>55</sup>

Se compararmos essas duas reportagens, a ênfase aos investimentos em projetos multinacionais tem um espaço superior ao das verbas para educação e construção civil. Apesar da notícia das verbas ocupar uma posição superior, esta destaca apenas o fato de Valdir Melgaço ter conseguido verbas, visto que seu título ocupa o espaço de cinco colunas com a largura de dez linhas trazendo a mensagem “Valdir comunica que a cidade tem mais verbas”, enquanto a notícia em si ocupa o espaço de uma coluna com dez linhas de texto escrito. O que se pretende destacar não é para onde irão as verbas, em que serão investidas, mas sim quem as trouxe.

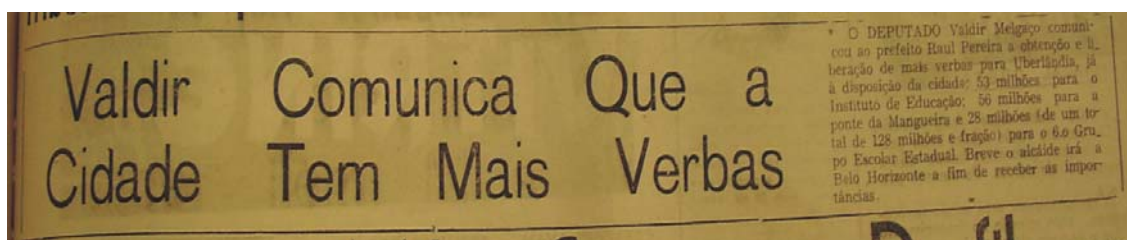


**Ilustração 02** - Reportagem de capa do jornal *Correio de Uberlândia*, 02 set. 1965

<sup>55</sup> O DESENVOLVIMENTO multinacional é necessário para a integração. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 03 e 04 set. 1965. Capa.

Já a notícia que trata da abertura da América Latina aos investimentos estrangeiros, colocados como necessários, apesar de se localizar no meio inferior da capa, ocupa o espaço de três colunas com vinte e três linhas cada uma e seu título não excede três colunas com a largura de cinco a sete linhas. Percebemos assim, que a disposição das reportagens e de seus títulos não visa atender apenas a um padrão estético, mas enfatizar o que é importante para a sociedade e para a cidade. E ao fazê-lo não impõe uma ideologia, mas coloca em circulação e em disputa em Uberlândia aquilo que, segundo eles, é necessário para a cidade e para o país.

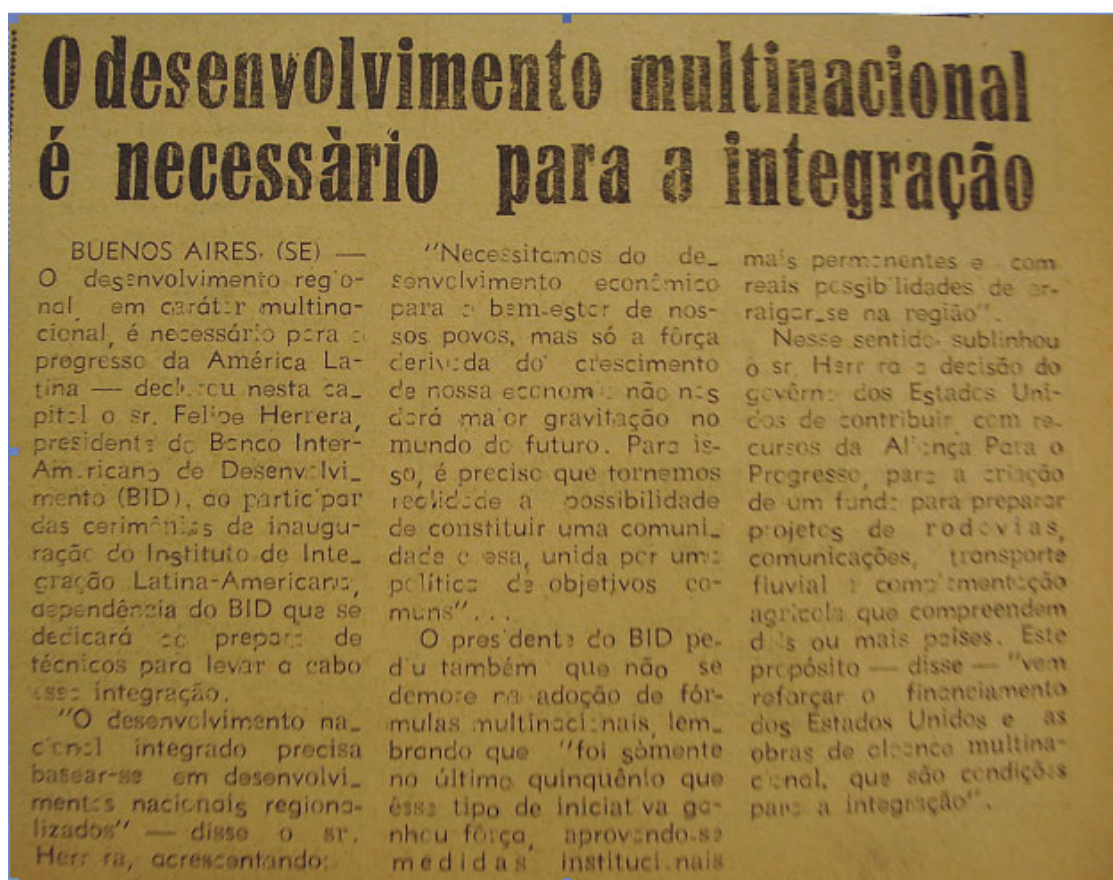


**Ilustração 03** - Reportagem de capa do jornal *Correio de Uberlândia*, 03 e 04 set. 1965

Coincidentemente os maiores investidores em publicidade no *Correio de Uberlândia*, na época, eram as empresas multinacionais automobilísticas, sendo que se cobrava dois mil cruzeiros o centímetro da coluna para a propaganda na primeira página, mil e duzentos cruzeiros o centímetro da coluna em página determinada, e

novecentos      cruzeiros      em      página      indeterminada.

**Depois de ver  
que havia  
tantas vantagens,  
espantou-se  
com a semelhança  
do preço. (Era o  
seu primeiro  
Chevrolet)**



O Concessionário Chevrolet ficou  
muito de uma coisa. Sobre as ins-  
tações do modelo 67, sobre o  
que vale um Chevrolet. Ele se  
esforça da qualidade confiou na marca.  
Mas ainda não havia o Chevrolet?  
Sim, o genitor de sempre chamado.  
E a nova concepção do tipo de carro.  
E, então, realmente, realmente o carro era  
exito 67. E, então, realmente. Muito bom.  
Uma excelente máquina, e verdade. E quanto aos  
custos de manutenção, você compare o 67 com  
a gasolina, com a diesel, qual o melhor para o seu caso.  
De fato, era muito vantagem. Tanto que se espantou com o  
preço. Pensou que era bem mais alto – não era. Foi o espanto.  
A satisfação. A ponto do Concessionário ficar pensando: não era  
para não sair tão alto, ainda vai ganhar muito dinheiro com Chevrolet.

100 anos de vida  
Chevrolet  
Chevrolet é uma  
a Chevrolet que foi o mundo

Este produto **GENERAL MOTORS GM**  
CONSTITUÍDA EM 1908, A GENERAL MOTORS É A ÚNICA FABRICANTE DE VEÍCULOS E AUTOPÊÇAS A SER VOTADA EM TODA A AMÉRICA DO NORDESTE.

**Comprando ou  
trocando você faz  
o melhor negócio em**

**irmãos  
garcia s.a.**  
- A LOJA DA CONFIANÇA  
**máximo em  
veículos e autopeças**

**Ilustração 04** - Propaganda no jornal *Correio de Uberlândia*, 06 jul. 1967, p. 6

Esta propaganda da Chevrolet ocupa por completo a página de número seis do jornal e é representativa das que aparecem ocupando folhas completas do periódico.

Comparando o preço diário do jornal e o preço semestral de sua assinatura (cinquenta cruzeiros, quatro mil cruzeiros respectivamente), com o valor cobrado por espaço destinado à publicidade, percebe-se que seu financiamento está ligado às

propagandas e aos interesses e projetos que estas difundem e que trazem a necessidade da “modernização” ligada à industrialização da cidade.

Assim, para recuperarmos essas interpretações e analisar o que há de local com relação ao apoio a um determinado regime e o que isso significava em termos de disputa por hegemonia, foi necessário romper com a idéia de neutralidade e verdade do jornal, colocando-o como prática social produtora de memórias. Isso nos dá a dimensão de como a memória produzida pelo jornal se faz autorizada e como a classe dirigente a utiliza na tentativa de manter-se em sua posição.

A reportagem sobre o desenvolvimento multinacional logo após a indicação de que virão verbas para a educação visa legitimar os investimentos em outros setores, ao considerar-se a educação como atendida. Colocar como necessário que se invista no desenvolvimento econômico também justifica os empréstimos e dívidas com o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento – e os Estados Unidos, que aparecem como sendo por uma boa causa e não como dívidas contraídas.

A classe dirigente uberlandense compartilhava desse ideal de sociedade e se articulava com o todo nacional, a fim de beneficiar-se desse projeto de desenvolvimento e precisava, portanto, legitimá-lo na cidade. O jornal enquanto prática e a memória enquanto seu instrumento caracteriza a disposição das reportagens, construindo o que deveria ser o desenvolvimento da cidade.

Nacionalmente, como problematizado por René Armand Dreifuss, em seu livro 1964. *A conquista do Estado; ação política, poder e golpe de classe* – que trata do processo de chegada dos militares ao poder abordando questões socioculturais, econômicas e políticas, enfatizando, entre outras coisas, a articulação do empresariado com os militares na organização da tomada do poder – as companhias multinacionais, na década de 1960, já representavam a forma embrionária de uma ordem econômica globalizante. A estrutura dessa nova ordem era estabelecida nas próprias formações sociais dos países onde essas multinacionais funcionavam. Esse tipo de empresa contribuía para a formação de classes não apenas por atitudes políticas e econômicas, mas pela compatibilidade de interesses enquanto acionistas, objetivos profissionais, padrão de vida e laços socioculturais<sup>56</sup>.

---

<sup>56</sup> DREIFUSS, René Armand. A estrutura política de poder do capital multinacional e seus interesses associados. In: 1964. *A conquista do Estado; ação política, poder e golpe de classe*. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. p. 78–135.

A atuação das multinacionais no Brasil não se caracterizava apenas por uma imposição econômica, mas por ações políticas, uma vez que essa classe de diretores e empresários – formada também por brasileiros – ocupava posições na sociedade política. Esse trânsito entre empresas e cargos públicos, a acumulação de cargos, além da pressão econômica sobre o governo, visava a constituição de condições favoráveis à produção, ou seja, formava não apenas uma classe, mas seus articuladores políticos. Como, por exemplo, o complexo IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais / IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática, analisados por Dreifuss.

Toda essa análise possibilita a problematização do que era Uberlândia para esses sujeitos que compunham a imprensa, os quais tinham o interesse de que essa interpretação fosse a hegemônica. Para eles, além de uma cidade voltada para a propriedade rural e imobiliária, onde o comércio possuía uma fundamental importância e que visava a industrialização baseada na abertura do mercado às multinacionais e o desenvolvimento econômico proveniente disso, a cidade aparecia como sinônimo de progresso.

A problematização do jornal e da rede na qual se insere, permitiu notar que a estrutura econômica da cidade foi transformando-se com a expansão do comércio, fato que, conduzido pelos grupos já citados, por meio do que era noticiado na imprensa, tentava não apenas legitimar transformações, mas fazê-lo por meio dos valores e modos de viver, pelo estabelecimento de responsabilidades e de necessidades à população.

A idéia de “modernidade” permeava o discurso e as práticas “progressistas” desses sujeitos que visavam expandir o capitalismo gerando, como fruto desse desenvolvimento capitalista, uma sociedade desigual denominada de “Cidade Jardim”. Esse termo foi construído para propagandear Uberlândia e indicava políticas públicas de limpeza e conservação, conserto dos passeios públicos e a retirada de mendigos e indigentes do centro da cidade, tudo isso legitimado pela idéia de “higienização das cidades modernas”, para que a população não ficasse à mercê de doenças advindas das práticas e modos de viver antigos e/ou ruins, a fim de justificar medidas totalmente antidemocráticas e preconceituosas:

*As ruas de Uberlândia estão novamente cheias de pedidores de esmolas, que batem de porta em porta, nos estabelecimentos comerciais e casa de residências. As instituições de caridade criadas para amparar os menos favorecidos pela sorte, estão cheias e delas não sairão nenhum para pedir esmolas nas vias públicas. No entanto das outras cidades estão mandando para*

*a Metrópole caravanas de esmolés que infestam a Metrópole, muitas vezes causando o perigo de contagiar a população com doenças perigosas. Na feira-livre da Avenida Cesário Alvim, dois leprosos montados em cavalos tentaram invadir o movimento comercial estendendo os seus chapéus à caridade pública. [...]*  
*Necessário se faz uma solução para impedir que leprosos percorram as ruas de Uberlândia pedindo esmolos, principalmente nas feiras-livres onde alimentos, verduras e frutas ficam expostos ao ar.*<sup>57</sup>

Essa reportagem caracteriza os mendigos como resultado de uma má sorte individual e os generaliza como portadores de doenças contagiosas. Coloca o problema da mendicância como algo externo a Uberlândia, ou seja, problemas que as outras cidades por não conseguirem resolver mandam para a “*metrópole triangulina*”.

Dessa forma, a produção de memória feita pelo jornal *Correio de Uberlândia* tenta naturalizar a idéia de Uberlândia como grande centro do Triângulo que acabava absorvendo os problemas das cidades vizinhas não tão desenvolvidas, ou seja, a cidade vivida pela classe dirigente.

Segundo Damasceno<sup>58</sup>, a comercialização de cereais era o grande forte da cidade, tanto que inúmeros cerealistas e distribuidores de alimentos se desenvolveram como o Grupo Martins que começou como explorador da compra de arroz em Goiás, beneficiamento em Uberlândia e venda em São Paulo e hoje é um dos maiores distribuidores de alimentos da América Latina.

Entretanto, nessa época, os maiores produtores de arroz e cereais na região do Triângulo Mineiro eram as cidades de Ituiutaba e Tupaciguara que comercializavam em Uberlândia. A classe dirigente beneficiava-se disso e construía, então, a cidade de Uberlândia como o centro do Triângulo Mineiro, essencial para as atividades econômicas da região, favorecendo a difusão da necessidade de desenvolvimento industrial da “Cidade Jardim”, inclusive como medida para solucionar esses problemas supostamente absorvidos pela cidade<sup>59</sup>.

Assim, o centro, como um espaço freqüentado por uma pequena parcela da cidade, recebia inúmeras verbas para ganhar e manter a aparência de cidade jardim. O aspecto da parte central, como colocado por Campos Filho ao analisar as cidades brasileiras e a questão da urbanização e da valorização do centro das cidades em

<sup>57</sup> MENDIGOS voltam a infestar a mais bela cidade do T. M. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 24 e 25 ago. 1965, p. 3,5.

<sup>58</sup> DAMASCENO, Fernando Sérgio. *Condições de vida e participação política de trabalhadores em Uberlândia nos anos de 1950/1960*. 2003. Dissertação (Mestrado em História)- Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

<sup>59</sup> Ibidem.

detrimento das periferias, na maioria das vezes, vem da arrecadação de todo o município e investida graças à relação entre setores de classe dominante e sociedade política, em regiões desfrutadas por esses grupos. As áreas urbanizadas da periferia permanecem em um estado de precariedade quanto aos recursos de infra-estrutura urbana. E, além disso, são os proprietários das áreas possuidoras de investimentos, bem como os especuladores imobiliários, que se beneficiam da valorização imobiliária da região central<sup>60</sup>:

---

<sup>60</sup> Cf. CAMPOS FILHO, Cândido Malta. *Cidades brasileiras: seu controle ou caos*. São Paulo: Nobel Editora, 1992.

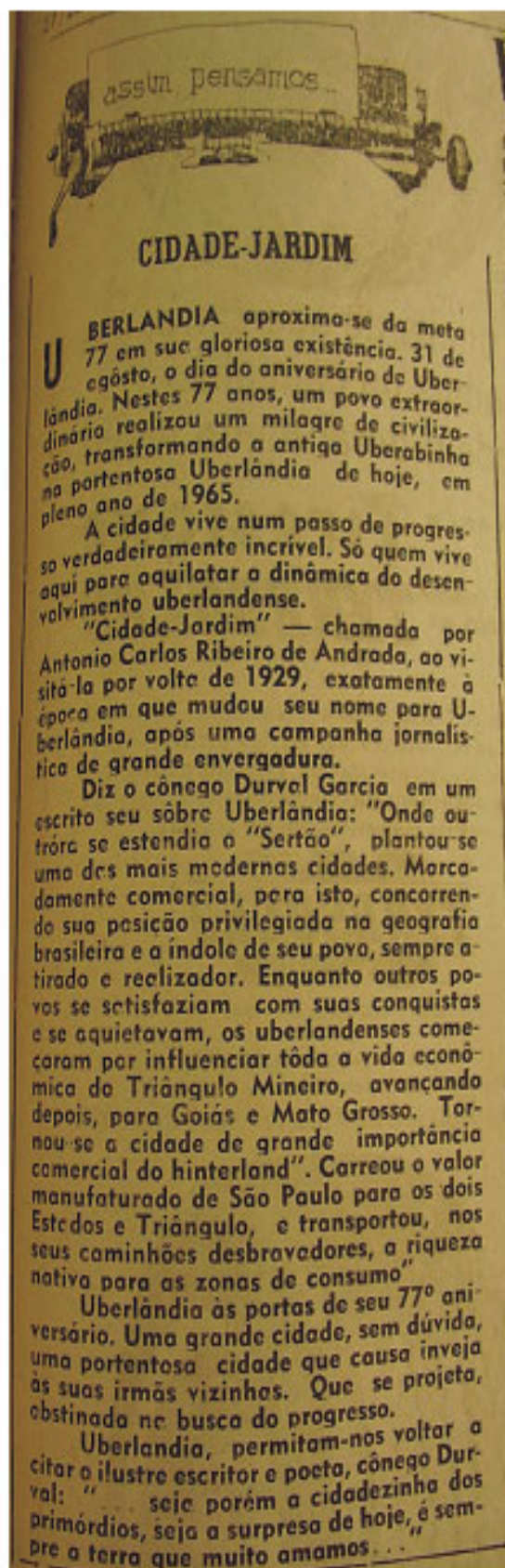


**Ilustração 05** - Reportagem do jornal *Correio de Uberlândia*, 27 e 28 ago. 1965. Coluna "Assim Pensamos", p. 3.

Essa reportagem exaltava a dita modernidade da cidade de Uberlândia; data de quatro dias após a reportagem intitulada “Mendigos infestam a cidade” e vem legitimar as ações colocadas nesta matéria, ou seja, atitudes tomadas para atingir um fim maior, uma cidade supostamente moderna e desenvolvida. Caracterizava a cidade de Uberlândia dentro de um processo que necessitava de industrialização para prosseguir.

Essa idéia de cidade, ligada à repetição constante de um posicionamento favorável à maioria das medidas do Regime Militar no jornal é que, muitas vezes, dá a idéia de que são medidas defendidas por toda a cidade e/ou aceitas por ela. Os que as difundem não são ingênuos de pensarem assim, pelo contrário, a repetição é também utilizada como maneira para se legitimarem diante daqueles que possuem outras posições.

Embora o Regime Militar protegesse pela força – impedindo a oposição – os interesses e projetos da classe dirigente, os mecanismos de persuasão, como o controle da imprensa, eram consideráveis. Isso não significa que o Regime Militar realmente conseguiu total hegemonia ou não seriam necessárias medidas físicas coercitivas – como a tortura –, mas não foi essa a única responsável direta por sua força.

Outra maneira de legitimarem seu ideal de cidade, de desenvolvimento e regime necessário para isso, foi valerm-se de estatísticas e números de pesquisas realizados por instituições e/ou pessoas de suposto prestígio que, na maioria das vezes, nem estavam ligadas à cidade e que acabavam ganhando enorme destaque no jornal:

*- Eudécio Casasanta Pereira - (Acadêmico DA FACEU)*

*Dados oficiais publicados pela UNESCO, Órgão Mundial com equipe de pesquisadores internacionais, nos revelam, o mínimo de TÉCNICOS que deve uma nação possuir para ascender a um ritmo normal de DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Dizem os renomados técnicos daquele Organismo Internacional, que para cada 1 milhão de habitantes, deve existir pelo menos 150.000 técnicos nas diversas atividades humanas que englobem setores tecnológicos. Isso em se tratando de um país desenvolvido. Notamos que não há em hipótese alguma, caráter tendencioso no estudo dos pesquisadores da UNESCO, pois se olharmos o caso específico dos EE.UU da América, onde existe uma proporção de 180.000 técnicos para cada milhão de indivíduos e ainda persiste o fato de importação de técnicos. Analisemos o caso específico do Brasil: - Nação sub-desenvolvida com um “déficit” crônico no setor tecnológico que vem se constituindo em largo fator negativo de seu desenvolvimento Econômico. Nossa população que apresenta o maior índice demográfico do globo [...] necessita somente para cobrir o incremento demográfico uma cifra de 300.000 técnicos anuais, sem contar as necessidades anteriores. O total global de vagas nas Universidades do Brasil é de apenas...120.000, sendo que dessa parcela 58% se destinam a Cursos de Filosofia e Ciências Jurídicas.[...] Uberlândia, a grande metrópole do “hinterland” brasileiro conta com 2 Faculdades que oferecem ensino superior*

*técnico-específico, que são as Faculdades de Ciências Econômicas e Engenharia Industrial. Os estudantes de grau médio de nossa região que sempre se delineiam por atividades apenas temporárias e outros que permanecem na inatividade devem lançar um olhar patriótico para o futuro da Nação e pelo seu próprio interesse procurando atingir um ideal profissional dentro do setor técnico nas diversas Escolas específicas de formação tecnológica pois assim fazendo estarão se constituindo em molas-mestras no processo de DESENVOLVIMENTO ECONOMICO que o Brasil deve atingir para realizar seu histórico destino.*<sup>61</sup>

A “grande metrópole do ‘hinterland’ brasileiro” contava com 88.282 habitantes na década de 1960 que indica um crescimento de 644% quando comparada à cidade do início do século, sendo que desses, 71.717 estavam concentrados na área urbana (ver Tabela II). O crescimento demográfico é utilizado para legitimar a posição da imprensa sobre Uberlândia colocando-a como cidade desenvolvida e industrial.

Entretanto, o número de estabelecimentos comerciais em 1960 em Uberlândia era de 842 com 2.891 pessoas ocupadas e o de indústrias era de 191 com 1.577 pessoas ocupadas. Uberlândia já se destacava como uma cidade com predominância de atividade no setor de serviços com 17.342 pessoas empregadas nesse setor (comparar Tabela I e III). Apesar desses dados, o fato de os estudantes ocuparem atividades temporárias, também englobadas pelo setor terciário, é considerado falta de patriotismo individual e falta de aperfeiçoamento para trabalhar em demais setores, não só em Uberlândia mas no Brasil que na década de 1960 possuía 70.070.457 habitantes.

Com uma determinada interpretação do presente, que se liga a uma reelaboração do passado projetam um futuro capaz de atender seus interesses. Constroem-se não apenas fatos, mas também significados que modelam a consciência do agora e do ontem colocando algumas possibilidades e apagando outras, na tentativa de remodelar valores e desejos segundo os seus. Uma vez que a visão de cidade que desenvolvem não tem o intuito apenas de criar um imaginário que dê a idéia de fim das desigualdades de classe, é uma interpretação real para os que a difundem e o imaginário e desejos criados estão ligados a essa interpretação real. São desejos, necessidades e valores que serão atendidos para esse grupo, entretanto, não estão destinados a todos e a criação desse sentido nem tem essa intenção, é uma visão industrial capitalista que pretende legitimar-se e não findar com as desigualdades.

Observa-se, mais uma vez, que o desenvolvimento aparece como objetivo principal e a tecnologia como fim de todos os problemas, bem como sua ausência como

---

<sup>61</sup> O DESENVOLVIMENTO econômico e a tecnologia. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 04 e 05 mar. 1966, p. 4.

a natureza de todos os problemas que, unida ao desinteresse individual dos jovens, faz com que o Brasil não atinja o desenvolvimento dos Estados Unidos.

Projeções de futuro como a destacada nessa reportagem são representativas não só de uma interpretação equivocada do presente, mas também do passado com relação ao progresso humano, numa visão evolucionista que encara o novo sempre como um progresso e aspectos problemáticos do capitalismo como necessidade para atingir-se a evolução.

Essa interpretação não caracteriza ingenuidade por parte dos sujeitos, pelo contrário, é uma maneira de se afastarem da responsabilidade para com os problemas sociais resultados de seus projetos para Uberlândia.

Uma cidade moderna, sem miséria, com arranha-céus, desenvolvida e industrializada, sem problemas sociais, um imenso jardim. Essa interpretação referia-se apenas ao centro da cidade, a parte necessária ao grupo que difundia essa memória na tentativa de apagar uma Uberlândia que para eles não tinha muitas belezas naturais, possuía uma arquitetura simples e estava isolada dos grandes centros:

*Espetáculo que não recomendo, o seu prosseguimento. Uma procissão de barracos, formando no todo uma favela, está sendo registrada as margens da rodovia localizada na Cabeceira do Tabocas, hoje denominado/; CONTORNO. Perigo iminente alí se observa. Casas pequenas alí estão sendo construídas. Dezenas já estão prontas e habitadas.*

*Sabemos perfeitamente que a falta de moradia e falta de recursos para pagar aluguel de casas em Uberlândia, alguns com preços altos andam livremente pela cidade. No entanto o nosso papel, neste caso, é o de alertar as autoridades e estas, chamando a atenção das famílias, que residem na ‘beira da rodovia’, pouco mais de 10 metros do asfalto, dizendo do perigo da localização dos “barracos”. Perigo de vida e ainda mais, por ser aquele local, acesso para a cidade, para a BR-71 e BR-050 dando a forasteiros espetáculo feio e que não recomendo. Um caminhão pode perder seu volante, pode se chocar com outro e ir, desgovernado de encontro a uma casa daquelas, podendo assim matar crianças, homens e mulheres. Luto para famílias, dificuldades para motoristas. Deve existir uma solução para este problema. Não é crível, que Uberlândia em idade ‘madura’ assim podemos dizer, tenha ainda, problemas sociais graves, como os observados pela reportagem do CORREIO DE UBERLÂNDIA. Ainda mais, aquele local, não oferece condições nenhuma, de conforto para as famílias.*

*[...] É dever de todos nós zelar pelo bem estar de nosso próximo. Também acreditamos, ser dever da imprensa contribuir para o progresso de uma cidade cooperando decisivamente com as autoridades em busca da solução de cada problema diário.<sup>62</sup>*

---

<sup>62</sup> FAVELAS - novo problema para Uberlândia. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 16 dez. 1965. Coluna “Assim Pensamos”, p. 3.

Essa matéria, da coluna “Assim Pensamos”, tem a largura de uma coluna com mais ou menos 70 linhas, contando o seu título, ou seja, ocupa mais que a metade superior da página três do jornal. Apesar de não possuir autoria, essa é a página onde escrevem os redatores e diretores do jornal, que nesse ano eram: Marçal Costa, redator chefe; Lycidio Paes e José Pereira Pires, redatores; Deputado Valdir Melgaço Barbosa, Argemiro Evangelista Ferreira, Agenor Alves Garcia e Humberto C. França, diretores do *Correio de Uberlândia*.

A reportagem tem cunho pessoal, coloca a imprensa como autoridade na solução de problemas, mas o que traz de mais interessante é a forma como esconde a sua real preocupação que é a aparência da entrada da cidade. O problema não é a falta de condições das pessoas para residirem bem, e isso de forma alguma é ligado ao desemprego na cidade, mas o fato de que é “feio” os barracos na entrada da “Cidade Jardim”. A verdadeira intenção fica, portanto, camuflada claramente pela questão da insegurança do local.

O jornal não constitui um posicionamento por si só. Além de pensá-lo como um lugar social de luta de classes, de disputas por espaço, valores, significação, há que considerá-lo relacionado com o todo, não só com relação à cidade, senão, pode-se entender que já havia um projeto pronto e acabado pelo qual a cidade passaria a fim de atingir um progresso também já fechado e certo para todo o país.

Esse tipo de pensamento é parte de uma visão de mundo que vê na lógica de mercado e na sua expansão de forma irrestrita – agravada quando setores da sociedade civil possuidoras de cargos políticos se colocam a seu serviço – um meio para alcançar o que consideram como sendo modernidade e eficiência.

A problematização dessa prática social, que é o jornal, permite-nos ver que a imprensa traz o registro das implementações dos projetos de cidade dessa classe dirigente, que não são apenas parte de um discurso na tentativa de convencer. Eles têm um lugar social, mostram o que essa classe estava fazendo ou mostrando fazer, o que estava realizando e o que pretendiam alcançar com isso:

*A jovem e progressista cidade triangulina representa autentico orgulho da terra e da gente brasileiras. Possui as características de grande Urbe, tais a sua fisionomia e ritmo trepidante de sua vida. O desenvolvimento surpreende e ultrapassa qualquer expectativa, com surto de progresso que se apóia na visão, no descortínio e no entusiasmo de seus filhos. O seu futuro e suas possibilidades de evolução, é impossível prevêê-los. A*

*necessidade, portanto, de se elaborar o plano de expansão para a cidade se fazia sentir de forma imperiosa.*<sup>63</sup>

É possível, portanto, perceber que a imagem de cidade que pretende-se naturalizar é a de uma jovem, porém, grande urbe que, devido a sua expansão supostamente necessita de planejamento. Até mesmo uma forma de ritmo foi construída como trepidante. Esses sujeitos fazem parte da sociedade política e participam também da elaboração de políticas públicas para a cidade, como os planejamentos urbanos:

*A opinião pública constitui força preponderante para tornar realidade as novas idéias.*

*Felizmente, já amadurece no espírito de alguns o pensamento de que o tempo é algo de precioso. [...]*

*Convém que todos se empolguem pelos ideais que estão sintetizados no vasto programa. Qualquer idéia atirada em terreno estéril, estiola e morre [...] Impõe-se portanto a formação de ambiente favorável à conquista da opinião pública, promovendo-se campanha entusiástica pela qual se venha interessar nosso povo. À imprensa, às rádios, às associações esportivas, comerciais, de agricultura e indústria, de classe em geral compete promover trabalho de propaganda inteligente no mesmo sentido. Também nas escolas se deve organizar uma campanha de educação da mocidade, fazendo-a compreender o valor e o alcance do plano de urbanização. [...]*<sup>64</sup>

O jornal não é apenas um discurso que reflete os anseios políticos, econômicos e sociais de um planejamento urbanístico, ele é prática desses sujeitos de extrema importância e que está relacionada a outras.

É recorrente não apenas no jornal *Correio de Uberlândia*, mas também nas *Atas da Câmara Municipal*<sup>65</sup> e no *Plano de Urbanização* debates sobre a desapropriação de casas para abertura e alargamento de ruas e avenidas e demais construções, bem como taxações de terrenos vagos. Essas discussões são legitimadas exatamente pela idéia de que sem planejamento não há racionalidade e que, portanto, o que a cidade era, na verdade, representava um equívoco e um empecilho para o desenvolvimento. Fato que demonstra a amplitude da disputa por hegemonia do ideal de sociedade da classe dirigente.

Esse posicionamento encobre a especulação imobiliária, uma vez que os lotes e habitações desapropriados, na maioria das vezes, sofreriam uma enorme valorização, pois estariam em lugares centrais, em avenidas de grande circulação de veículos e áreas

<sup>63</sup> RÓSCOE, Otávio. *Plano de urbanização da cidade de Uberlândia*. Belo Horizonte, 1954, p. 1.

<sup>64</sup> RÓSCOE, Otávio. Conquista da opinião pública. In: \_\_\_\_\_. *Plano de urbanização da cidade de Uberlândia*. Belo Horizonte, 1954, p. 6.

<sup>65</sup> Refiro-me às *Atas da Câmara Municipal de Uberlândia* da década de 1960 arquivadas no Arquivo Público Municipal.

destinadas ao comércio. Lembrando que o próprio prefeito na época da entrega do planejamento, Tubal Vilela da Silva, era grande proprietário nessas regiões e grande especulador.

Nesse sentido, se fez necessário enxergar o que a imprensa teve o intuito de esconder e apagar, pois medidas aparentemente simples podem escamotear interesses diversos na tentativa de garantir o desenvolvimento desejado. Ou seja, a construção da necessidade de intervenção no espaço urbano por meio do jornal, não é apenas parte do projeto de desenvolvimento que a classe dirigente almejava para Uberlândia, mas uma tentativa clara de legitimar tal projeto como o mais coerente e autorizado.

A elaboração de grandes planejamentos urbanísticos, o apoio ao Regime Militar, a determinada forma de desenvolvimento para a cidade e seus destaques no jornal não visam apenas a normatização do espaço público, atendem a interesses específicos escondendo problemas sociais que não se quer mostrar e resolver. Isso é mais que uma questão arquitetônica e estética, é política, é econômica, é cultural, faz parte do conjunto de práticas e expectativas das formas de pensar e viver, dos sentidos, da nossa percepção de nós e do mundo no qual vivemos.

Pensar que as classes dirigentes e investidoras detinham conhecimento de problemas e soluções em nível nacional que ajudariam em realizações para que Uberlândia fosse uma cidade moderna é ingenuidade, até porque, o que indica modernidade para esses sujeitos não traz qualidade de vida e acesso a todos na cidade.

Ao problematizar fontes em conjunto, enquanto práticas sociais dos mesmos sujeitos, percebi que as *Atas* e o *Planejamento* legalizavam um ideal de cidade e sociedade que se tentava hegemonizar por meio da imprensa. Práticas correlatas com a mesma finalidade: constituir uma cidade a partir de seus valores e interesses.

O jornal é um organismo privado de hegemonia – sendo que “privado” significa adesão voluntária e não o contrário de “público”. Suas campanhas com características específicas representam o atendimento de demandas de grupos sociais, no caso a classe dirigente. As publicações internas de entidades e instituições também demonstram esse fato.

Por meio das *Atas da Câmara Municipal de Uberlândia* e do jornal *Correio de Uberlândia*, no período problematizado, foi possível perceber que as campanhas defendidas no jornal, e que serão trabalhadas no Capítulo III, tentavam naturalizar questões presentes também nas propostas e votações de políticas públicas que atendiam

a classe articulada no jornal e presente na Câmara dos vereadores, ou seja, na sociedade política.

Para perceber a riqueza dessas fontes, não basta compilar a documentação produzida pela Câmara ou mesmo o jornal, uma vez que esta compilação não questiona a veracidade do que é narrado. Foi preciso que tais fontes fossem problematizadas a partir de uma definição precisa do que é o Estado, pois somente assim foi possível, como destaca Sônia Regina de Mendonça, ao fazer uma recuperação do conceito de Estado desde sua origem até a noção de Estado ampliado para Gramsci, a fim de caracterizar o que são as políticas públicas:

*Relativizar a fala oficial - e não ratificá-la enquanto a realidade; b) perceber certas modalidades de fontes oficiais enquanto um gênero, que tem destinatários específicos e, portanto, todo um léxico e linguagem adequados a mobilizar envolvê-los no(s) projeto (s) que o(s) grupo(s) aparelhado(s) quer(em) perpetrar; c) ter condições de perceber, através do tom supostamente monocórdio e repetitivo da documentação oriunda de agências do Estado, as nuances dos conflitos que as atravessam, uma vez que tais conflitos intra-burocráticos existem dentro da sociedade civil.*<sup>66</sup>

A cidade retratada pelo jornal na década de 1960 se parece muito mais com a planejada, do que com aquela retratada por outras produções que têm em outros sujeitos seu centro de análise – como as já citadas produções acadêmicas que tratam da experiência das classes trabalhadores nesse período – e esse era o papel do *Correio de Uberlândia*: inserir-se na experiência dos moradores destacando uma cidade rica e progressista, a fim de garantir a hegemonia dessa visão e de seus projetos.

Essa era uma forma de tentar garantir legitimidade diante do alto custo de vida enfrentado pelos trabalhadores uberlandenses nesse período, e diante de suas organizações e reivindicações<sup>67</sup> que também disputavam espaço em Uberlândia e um ideal de sociedade.

Por isso, foi também necessário o confronto entre fontes que possuam caráter diferenciado para que as possibilidades de análises fossem ampliadas para além da sociedade política, bem como dos sujeitos presentes nas Instituições que produzem tais fontes, visto que tanto o Estado, quanto as classes constroem-se e reconstroem-se em

<sup>66</sup> MENDONÇA, Sônia Regina. Estado e sociedade. In: MATTOS, Marcelo Badaró. *História: pensar & fazer*. Niterói, RJ: Laboratório Dimensões da História/UFF, 1998.

<sup>67</sup> Para um melhor entendimento dessas reivindicações e as formas como os trabalhadores organizavam-se na tentativa de alcançá-las, ver: DAMASCENO, Fernando Sérgio. *Condições de vida e participação política de trabalhadores em Uberlândia nos anos de 1950/1960*. 2003. Dissertação (Mestrado em História)- Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003. p. 78-133.

suas práticas políticas cotidianamente, tendo rosto, identidade e história, em outras palavras, não são entidades abstratas.

Por isso, também foi muito importante conhecer os proprietários, a diretoria, os editores do periódico e seus patrocinadores publicitários, assim como as atividades e posições políticas que exerciam em outras entidades e/ou na sociedade política. Esse levantamento possibilitou não apenas problematizar a relação de interesses presente na produção do jornal, mas a predominância de uma determinada classe em certas instituições públicas, como a própria Câmara Municipal, e quem foi atendido ou não pelas políticas públicas propostas por tais instituições.

No *Projeto de Urbanização* encontra-se a legitimação das transformações que na década de 1960 foram muito utilizadas pelo jornal *Correio de Uberlândia*, que é a idéia de higienização e embelezamento da cidade para, supostamente, adequar-se aos novos modos de viver urbanos. Essa teoria é utilizada como forma de justificar ações públicas que interferem não apenas no espaço urbano, mas também no viver das pessoas na cidade.

Há, portanto, que se compreender os interesses econômicos, políticos e sociais que são priorizados por determinadas práticas como a elaboração de um planejamento, a produção de um jornal, os processos discutidos e aprovados na Câmara e relatados nas *Atas* e como esses se relacionam, a fim de atender um ideal de sociedade de sujeitos específicos na tentativa de hegemonizá-lo colocando a existência de uma só classe.

É dessa forma que o jornal tenta se constituir como memória autorizada na cidade, uma vez que difunde as supostas realizações e transformações implementadas por sujeitos que dominam instituições na sociedade civil e na sociedade política. Isso possibilitou uma circulação de idéias e projetos a um grau impressionante e que só uma abordagem crítica que considere o jornal enquanto prática social foi capaz de desdobrar as reais ligações.

Da mesma forma, como constrói a memória sobre o período e sobre o Regime Militar, essa própria construção gera o esquecimento de alguns fatos também ligados a este regime, como a questão da força e da tortura na legitimação do governo, ou quando da abertura política na década de 1970 era negociada uma anistia recíproca que tinha o intuito de anistiar tanto os presos e exilados políticos como os militares que

participaram da repressão. Todos foram perdoados, porém, ao mesmo tempo, a justiça ficaria impedida de processar qualquer uma das partes<sup>68</sup>.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que constrói uma memória de uma cidade grande, evoluída e moderna, também apaga uma cidade desigual, onde os trabalhadores viviam em condições precárias, eram explorados, muitas vezes, por serem analfabetos e suas organizações reprimidas como coisa de comunista<sup>69</sup>.

Com essa problematização, percebe-se que a tentativa de hegemonizar um determinado ideal de sociedade que engloba o apoio e a articulação com o Regime Militar, ou melhor, com determinadas propostas desse governo, articulava interesses e possibilitava verbas, uma vez que os administradores da cidade de Uberlândia possuíam cargos públicos, eram políticos, proprietários de bens imóveis e meios de comunicação na cidade e começavam a investir na industrialização ligada ao capital multinacional.

Dessa forma, as políticas econômicas do governo militar favoreciam os projetos desses sujeitos para Uberlândia. E como estes não estavam preocupados com as desigualdades, exploração e torturas, o Regime era a forma coerente e organizada de que necessitavam para “construir a Cidade Jardim” e sua memória no jornal, que colocava uma determinada linearidade na necessidade do desenvolvimento da cidade, a fim de determiná-lo como incontestável, coerente, hegemônico.

---

<sup>68</sup> Referimo à tática de abertura política baseada na teoria de “distensão política” elaborada por Golbery do Couto e Silva que propunha a negociação da abertura política com a oposição, principalmente da classe dirigente e que englobava a anistia recíproca, ou seja, para torturados e torturadores, definidos na Lei de Anistia de 1979 como aqueles que participaram “de Ações de Sangue”. Para uma melhor compreensão ver: ALVES, Maria Helena Moreira. *Memórias Teóricas: Uma comparação entre o Brasil e o Chile*. In: \_\_\_\_\_. *Estado e Oposição no Brasil 1946-1984*. Bauru, SP: EDUSC, 2005. p. 7-20.

<sup>69</sup> Para um melhor conhecimento dessas desigualdades e da repressão, ver: OLIVEIRA, Selmane Felipe de. *Crescimento urbano e ideologia burguesa: estudo do desenvolvimento capitalista em cidades de médio porte – Uberlândia: 1950/1985*. 1992. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1992; DAMASCENO, Fernando Sérgio. *Condições de vida e participação política de trabalhadores em Uberlândia nos anos de 1950/1960*. 2003. Dissertação (Mestrado em História)- Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

## CAPÍTULO II

### Os intelectuais e a produção de memória

A imprensa divulga e debate os projetos econômicos e políticos da classe dirigente explicando e justificando as mudanças sociais, os valores e modos de viver necessários aos moradores de Uberlândia como princípio para que se tenha uma cidade desenvolvida, moderna e unida, supostamente necessária a um país também desenvolvido e coeso. Assim, após problematizar a memória enquanto um instrumento de disputa por hegemonia, há que se questionar sobre a forma como ela é constituída pelo jornal.

O *Correio de Uberlândia* adjetiva certos fatos e, assim, caracteriza essa conjuntura anterior ao Regime Militar como um momento de desordem, de não desenvolvimento e de estagnação. Tudo isso auxiliado por uma crise econômica e por reformas “subversivas” que afetavam o direito de propriedade, dando às reformas caráter de movimento conspiratório. O jornal destacava o não apoio da população ao governo João Goulart que infiltrava no país uma nova ideologia (interpretada como falsa consciência) e imprimia um caráter golpista ao governo e chamava a população a lutar contra isso:

*Está confirmado que será assinado pelo presidente da República no dia 13, por ocasião do comício comunista no Rio de Janeiro, o decreto da SUPRA, que autoriza a desapropriação de terras ate o limite de 10 quilômetros nas margens das rodovias, das ferrovias e nas imediações dos açudes construídos pelo governo federal. Todo mundo já está sabendo, inclusive amigos e assessores mais íntimos do chefe da nação, no impacto que essa medida vai produzir no país inteiro, visceralmente contrário às tentativas de restrição ao direito de propriedade... Reformas de base estão resumidas praticamente na reforma agrária, não porque o governo, como assoalha, dê a esta qualquer prioridade, mas porque ela pela natureza dos interesses que envolve e pela tensão psicológica que desperta, presta-se melhor a contribuir para o aceleração do processo subversivo que os nossos dirigentes têm em execução...O certo é que a quase totalidade do povo e dos partidos está contra o sr. João Goulart nas suas permanentes investidas contra o regime liberal...*<sup>70</sup>

A notícia sobre o comício está percorrendo o país todo na forma de informação, porém, a maneira como determinados periódicos como o *Correio de Uberlândia* adjetivavam o comício de “comunista” é o que o qualifica, colocando as reformas como infratoras do direito de propriedade, ou seja, trazendo desse fato o que mais importa

---

<sup>70</sup> PAES, Lycidio. Traição ao regime. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 3 e 4 mar. 1964, p. 3.

para os sujeitos representados pelo jornal: a “desapropriação de terras ate [sic] o limite de 10 quilômetros nas margens das rodovias, das ferrovias e nas imediações dos açudes construídos pelo governo federal”, o que atinge os interesses dos proprietários de terras do local. Isso destaca a fração de classe que constrói, por meio da reportagem, a disputa e o diálogo com o todo social.

Numa linguagem que apela à moral e à ordem de forma constante, o jornal mistura uma conotação messiânica religiosa com a linguagem política, imprimindo juízos de valor, bem como a necessidade política, econômica e social e o caráter revolucionário do novo governo estabelecido após o que chamam de “Movimento Revolucionário de 31 de março de 1964”.

Se voltarmos à última notícia supracitada, percebemos como já se construía uma legitimidade para o governo que viria a se implantar, destacando problemas que, segundo o periódico, precisavam de uma solução imediata e que o governo João Goulart não era capaz de solucionar. Esse governo é construído, pelo jornal, como corrupto e inflacionário, mas o que mais chama a atenção é que essas características são atribuídas ao comunismo, supostamente adotado pelo governo naquele período.

Tendo a produção de memória, por meio do jornal *Correio de Uberlândia*, como um instrumento na disputa por hegemonia, as suas reportagens constroem não apenas um panorama da cidade durante o período investigado, como também, uma visão mais geral sobre o período articulando as forças locais e estaduais com o momento nacional. E isso se dá não de forma a destacar a influência do nacional no local, ao contrário, é o local que tenta buscar legitimidade, muitas vezes, num âmbito mais geral, na tentativa de justificar seus interesses.

Para entender essa legitimação de uma nova forma de governo, bem como a ligação feita pelo jornal entre Goulart e o comunismo, foi preciso problematizar como os conceitos foram utilizados para construir esse posicionamento, desnaturalizando-os, pois a naturalização é a melhor forma de dominação e que não aparece enquanto tal.

Entender a linguagem como uma prática social e não como um reflexo da realidade foi prerrogativa para analisarmos os conceitos utilizados nessa prática que é correlata a outras, tais como a difusão de um ideal de cidade na produção de um jornal e a construção de memórias.

A linguagem não é apenas um instrumento humano, é uma atividade social prática, constitutiva e constituidora, está ligada a autocriação humana, ou seja, não precede outras atividades, é, sim, correlata a elas. É uma produção material simultânea a

outras e deve ser considerada dinamicamente num processo constante de criação e recriação<sup>71</sup>.

Os conceitos não têm um significado fixo, este é variável de acordo com as situações nas quais os conceitos são usados. O significado da linguagem é “[...] *uma ação social, dependente de uma relação social*”<sup>72</sup>. Sendo que o social também não é algo dado e pronto. Por isso, a necessidade do levantamento dos sujeitos responsáveis por essa prática no Capítulo I, a fim de entender como se dá a relação social da produção da linguagem pelo jornal, como ela se insere e intervém na cidade de Uberlândia e compreender o significado dessa intervenção, visto que se coloca como uma versão autorizada do que é a cidade.

Dessa forma, é possível problematizar a utilização da linguagem e de conceitos por determinados sujeitos a fim de internalizar projetos, ideais, modos de pensar e viver, compreendendo, como coloca Raymond Williams, que:

*O verdadeiro elemento significativo da linguagem deve, desde o início, ter uma capacidade diferente: tornar-se um signo interior, parte de uma consciência ativa e prática. Assim, além de sua existência social e material entre pessoas reais, o signo é também parte de uma consciência constituída verbalmente, que permite aos indivíduos utilizá-los por iniciativa própria, seja em atos de comunicação social, seja em práticas que, não sendo manifestadamente sociais, podem ser interpretadas como pessoais ou privadas.*<sup>73</sup>

Ou seja, os conceitos utilizados pelo jornal em seus posicionamentos e opiniões são de grande importância na tentativa de construir uma visão hegemônica difundida pela imprensa, pois refletem as experiências dos sujeitos, seus interesses, e mesmo o próprio processo de constituição do periódico, bem como o momento histórico dessa produção local. São falas produzidas na tensão social da disputa de espaço e poder, uma vez que, como destaca Beatriz Sarlo, problematizando a questão da língua:

*O texto jornalístico cria um público que também é modificado por sua própria ação. A idéia de estar escrevendo para dezenas de milhares de pessoas (ou no caso dos grandes jornais, para centenas de milhares) traz a dimensão da sociedade de massas ao próprio momento da produção do texto.*<sup>74</sup>

<sup>71</sup> Para uma compreensão das reflexões em torno do estudo e da compreensão histórica da linguagem e sua utilização, ver: WILLIAMS, Raymond. Conceitos básicos; Língua. In: \_\_\_\_\_. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. p. 27-49.

<sup>72</sup> Ibidem, p. 41.

<sup>73</sup> Ibidem, p. 46.

<sup>74</sup> SARLO, Beatriz. Identidades culturais: as marcas do século XX. In: \_\_\_\_\_. *Tempo presente; notas sobre a mudança de uma cultura*. Buenos Aires: José Olímpio Editora, 2001. p. 35.

Os termos são usados na construção das reportagens que selecionam elementos da cidade e do país e o amplificam como se fossem únicos, tanto para salientar problemas como para destacar projetos que, ao seu ver, solucionariam essas questões.

Um conceito muito presente no *Correio de Uberlândia* e que nos faz compreender melhor essas características dos signos é o de desenvolvimento – enquanto implementação de indústrias e empresas multinacionais –, este aparece ligado à industrialização, muitas vezes ganhando peso de sinônimo. E essa industrialização está ligada à abertura ao capital e à tecnologia estrangeiras e à “modernização” da cidade possibilitadas pelo intervencionismo estatal no sentido de assegurar a ordem para que o desenvolvimento seja alcançado.

A maioria das matérias que tratavam da questão do desenvolvimento o traziam com uma denotação e/ou conotação liberal, porém, inúmeros projetos defendidos o ligam à teoria econômica do desenvolvimentismo – entendido como uma teoria que visa a transformação da sociedade por meio de um projeto econômico que considera a industrialização integral, eficiente e racional, como a via de superação da pobreza, possível apenas com o planejamento estatal que define tanto os instrumentos quanto a expansão dessa industrialização, promovendo investimentos diretos onde a iniciativa privada é considerada ineficiente e ordenando sua execução através da captação e orientação de recursos –, sem que isso caracterize uma contradição, trazendo sim, a dimensão histórica da produção desse periódico:

*As facilidades fiscais que o Governo de Minas Gerais às indústrias mineiras que quiserem se instalar no Estado levaram o Governador Magalhães Pinto a mandar um telegrama ao sr. Juvenal Osório, secretário executivo da GEIQUIM – Grupo Executivo para a Indústria Química – e encarecendo-lhe a necessidade e a conveniência de o grupo instalar a sua projetada fábrica de elétrodos em Minas.[...]*

*As preocupações de dar uma infra-estrutura econômica ao Estado, através da construção de modernas rodovias asfaltadas, aumento da capacidade de produção de energia elétrica, formação de mão-de-obra especializada e concessão de incentivos industriais, com facilidades fiscais, proporcionou a Minas, na atual administração, condições de concorrer, em igualdade de recursos, com outros Estados, na luta para se atrair novas indústrias.*

*De posse de uma perfeita infra-estrutura, o Governo Magalhães Pinto pode agora, como explicou no telegrama que mandou ao GEIQUIM, pleitear para Minas que seja construída em Minas, a fábrica de elétrodos que o Grupo Executivo para a Indústria Química tem projetada para construir no Brasil. [...] A implantação da nova indústria em Minas, representa o reconhecimento do esforço do Govêrno Magalhães Pinto que na luta pela industrialização do Estado, verificou que se precisava primeiro de uma infra-estrutura econômica e de facilidades fiscais, condições necessárias para se atrair novos*

*empreendimentos, e cuidou dêstes dois pontos em termos elevados, colocando o Estado, agora, em condições de concorrer com o resto do País.*<sup>75</sup>

É possível perceber nas notícias que a industrialização não deixa de ser uma meta na forma capitalista liberal, principalmente por tratar da suposta necessidade de abertura econômica a empresas estrangeiras que viabilizariam esse processo, mas absorve medidas controladas pelo Estado, próprias da teoria desenvolvimentista.

Há que se problematizar que, apesar das suas diferenças enquanto teorias do pensamento econômico<sup>76</sup>, é muito difícil, nacionalmente, separá-las na prática, principalmente na década de 1960, pelo fato de o liberalismo ser mais que uma teoria econômica, ser um sistema, um modelo de sociedade capaz de se adaptar absorvendo práticas de seu interesse, exatamente por lidar com a maneira de viver. E porque o próprio conceito de desenvolvimento, com relação aos países considerados subdesenvolvidos, se constitui no período pós Segunda Guerra Mundial com características liberais e desenvolvimentistas.

Desde 1930, quando o desenvolvimentismo tomou forma no pensamento econômico brasileiro como uma proposição política de industrialização para os países subdesenvolvidos, sua prática intervencionista disputa espaço com o liberalismo econômico e, nessa disputa, muitas vezes, absorveu algumas práticas liberais, bem como o liberalismo também absorveu parte da teoria desenvolvimentista que atendia seus interesses, exatamente pelo trânsito dos sujeitos entre a sociedade política e a sociedade civil.

Ao entender, portanto, desenvolvimentismo como projeto de industrialização planejada e apoiada pelo Estado, percebemos que esta pode se compatibilizar com a utilização de capital estrangeiro e abertura às indústrias multinacionais, típicos do liberalismo da época.

Há que se considerar que ambas as teorias possuíam uma interpretação evolucionista com relação ao progresso. Com o acirramento das reivindicações das classes trabalhadoras no início de 1960, a alta da inflação e do desemprego, esse tipo de interpretação sofreu inúmeras críticas. Os defensores da industrialização começaram a perceber que para que fosse alcançado o desenvolvimento econômico e social desejado

---

<sup>75</sup> MINAS se industrializa. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 19 e 20 nov. 1965, p. 3.

<sup>76</sup> Para uma maior diferenciação em termos teóricos entre o desenvolvimentismo e o liberalismo, ver: BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro; o ciclo do desenvolvimentismo: 1330-1964*. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

por eles, eram necessárias algumas mudanças, distanciando tanto o desenvolvimentismo, quanto o liberalismo de seus objetivos originais,

*Apareciam, então, as primeiras manifestações analíticas na história do pensamento econômico brasileiro sobre a inviabilidade de crescimento econômico sem reformas distributivas e justiça social: com elas, começava-se um novo período de debates econômicos, em que as correntes de pensamento passariam a caracterizar-se não mais pela posição diante da questão pura e simples da estruturação de um parque industrial, mas pela posição que assumiam no que diz respeito a interação de crescimento e distribuição de renda. Daí em diante, os economistas reformistas manteriam, até fins dos anos 60, a crença de que a única via economicamente viável de desenvolvimento era a melhoria da distribuição de renda; os economistas conservadores, por sua vez, amadureciam uma estratégia de aprofundamento do capitalismo, sem maiores preocupações com questões distributivas; e, finalmente, os economistas de extrema esquerda iriam contestar tanto os conservadores como os reformistas recusando-se a aceitar a viabilidade de qualquer estratégia de desenvolvimento econômico e social capitalista no país.*<sup>77</sup>

As fontes problematizadas referentes à década de 1960 trazem um debate sobre a real eficiência do desenvolvimento industrial e sobre a miséria e desemprego que este não conseguia sanar e ajudava a gerar. Ao mesmo tempo, o liberalismo absorveu medidas de proteção tributária, intervenção estatal limitada e planejamento na tentativa de contornar as reivindicações geradas pela industrialização. Esta tinha em sua propaganda a diminuição da miséria e do desemprego, sem atingir os interesses das classes dirigente e industrial. Ou seja, as medidas se mesclavam, muitas vezes, na tentativa de ceder o mínimo possível para que continuassem lucrando sem ter que enfrentar as reações das classes trabalhadoras.

Ao mesmo tempo em que defendiam o liberalismo econômico e um certo controle do Estado para que a industrialização levasse, segundo eles, ao desenvolvimento e modernidade, utilizavam a teoria desenvolvimentista para criticar João Goulart. Essa atitude demonstra que aqueles que detinham o poder para realizar políticas públicas, que lucravam com a industrialização e ainda possuíam cotas na imprensa assimilavam o que lhes interessava das duas teorias e utilizavam o “resto” a seu favor por meio de descridibilização e críticas.

Percebe-se que há uma articulação de interesses que vai além do econômico; essa articulação é muito bem pensada, planejada e discutida por teóricos ligados a esse projeto de desenvolvimento, e o trânsito entre as sociedades estritamente política e civil

---

<sup>77</sup> BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro; o ciclo do desenvolvimentismo*: 1330-1964. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. p. 410.

desses sujeitos faz com que os projetos de políticas públicas absorvam esse debate e que acordos de industrialização desejados se realizem.

Como forma de realização de seus ideais e legitimação das políticas adotadas, a já relatada classe dirigente uberlandense, liga o conceito de desenvolvimento à idéia de industrialização, modernidade e estabelecimento de multinacionais, na tentativa de tornar seu projeto de cidade hegemônico, mas mesmo sendo dominante, essa hegemonia não é exclusiva e muito menos total, é um processo em disputa.

O hegemônico não é singular, não é meramente uma forma de dominação. É um complexo de experiências que possui limites específicos e que, de forma alguma são imutáveis. A existência da hegemonia se caracteriza exatamente por sua recriação e disputa contínuas, uma vez que não é única e sofre resistências e pressões.

O periódico participa dessa disputa por hegemonia de inúmeras formas, que muitos analisam como contraditórias<sup>78</sup>, mas que são, na verdade, essenciais para que atinjam status de credibilidade e verdade:

---

<sup>78</sup> Para o conhecimento de produções que analisam o posicionamento do jornal como contraditório, ver: PACHECO, Fábio Piva. *Mídia e poder: representações simbólicas do autoritarismo na política. Uberlândia – 1960/1990*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

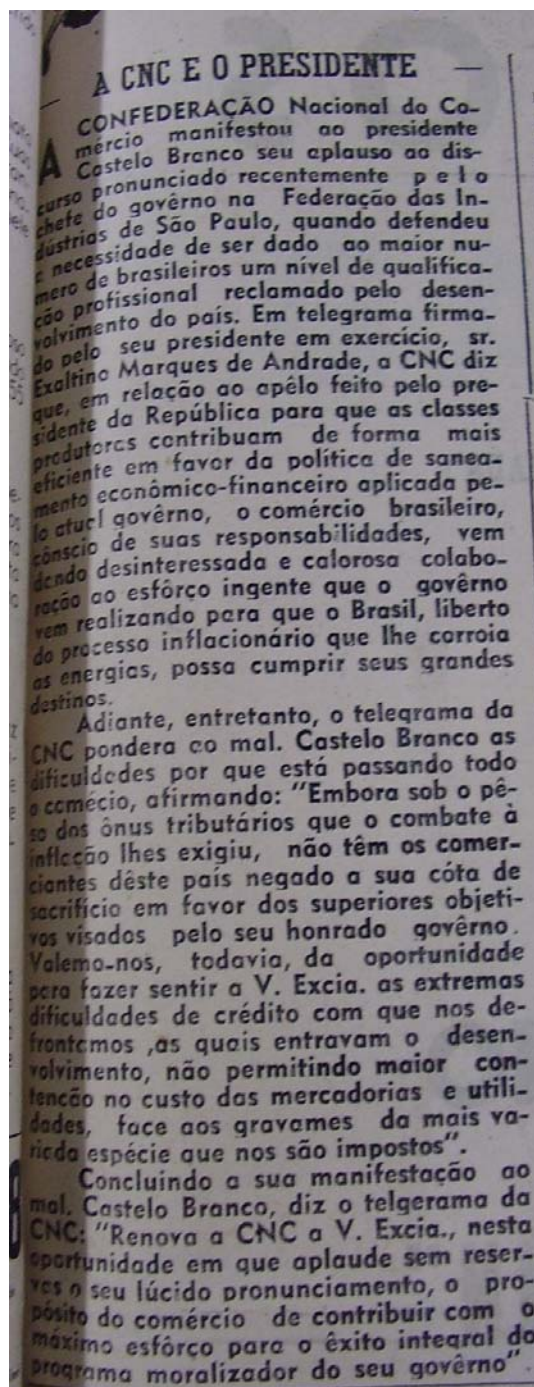


**Ilustração 06** - Reportagem do jornal *Correio de Uberlândia*, 18 e 19 fev. 1965. Coluna "Assim Pensamos", p. 3

Com essa problematização percebe-se que o governo João Goulart não estava recuperando políticas antigas e ultrapassadas do desenvolvimentismo como relatava o *Correio de Uberlândia*, elas estavam e continuariam presentes na política econômica mesmo durante o Regime Militar, mas serviram de argumento para a formação de uma frente golpista – apoiada por frações da tecnocracia conservadora composta, principalmente, por militares extremistas e pela UDN –, que diziam se organizar na

tentativa de evitar um golpe esquerdista de Goulart, caracterizando suas proposições nacionalistas de proteção ao mercado interno – vindas do desenvolvimentismo –, como sendo comunistas, uma vez que este sistema também propunha um intervencionismo estatal.

Os conceitos foram utilizados de forma a articular interesses e, não apenas atingir um ideal, mas justificá-lo e legitimá-lo junto à opinião pública, na tentativa de naturalizá-lo conquistando apoio e respaldo da sociedade. Logo, a defesa de posições e sua posterior crítica não indicam contradição e sim a necessidade de legitimar um determinado ideal a fim de torná-lo hegemônico na cidade.

Nesse sentido, a caracterização do governo João Goulart ganha um caráter pessoal, pois, ainda que algumas medidas de cunho desenvolvimentista permanecessem durante o Regime Militar, o problema não eram as medidas, mas o fato de Goulart ser considerado “incompetente” para realizá-las e o intuito dessa realização caracterizada como sendo ligada ao comunismo.

Assim, o que se tem são a industrialização como meta e sinônimo de desenvolvimento e modernidade, e a utilização de uma série de mecanismos para que essa industrialização atenda aos interesses dos investidores que, além de acionistas e diretores das empresas e associações industriais, eram políticos, militares, economistas responsáveis por ministérios e que, portanto, participavam da elaboração de políticas públicas.

A constituição de um periódico é uma prática social representativa dessas relações, disputas e conflitos e, por ser de propriedade de uma classe dirigente, as matérias do *Correio de Uberlândia* constituem-se, na maioria das vezes, não apenas de legitimação e justificativa de políticas públicas, mas de dar conhecimento à cidade sobre as supostas realizações dessa classe presentes em documentos da *Câmara Municipal de Uberlândia*. Esses documentos trazem o que esses sujeitos entendem como “progresso”, “desenvolvimento”, “modernidade” e qual o modelo de cidade que se quer construir. A imprensa faz a articulação a fim de atender aos interesses de seus proprietários e investidores.

Os problemas sociais são considerados como normais para uma cidade que está crescendo. Como não se pode esconder o viver das pessoas e seus questionamentos sobre as reais condições de vida, eles aparecem nas reportagens como transitórios, como sacrifícios que a população deve fazer para que a cidade se desenvolva e tenha, então, os problemas sociais sanados.

Logo, não se trata apenas de convencer a população sobre a eficiência dos projetos e das questões sociais sanadas e/ou amenizadas, também não possuem apenas esse intuito, pretendem sim, como veremos mais adiante, garantir o mínimo para que se continue com os mesmos projetos. Podemos interpretar tal posicionamento como uma tática política pensada e muito bem articulada pela classe dirigente, muito mais que simples convencimento.

A modernidade, para essa classe, não significava construir medidas de saneamento básico e infra-estrutura urbana de regiões periféricas da cidade, porque isso não alcançava os interesses de quem as pretendiam. Segundo um folheto de 23 páginas produzido pelo Instituto Brasileiro de Estatísticas- IBE- e pela Fundação IBGE, em 1969, previa-se um abastecimento de água capaz de atender a 15.000 prédios sob responsabilidade da Prefeitura Municipal e uma rede municipal de esgotos que servisse a 13.000 prédios o que cobriria a maioria da população estatisticamente<sup>79</sup> (ver Anexo D).

Este folheto foi o único documento encontrado que traz dados sobre o saneamento básico na década de 1960, uma vez que nos *Censos* realizados pelo IBGE e arquivados na Biblioteca da Universidade Federal de Uberlândia há uma lacuna entre os anos de 1955 e 1970. Tal folheto possui um caráter de previsão sobre a cidade e sua suposta modernidade com base em dados das obras do memorialista Jerônimo Arantes<sup>80</sup> e de dados de arquivo municipal do IBE. Portanto, o documento compõe as práticas da classe dirigente a fim de construir uma imagem de Uberlândia elaborada com a participação de um intelectual e de órgãos oficiais. Assim, essa produção ganha um caráter de memória histórica e fonte que supostamente nos permite o estudo da História local.

Todavia, documentos como o dito folheto são registros de ações e possíveis realizações de sujeitos com interesses e expectativas. Constróem uma memória de cidade e a transformam em passado histórico, ou seja, a interpretação construída por esses sujeitos que escreviam e pensavam a cidade por meio de seus valores,

---

<sup>79</sup> UBERLÂNDIA MG – MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO. Coleção Monografias. Minas gerais: Fundação IBGE; Instituto Brasileiro de Estatística. 06 nov. 1960.

<sup>80</sup> Jeônimo Arantes foi fundador, proprietário e educador do Colégio Amor às Letras fundado em 1919, sendo que muitos de seus alunos, como Alexandrino Garcia, fizeram parte da classe dirigente da década de 1960. Foi editor da revista *Uberlândia Ilustrada* (1939-1961). Escreveu Peças Teatrais e Materiais Didáticos retratando a História de Uberlândia na década de 1960. Foi Membro do IBGE e inspetor de ensino, ou seja, foi o típico intelectual mediador do modelo de cidade desejado pela classe dirigente.

selecionavam eventos, sujeitos e marcos que constituíam uma memória sobre Uberlândia.

Problematizando as *Atas da Câmara Municipal* da década de 1960 essas medidas infraestruturais destacadas em tal folheto não constituíam o interesse direto da classe dirigente, tanto que o Planejamento Urbano (1954) não traz o saneamento básico como um tópico, destacando como “Pontos de Maior Interesse do Plano”: 1. Tráfego; 2. Urbanização; 3. Zoneamento; 4. Arborização; 5. Secção Técnica (ver Anexo E, página 8). Ou seja, constitui-se de um plano de expansão da cidade.

As mudanças para todos, no sentido de desenvolver e modernizar a cidade colocavam problemas como o saneamento básico, como um processo e as medidas paliativas tinham sentido de conter a população maior que um real interesse em tomar tais medidas.

Essas interpretações de desenvolvimento e modernidade não se impõem sobre todas as pessoas da cidade de forma natural, ela está inserida em relações sociais específicas e constituem uma imagem de cidade. Essa imagem é representativa de relações sociais desenvolvidas historicamente em Uberlândia e nos trazem elementos significativos das motivações e práticas dos sujeitos envolvidos.

Nesse sentido, são relevantes as matérias do jornal *Correio de Uberlândia* em que se ressaltavam o desemprego municipal como um processo, uma má organização e funcionamento da cidade decorrente do momento pelo qual passava, mas que por meio de políticas públicas, pela especialização da mão-de-obra, com a realização de cursos pelos trabalhadores para que estivessem aptos aos empregos modernos, seria superado. Mais uma vez, percebe-se a conotação liberal transferindo a responsabilidade para o indivíduo.

O jornal e outras produções como o folheto do IBE, enquanto práticas desses sujeitos dirigentes, não vêm apenas manipular pensamentos através de um discurso, é mais que isso, é articulação de projetos, é a disputa por hegemonia de formas de organização desse espaço, é a forma como os interesses desses sujeitos se inserem na sociedade uberlandense e tentam se fazer legítimos e coerentes.

A imprensa materializa os projetos econômicos e políticos na tentativa de disputar com os demais sujeitos a idéia de cidade, o que é e o que deve ser Uberlândia e que tipo de intervenções são necessárias para que tal objetivo seja alcançado. Ao mesmo tempo, escamoteia quais os interesses de tais intervenções.

Os propagados ideais de modernidade e o progresso tentam justificar a mudança, não apenas estrutural ou física da cidade, mas dos modos de viver, de pensar e de agir nela. O fazem também por meio de inúmeros conceitos utilizados nas matérias, na constituição da memória pelo jornal e na articulação dessa prática com outras a fim de atingir a hegemonia.

Percebe-se assim, uma tentativa, não apenas de transformar e hegemonizar a imagem da cidade, mas do próprio estado de Minas Gerais, e o jornal constituía parte dos projetos e práticas da classe dirigente para que essa imagem fosse a desejada por ela. Esta classe dirigente não estava isolada na cidade de Uberlândia, como problematizado neste trabalho, esses sujeitos estavam presentes na sociedade política como vereadores, deputados estaduais, federais e governadores.

Pelas próprias características dessa classe, o crescimento e desenvolvimento ganham destaque como sendo mérito de governadores e deputados, o que, numa primeira análise, nos leva a perceber os empresários num segundo plano, porém no caso uberlandense, e mesmo em grande parte do próprio estado, isso é um equívoco, pois os políticos eram também os empresários investidores da região.

Quando se fala de imagem, é necessário perceber que ela não está descolada do real, são construções realizadas a partir das práticas dos sujeitos e, por isso, não são neutras. Como destaca Selmane Felipe de Oliveira ao trabalhar as lideranças e práticas políticas de Minas Gerais durante o Regime Militar, o que importa então, é compreender como essa imagem se constrói e difunde-se<sup>81</sup>.

No início da década de 1960, dois partidos eram fortes no estado de Minas Gerais, a UDN e o PSD, como já colocado no Capítulo I, ambos representantes de uma mesma classe dirigente, apesar das disputas locais, os interesses em comum predominavam em âmbito estadual para atingirem seus fins políticos em âmbito nacional.

Os políticos mineiros mostraram-se, neste período, muito aptos à estratégia de conciliação entre as classes. Esses políticos estaduais também constituem o que se denomina de classe dirigente e, portanto, assumiram esse posicionamento a fim de alcançarem um equilíbrio entre ordem e liberdade, e isso não é apenas uma característica de um discurso, é uma prática na tentativa de fazer-se uma classe hegemônica.

---

<sup>81</sup> OLIVEIRA, Selmane Felipe de. *Minas Gerais na ditadura militar; lideranças e práticas políticas (1971-1983)*. Uberlândia: Rápida Editora, 2001.

A preocupação com a imagem presente no governo mineiro tinha a ver com o próprio exercício do poder estadual, ou seja, tinha o intuito de reafirmar o poder dos governadores enquanto representantes do Regime Militar. Isso também é capaz de mostrar-nos mais que uma força de discurso, uma vez que essa nova imagem desenvolve-se nas relações sociais que estes sujeitos estabeleciam.

Os políticos mineiros faziam parte da já destacada classe dirigente quando analisamos que as lideranças mineiras são formadas por políticos e empresários que estão organizados em duas entidades representativas dessa classe na época: a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG – e a Associação Comercial de Minas – ACM. Estas atuavam no debate político nacional quando necessário com o apoio da classe dirigente<sup>82</sup>.

Os jornais da capital mineira assumiram uma postura muito parecida com a do *Correio de Uberlândia*, apoiando o Regime Militar para atender seus interesses de classe. O *Jornal de Minas* era um dos poucos que fazia oposição ao governo, e, após a crise econômica da década de 1970, o *Diário do Comércio*, que representava os interesses de industriais e comerciantes, passaria a fazer críticas ao regime. O jornal constitui-se assim, um espaço de luta cotidiano, não apenas pelas características de suas matérias, como pelas propagandas e campanhas que defende.

Segundo Oliveira (2001), os interesses do estado de Minas Gerais estavam acima das diferenças partidárias, ou seja, as crises políticas mineiras relacionavam-se mais com a insatisfação na distribuição de cargos que com as análises conjunturais dos partidos.

O Poder Executivo concentra maior força em regimes presidencialistas, característica também presente no presidencialismo brasileiro. Dessa forma, os governadores estaduais são referências na atuação partidária, sendo Minas Gerais importante na política nacional.

Os três maiores partidos de grande influência em Minas – UDN (União Democrática Nacional), PSD (Partido Social Democrata) e PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) – atuavam considerando a orientação do governador na política nacional, prevalecendo assim, os pontos de concordância. Aos pequenos partidos restava o clientelismo como forma de barganha pelo seu apoio. Essa troca de apoio político por

---

<sup>82</sup> Para uma melhor compreensão de como esses sujeitos se organizavam nessas instituições, ver: OLIVEIRA, Selmane Felipe de. *Minas Gerais na ditadura militar; lideranças e práticas políticas* (1971-1983). Uberlândia: Rápida Editora, 2001. p. 17-49.

cargos, em certos momentos, chegou praticamente a apagar as divergências partidário-ideológicas. Na política deste estado, o clientelismo só perderia seu espaço quando se trata do comunismo, no início da década de 1960, visto que o anticomunismo tomava a frente na luta pela “tradição, ordem e liberdade”.

A estratégia de conciliação também foi uma tentativa com relação às classes sociais. Segundo Oliveira (2001), o *Minas Gerais* era o órgão oficial do estado e sempre trazia matérias que destacavam o apoio de vários setores sociais ao governo estadual. Percebe-se que essa não era uma característica exclusiva deste periódico representativo do governo, outros jornais da cidade também traziam esse apoio.

No *Correio de Uberlândia*, como já destacado, essa também era uma característica muito presente, uma vez que os proprietários, redatores, financiadores faziam parte do governo estadual e federal e a política de conciliação entre as classes constituía-se em uma importante estratégia na busca pela hegemonia da classe dirigente e de seus projetos.

Os problemas sociais ficavam num segundo plano, como no *Correio de Uberlândia*, eles eram considerados externos à cidade. Assim, se Minas Gerais estava com problemas era devido ao atraso em seu desenvolvimento, porque a “industrialização brasileira” privilegiava outras regiões. Posicionamento que, além de vitimizar o estado, tirando-lhe a responsabilidade com relação ao social, não se incompatibilizava com o governo federal, visto que, quem privilegiava esta situação era a industrialização. Personificando este conceito, camuflam-se os sujeitos responsáveis pela industrialização, o problema é colocado como inevitável diante do atraso industrial e não se contradiz à idéia de nação coesa e forte.

Com relação a João Goulart, a posição da classe dirigente mineira deixa clara sua política de tentativa de conciliação, visto que concedeu a este presidente o título de cidadão honorário mineiro em 1961 e colocou-se como anticomunista opondo-se ao seu governo principalmente a partir de 1963 até a tomada do poder em 1964. Ou seja, já buscava a conciliação com o próximo governo.

Aliás, o governador Magalhães Pinto, não demonstrou essa conciliação apenas neste momento<sup>83</sup>, também o fez quando apoiou a volta do presidencialismo e o fim do parlamentarismo institucionalizado quando da posse de Goulart, a fim de controlar seus

---

<sup>83</sup> Para uma melhor compreensão de como esses sujeitos se organizavam nessas instituições, ver: OLIVEIRA, Selmane Felipe de. *Minas Gerais na ditadura militar; lideranças e práticas políticas* (1971-1983). Uberlândia: Rápida Editora, 2001. p. 17-49.

poderes. Este apoio, assim como o de outros políticos mineiros como Juscelino Kubitschek visava às eleições de 1965.

Percebe-se assim, que também no caso do estado de Minas Gerais o apoio ao governo federal se dava de acordo com os interesses da classe dirigente, empresária, política e proprietária de meios da imprensa, que caracterizou seu posicionamento durante boa parte do Regime Militar, pelo menos até o final da década de 1960.

A questão da “mineiridade”, colocada pelos políticos ao utilizarem a memória na tentativa de colocarem-se como porta-vozes de uma história que deve, inquestionavelmente, ser considerada como tradicional, é parte de suas práticas.

Segundo Oliveira (1992), essa questão da mineiridade não é tão apelativa no Triângulo Mineiro, pois, no aspecto econômico, este possuía maiores ligações com São Paulo, Goiás e Mato Grosso do que com o próprio estado de Minas Gerais, fato que, inclusive, levou-o a reivindicar a separação do estado mineiro, inúmeras vezes<sup>84</sup>.

*Acho graça [...] de certos políticos das montanhas de Minas quando chegam a Uberlândia e querem lhe tecer lôas, não se pejamem de dizer que em Uberlândia ‘mais uma vez se afirma o espírito empreendedor mineiro!’. Que heresia, santo Deus! Se prevalecesse o espírito dessa ‘buona gente’ não resta dúvida, Uberlândia, que me perdoem os mineiros (é verdade que, hoje, já bem modificados), não seria essa magnífica cidade que cresce em todos os sentidos e da qual Minas, com os seus tentáculos fiscais, suga, sem nada devolver como direito, cerca de 2 bilhões de cruzeiros anuais! Algo que Minas – o vizinho Estado – faz em Uberlândia, é preciso que [...] implore, mendigue...<sup>85</sup>*

Analisando o *Correio de Uberlândia* não se pode dizer que essa “não identificação com o estado” se dê somente devido à exploração dos impostos, visto que é segundo os interesses da classe dirigente que em Uberlândia tem-se o apoio ou oposição à separação do Triângulo Mineiro. Essa questão torna-se relevante, uma vez que nos possibilita problematizar, mais uma vez, os interesses desses sujeitos que, em momentos específicos, tentam legitimar a separação destacando a região como rica e trabalhadora, mas que é prejudicada pelo governo do estado de Minas Gerais, pois grande parte dos impostos arrecadados na região destinava-se à capital Belo Horizonte não retornando enquanto benefícios.

<sup>84</sup> Para uma maior compreensão da chamada “mineiridade” no Triângulo, bem como as ligações que este estabelecia com outras regiões e sua articulação com o desejo de separação e criação de um Estado do Triângulo, ver: OLIVEIRA Selmane Felipe de. Ideologias regionalistas. In: \_\_\_\_\_. *Crescimento urbano e ideologia burguesa*. Estudo do desenvolvimento capitalista em cidades de médio porte: Uberlândia – 1950/1985. 1992. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 1992, p. 68-102.

<sup>85</sup> MORAES, Albano de. Uberlândia, o Triângulo e Minas. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 03 e 04 mai. 1964. p. 5.

O fato de o *Correio de Uberlândia* opor-se à separação do Triângulo em certos momentos e em outros apoiá-la, não indica contradição ou apenas uma mudança no “discurso”, os interesses desses sujeitos é que mudam e suas práticas os acompanham. Nota-se que em momentos em que há o apoio à separação, algumas reivindicações locais recebem atenção do estado.

Apesar de percebermos claramente esses momentos por meio da problematização do jornal, prevalece a tentativa de difundir uma postura neutra, apenas noticiando posições contrárias e/ou a favor, como estratégia para garantir seus interesses, visto que assim não se indispunha diretamente com o governo estadual e federal.

Pode-se notar que grande parte das campanhas, presentes no jornal, a favor da separação e criação de um novo estado do Triângulo Mineiro aconteceram em períodos nos quais a classe dirigente não tinha as suas reivindicações atendidas pelo estado. Isso se deu não apenas na década de 1960, mas de 1940 e 1950, tendo seu auge na década de 1970. Sendo que, tais campanhas separatistas, praticamente, sumiam quando as reivindicações eram atendidas.

*Tenho certeza de que Deus iluminará aquela gente do triângulo Mineiro no sentido de que seja afastado o espírito de separatismo, porque o Triângulo Mineiro quer integrar-se definitivamente ao Estado de Minas Gerais, esperando que os poderes governamentais dêem um pouco de atenção para aquela região, especificamente para Uberlândia que é a minha cidade.*<sup>86</sup>

Essa matéria deixa claro o posicionamento do diretor do jornal e deputado estadual Valdir Melgaço, que apesar de reconhecer a importância do Triângulo, sobretudo de Uberlândia – sua cidade natal – para o estado, pedindo mais atenção por parte deste às necessidades da cidade, tem o objetivo de articular uma maior integração com o estado de Minas Gerais e não de separação. Uma vez que, sendo deputado estadual pela UDN, não era de seu interesse se incompatibilizar com o governador do estado, Magalhães Pinto, quando da reportagem, do mesmo partido.

Além das estratégias já utilizadas em outras campanhas, como a linguagem e a noção de que se fala sobre um todo maior, quando as matérias tratavam da emancipação do Triângulo havia a tentativa de fazê-lo da melhor forma para não se indispor com o governo federal. Havia a preocupação em deixar claro que este movimento emancipacionista não era subversivo e que estavam de acordo com o Regime Militar.

---

<sup>86</sup> MELGAÇO, Valdir. Deus iluminará o Triângulo Mineiro afastando o separatismo. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia 17 e 18 set.1963. Capa.

A relação de interesses da classe dirigente é ainda mais clara ao problematizarmos o fato de que apesar da existência de um movimento separatista, este sempre apoiava o governo federal, permanecendo assim durante o Regime Militar. Esse fato é representativo de uma indignação da classe, que se sentia lesada fiscalmente e/ou em algum de seus interesses locais, e não um movimento popular com reivindicações de mudanças sociais.

Isso nos faz perceber tal movimento como estratégia, a fim de levar a população da cidade a lutar contra um inimigo comum – o estado de Minas Gerais – na tentativa de camuflar as diferenças sociais e hegemonizar a existência de uma só classe.

Assim, podemos constatar que o posicionamento do *Correio de Uberlândia* não é um posicionamento isolado, absorve boa parte de suas características da classe que o compõe e que atua não apenas na cidade. Ao destacar, por exemplo, o comício de João Goulart como comunista, a imprensa uberlandense imprime uma característica que não é natural e única, outros podem não entender esse comício da mesma forma porque não tomam o conceito de comunismo de igual maneira:

*Apenas os países soviéticos, subjugados pela Rússia, hoje no mundo, reduzem o homem à condição de máquina de Estado; proíbem-lhe qualquer pensamento religioso asfixiam-lhe o sentimento que Deus lhe deu, autônomos que se tornam os homens comunistas no seio do único partido político: o dos poderosos e ricos, os membros do partido escravizador de homens, os donos do Poder Público. [...] a realidade do sistema econômico russo, base de toda a sua política de fracassos históricos, ocultos pela força bruta que veda a palavra da verdade ou a atitude da revolta. Política nacional de tremenda desilusão para o homem do povo, com propósitos e tentativas de dominar o mundo [...] o Poder Comunista tenta ocultar ao mundo que o Comunismo é a maior e mais ousada mistificação de todos os regimes políticos da História, com tremendos fracassos para qualquer povo [...] o Comunismo não será jamais remédio para os erros políticos do Brasil, erros que os próprios brasileiros podem corrigir, porque estão numa terra onde o homem tem Liberdade para agir, para pensar, para falar e para rezar.*

*Por ter dito a verdade nos confrontos entre Democracia e Comunismo, Ocidente e Rússia, foi o prof. Buzaid aplaudido várias vezes, com vibrante entusiasmo. [...] Uberlândia estava a precisar dessa lição cívica da Democracia, a necessitar de uma explicação do que seja a realidade do Comunismo, que vem enganando jovens estudantes, e professores, e pais, e mães. [...]*

*Como professora, que viu de perto efeitos prejudiciais de ensinamentos comunistas em Uberlândia, entre estudantes que foram meus também, e que eu descomunizei, sei que a voz do professor Buzaid foi no Natal de 1964 uma lição de proveito e verdade, oportuna e sadia.<sup>87</sup>*

---

<sup>87</sup> ASSIS, Jacy de. A verdade sobre o Comunismo. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 20 e 21 dez.1964, p. 12.

Essa reportagem de Ruth de Assis – professora conhecida na cidade, irmã de Jacy de Assis, fundador da Faculdade de Direito de Uberlândia e um dos colaboradores do jornal – faz parte de uma série de matérias tratando especificamente sobre o comunismo de uma forma qualificadora do termo que aparecem no *Correio de Uberlândia*. Além disso, traz a idéia de que o comunismo é algo que se pega e que se pode tirar das pessoas e que Ruth de Assis é capaz de “descomunizar” as pessoas “contaminadas”. Percebemos também como o conceito de Comunismo foi naturalizado como sendo política econômica da Rússia que transforma homens em máquinas de Estado, ou seja, algo externo e puramente imposto como uma “doença”.

Ao analisar matérias como essa, a estrutura do poder político de uma classe ligada a projetos que se camuflam muitas vezes atrás de interesses econômicos de desenvolvimento, aliado ao estabelecimento das empresas multinacionais, se faz clara. Esses projetos, por mais que pareçam puramente econômicos, trazem consigo todo um formato de sociedade, com normas e valores, ou seja, são implementados por intelectuais orgânicos, por um grupo que ao se estabelecer em uma

*[...] função essencial no mundo da produção econômica traz consigo organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que proporcionam homogeneidade ao grupo, bem como a conscientização de sua própria função, não somente no campo econômico, mas nos campos social e político.*<sup>88</sup>

A matéria é escrita por uma professora, que exercia uma atividade educacional, intelectual que é qualificada como independente dos grupos sociais, tendo, portanto, características próprias. Há que se problematizar, no entanto, que, como colocado por Antonio Gramsci<sup>89</sup>, é nas relações sociais que encontramos os limites do significado de intelectual, no fato de seu trabalho ser realizado em determinadas condições e relações, uma vez que não existe atividade puramente física que não exija o mínimo de atividade intelectual.

No caso do *Correio de Uberlândia* o próprio fato de fazerem parte da classe dirigente na cidade é o que legitima os intelectuais como tais, uma vez que as atividades desse tipo eram controladas por aquela classe. Isso se dá, exatamente, quando esta se diz progressista e, por isso, coopta espontaneamente os intelectuais, inclusive tradicionais, pois algumas medidas propostas por esta classe alavancam a sociedade como um todo.

---

<sup>88</sup> GRAMSCI, Antonio. Caderno 12 (1932). Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 15. v. 2.

<sup>89</sup> Ibidem, p. 13-53.

Porém, assim que essas medidas esgotam-se, a coerção substitui a espontaneidade de uma forma muito mais constante e direta, pois tais controlam os partidos políticos, os sindicatos e os meios de comunicação.

Ou seja, a formação de categorias especializadas para o exercício da função intelectual se faz em ligação com os grupos sociais, incluindo os grupos sociais dominantes. Estes, ao desenvolverem-se no domínio, também o fazem por meio da apropriação ideológica, englobando intelectuais tradicionais e formando seus intelectuais orgânicos<sup>90</sup>.

A relação entre os intelectuais e a sociedade é uma relação mediatizada, uma vez que a sociedade civil – organismos privados – e a sociedade política *stricto sensu* não estão separados, são

*planos que correspondem respectivamente à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no “governo jurídico”. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político [...]*<sup>91</sup>

Logo, o posicionamento não apenas de Ruth de Assis, mas do jornal, enquanto lugar de uma atividade intelectual faz a ponte entre sociedade política e sociedade civil, organiza esse trânsito de relações condensadas no Estado.

Isso é representativo do fato de que a classe dirigente que compõem o jornal atua, muitas vezes, por meio de intelectuais e não de forma direta, fato que também tem o intuito de garantir legitimidade, uma vez que esses intelectuais podem ser considerados independentes dos grupos sociais. O intelectual se conecta com a sociedade política fazendo o trânsito com a sociedade civil e difundindo e/ou constituindo políticas públicas.

A atividade jornalística é, portanto, importante quando considerada de natureza educacional, no caso do *Correio de Uberlândia*, educacional controlada por sujeitos que têm, na visão fatalista de mundo, a coerência de uma atitude passiva que tenta impedir

---

<sup>90</sup> Segundo Gramsci, os intelectuais tradicionais são aqueles que por sua continuidade histórica não tiveram sua atividade interrompida por modificações sociais e políticas e que, por isso, se consideram autônomos, independentes do grupo social dominante, fato que considera uma utopia social. E os intelectuais orgânicos são os criados dentro de grupos sociais específicos dando-lhes homogeneidade e consciência da própria função.

<sup>91</sup> GRAMSCI, Antonio. Caderno 12 (1932). Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: \_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 21. v. 2.

as classes subalternas de elaborar sua própria concepção de mundo. E a forma como o fazem e os conceitos utilizados, possibilitam-nos compreender seus interesses.

Compreender a produção do jornal é compreender a classe dirigente que o constitui, bem como os mecanismos pelos quais eles tentam implantar e manter sua idéia de sociedade como hegemônica. Dessa forma, a capacidade em difundir seus ideais e valores é um dos instrumentos que dá condições para que esta classe tente constituir-se e manter-se no poder.

Para entender como essa prática torna-se um instrumento é necessário compreender a educação – para além das atividades escolares – como ativa, transformadora de idéias, capaz de construir uma nova ordem por meio da elaboração e difusão de projetos, visões de mundo e memórias<sup>92</sup>. É por meio de atividades culturais educacionais que a classe dirigente difunde a sua concepção de mundo e seus projetos na cidade.

Ao controlar essas atividades, partidos, movimentos políticos, jornais e até mesmo instituições educacionais escolares, como destaca Joseph A. Buttigieg, ao analisar a visão gramsciana sobre o papel das atividades educacionais no processo de luta por hegemonia, é que as classes dirigentes difundem sua concepção de mundo, seus valores e projetos na sociedade. Ou seja, por meio de “operações de hegemonia” que não são simplesmente a imposição de idéias e opiniões pelas classes dirigentes às classes subordinadas, pois

*A atividade cultural, no sentido mais amplo do termo, também estimula novas idéias nos setores privilegiados da sociedade, permite-lhes enfrentar novos problemas e permanecerem sintonizados com as demandas e aspirações de todos os setores da sociedade; em poucas palavras, ela reforça a capacidade dos grupos dominantes para olhar além do próprio interesse corporativo e estreito e, portanto, ampliar sua ação e influência sobre o resto da sociedade. A hegemonia, tal como Gramsci a concebe, é uma relação educacional.*<sup>93</sup>

Para entender, então, as “operações da hegemonia” deve-se aproximá-las das atividades educacionais ativas e recíprocas, que englobam e estão além das atividades escolares, elas existem na sociedade como um todo, na relação entre os indivíduos, entre governantes e governados, intelectuais e não intelectuais e dirigentes e dirigidos. Ou seja, é o núcleo da hegemonia e, por isso, a problematização dessa, como destaca

<sup>92</sup> Para uma melhor compreensão dessa articulação entre hegemonia e educação, ver: BUTTIGIEG, Joseph A. Educação e hegemonia. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (Org.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

<sup>93</sup> BUTTIGIEG, Joseph A. Educação e hegemonia. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (Org.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 47.

Buttigieg, implica a análise crítica das instituições educacionais que constroem e difundem ideais, como o jornal, para compreender como este se faz instrumento na luta por hegemonia.

Logo, as notícias se complementam para alcançarem um determinado fim, que vai além de caracterizar o comunismo como ideologia estrangeira, criada em condições específicas, incapaz de resolver os problemas brasileiros – utilizando sempre o termo ideologia como falsa consciência, o que imprime nos sujeitos que a defendem uma caracterização de fantoches manipulados, ou “massa de manobra” –, e que, portanto, também não traria para Uberlândia uma solução significativa dos problemas sociais.

Essas matérias dissipam o ideal de sociedade e projetos que, como justificativa utilizada pela classe dirigente, diminuiria as desigualdades sociais na cidade e que carregam consigo interesses, valores, modos de viver relacionados com os interesses econômicos de implementação industrial. A passividade das classes subordinadas é buscada por meio da sedução das ofertas de bens de consumo, reforçando o privado na tentativa de gerar um consenso muito mais amplo que um simples consentir, um sentimento de “inevitabilidade”.

É constante, portanto, a necessidade de formação de intelectuais orgânicos, uma vez que as classes sociais não constituem sua consciência e cultura da mesma forma e com os mesmos métodos. Não se pode ser ingênuo em pensar que, algumas idéias, um conceito, por serem trabalhados e difundidos oportunamente, sejam capazes de convencer as pessoas com os mesmos efeitos.

Percebem-se, assim, outras formas de legitimidade necessárias, como a construção evolucionista dos problemas, que não aparecem como ligados à forma de desenvolvimento, mas à localização da cidade com relação aos grandes centros, sua dita falta de belezas naturais, sua arquitetura considerada por eles como muito simples e a dificuldade de se implementar a tecnologia necessária para o desenvolvimento da cidade devido a falta de mão-de-obra qualificada. Ou seja, são problemas de indivíduos específicos, ou são naturais, e a administração pública nada pode fazer com relação a isso. O jornal, enquanto representante dessa perspectiva, passa para os moradores essa visão e a responsabilidade que estes devem ter para que a cidade consiga se desenvolver.

A posição adotada pelo jornal *Correio de Uberlândia*, apesar da dita neutralidade – lembrando, é claro, que esse fato não se destaca como uma contradição, visto que este era o posicionamento no qual acreditavam, do qual se beneficiavam e o

que desejavam difundir “informando” o público –, é representativo de uma determinada posição política.

O ataque ao governo Kubitschek, principalmente, à política econômica, a oposição radical à política trabalhista de João Goulart, a declaração de que eram ilegítimas as ações das organizações sindicais apontando a discórdia das forças armadas que não exerciam a sua função de garantir a ordem, bem como a “luta contra o Comunismo” constituíam a forma de campanha da UDN – não esquecendo as classes representadas na década de 1960 por esse partido, portanto, a dos cotistas do jornal – e do “novo bloco econômico” que tinha como projeto a industrialização nos moldes das multinacionais e que além de

*[...] influência dentro do aparelho estatal era formada pelas camadas mais altas da administração pública e pelos técnicos pertencentes a agências e empresas estatais, os quais tinham ligações operacionais e interesses dentro do bloco de poder multinacional e associado. Esses executivos estatais asseguravam os canais de formulação de diretrizes políticas e de tomada de decisão necessários aos interesses multinacionais e associados, organizando a opinião pública.*<sup>94</sup>

Esse novo bloco econômico possuía uma estrutura de poder político de classe formada, segundo Dreifuss, por diretores de corporações multinacionais e de interesses associados, administradores de empresas privadas, pela tecnoburocracia, formada de técnicos e executivos estatais e por oficiais militares. Ou seja, os cargos em instituições e organizações governamentais eram ocupados por empresários e acionistas de multinacionais que poderiam também ser militares, o que possibilitava que as políticas públicas se articulassem aos interesses desses sujeitos na luta pela legitimação de seus projetos de sociedade.

A “Revolução de 1964” seria o auge dessa luta, resolução de todos os problemas, e o comunismo aparecia como um inimigo personificado em alguns dirigentes, propostas, partidos, como forma de clamar punição aos subversivos e legitimidade de novos projetos de sociedade, para que fosse possível a permanência e concretização da “Revolução de 1964”:

*Os que têm ambições políticas a satisfazer podem às vezes queixar-se da conduta do presidente Castelo Branco, que toma medidas não favoráveis aos seus planos; os que, porém, analisam com espírito desprevenido o comportamento do chefe da nação diante dos acontecimentos, hão de por força*

---

<sup>94</sup> DREIFUSS, René Armand. A estrutura política de poder do capital multinacional e seus interesses associados. In: 1964. *A conquista do Estado*; ação política, poder e golpe de classe. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. p. 80.

*chegar á conclusão de que s. exa. mantem uma coerência absoluta em face da sua situação de supremo magistrado e de comandante do movimento revolucionário. Na primeira qualidade é seu empenho restituir o país ao sistema democrático o mais breve possível, pelo que recusa afastar-se da marcha legalista; na segunda, tem como imperativo da sua função sanear os quadros administrativos não consentindo que a eles regressem os subversivos e corruptos que tão profundamente macularam a história republicana [...] Sem dúvida se o ato institucional tivesse uma duração mais extensa ou se a revolução houvesse adotado medidas mais radicais por ocasião do seu triunfo, como, por exemplo, a dissolução do congresso e a deposição de todos os governadores, mais fácil seria a consolidação do novo regimen.*

*À parte do bilhete azul fornecido aos sr. João Goulart para que ele fosse gozar o prazer facultado pelos seus milhões no clima ameno do Uruguai, quase se pode dizer que a revolução caracterizou-se como uma reforma de princípios morais que um governo normal tivesse promovido. Penso que o que influiu no comando revolucionário e no presidente da República para dar essa feição á nova ordem estabelecida em 31 de março foi a preocupação de preservar as relações internacionais para que não se supusesse no exterior que tínhamos realizado um golpe militar, como talvez se acreditasse se o parlamento fosse extinto e se os poderes estaduais fossem confiscados. Aliás essa impressão custou um pouco a desvanecer-se em alguns países. [...] Nesta parte está praticamente executada a ação do chefe do governo, que consiste em restaurar o liberalismo republicano de acordo com a índole e as tradições da gente brasileira. [...] Acusar s.exa. de cometer violência ou ilegalidade quando veta os nomes conhecidos como cúmplices dos governos putrefatos é insistir no crime, é desconhecer que as forças militares e o povo se levantaram de armas na mão para encerrar uma época de predomínio da irresponsabilidade e inaugurar outra de culto à honestidade e de respeito a todos os direitos humanos. [...] Pode-se divergir do marechal, mas não é lícito ignorar que é um homem de bem, incapaz de faltar á palavra e sèriamente disposto a colocar a máquina oficial nos trilhos da democracia...*<sup>95</sup>

Constrói-se uma imagem da “Revolução de 1964” como sendo tomada de poder, dissolução do congresso e retirada dos governadores dos estados de seus mandatos – logo o que se realizou no país não seria um golpe, segundo Paes – a notícia traz um caráter privatista e de estímulo ao liberalismo econômico como sistema natural e de necessidade humana e “*consiste em restaurar o liberalismo republicano de acordo com a índole e as tradições da gente brasileira*”.

A tentativa de naturalizar certos modos de viver e modelos de sociedade é tão forte que, mesmo “ideologias políticas modernas” são tomadas pelo *Correio de Uberlândia* como uma tradição do povo brasileiro, que deve ser mantida e preservada a qualquer custo.

O interesse político contra os considerados subversivos também é notável, uma vez que estes não poderiam se candidatar ou se elegerem, deixando o caminho livre para

<sup>95</sup> PAES, Lycidio. A máquina nos trilhos. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 06 e 07 ago. 1965. p. 3.

os políticos e partidos que apoiavam o regime, como a UDN, por exemplo, sendo essas colocações de Lycidio Paes muito representativas dos programas do citado partido.

Na convenção nacional de 1957, a UDN aprovou o programa oficial do partido que reforçava exatamente o estímulo ao liberalismo e aos investimentos estrangeiros. Em 1960, a UDN opôs-se a ementa constitucional que propunha a desapropriação, bem como formas de indenização e após a queda de João Goulart, regozijou com as forças armadas devido à derrota da ameaça comunista, continuando sua pretensa luta contra o empreguismo e a inflação.

O partido também apoiou as “medidas revolucionárias” do primeiro Ato Institucional – que suspendia os direitos políticos daqueles considerados opositores ao regime por dez anos, sendo eles congressistas, militares, governadores. Institucionalizou as eleições indiretas para Presidente da República – a partir de então somente um congresso eleitoral composto pelos congressistas elegeria o presidente que representaria os desejos da população – e suspendeu por seis meses a Constituição da República, eliminando a oposição que poderia vir a enfrentar o regime.

O Presidente era quem escolhia os congressistas que permaneceriam e poderiam ser eleitos, e estes elegeriam o presidente sucessor, dando suposta legitimidade democrática ao regime, pois seria uma democracia onde o presidente seria eleito por um colégio eleitoral que, por sua vez, teria sido eleito pelo povo. Há que se lembrar que o colégio eleitoral havia sido mutilado pelo próprio AI-1, votando a favor da Lei da Remessa de Lucros, que era uma antiga questão da UDN fiel ao livre investimento estrangeiro.

Em junho de 1965, o Congresso aprovou a Lei de inelegibilidades, considerado instrumento contra corruptos e subversivos, que atendia não apenas os interesses radicais dos militares, como também os interesses eleitorais da UDN, sendo aprovado pela maioria do partido, bem como a ampliação da Justiça Militar para julgamento de civis, apesar de protestos isolados como os de Milton Campos, um dos fundadores da UDN, nomeado em 64 Ministro da Justiça, deixando o cargo em 65 tornando-se senador pela ARENA depois da extinção dos partidos<sup>96</sup>:

*[...] o projeto de lei discriminando os novos casos de inelegibilidade ainda para vigorar na próxima eleição de outubro do corrente ano, quando serão substituídos onze governadores de Estado [...] Explica-se: era necessário*

---

<sup>96</sup> Para um melhor conhecimento dos programas da UDN desde sua criação em 1945 até a sua extinção em 1965, ver: BENEVIDES, Maria Vitória. Os programas política econômica e política social In: UDN. Disponível em: <[http://www.cpdoc.br/nav\\_historia](http://www.cpdoc.br/nav_historia)>. Acesso em: 20 mai. 2006.

*impedir que os responsáveis pelas calamidades que o país vinha sofrendo até 31 de março de 1964 voltassem a ocupar as posições que eles estão perseguindo com sofreguidão, sob a pena de malograr-se todos os sacrifícios empregados com tanto denodo para vitória dos ideais da revolução [...] A “linha dura” tão severamente criticada até por elementos pertencentes aos quadros governamentais, tem razão quando se opõe ao ressurgimento, com tanta rapidez vislumbrado, dos políticos comprometidos com os últimos governos que causaram a ruína moral e econômica do Brasil. Sem dúvida alguma eu não chego à temeridade de insinuar sequer que todos os homens filiados às agremiações partidárias que apoiavam a situação deposta sejam desonestos ou tenham atentado contra as instituições [...] Mas o fato é que, por comodismo, por interesse ou por timidez, sempre foram solidários com a baderna, com as negociatas, com as distorções administrativas e com os despautérios políticos que caracterizaram a vida nacional nos últimos anos [...] São, portanto, cúmplices notórios. E por que fundamento a Revolução ha de considerar tais compatriotas no mesmo plano de igualdade em que coloca os promotores de 31 de março, que sofreram perseguições, que suportaram sacrifícios, que tiveram em certos momentos a própria vida posta a prêmio [...] Não podem disputar essa igualdade aqueles que negaram as instituições conspurcando-as aos seus dogmas ou enterrando as mãos gananciosas no tesouro coletivo para benefícios de ordem pessoal. Estes carecem de pagar o tributo do crime cometido e só depois de regularmente reabilitados deverão participar de todos os direitos de cidadania [...]”<sup>97</sup>*

Dessa forma, percebe-se o interesse do periódico na construção e apoio a medidas que favoreceriam politicamente os sujeitos que o compunham, bem como os seus projetos para a cidade, uma vez que permaneceriam na esfera pública, sem a concorrência e oposição dos inelegíveis.

Nehemias Gueiros<sup>98</sup> foi um dos fundadores da UDN e responsável pela autoria do AI-2 – Ato Institucional número 2 – permitindo a existência de duas associações políticas nacionais, nenhuma delas podendo usar a palavra “partido”. Criou-se então a ARENA – Aliança Renovadora Nacional –, base de sustentação civil do regime militar, formada majoritariamente pela UDN e egressos do PSD, e o MDB – Movimento Democrático Brasileiro –, que tinha como uma de suas funções fazer uma oposição bem-comportada que fosse tolerável ao regime. O que parece suicídio político é, na verdade, de grande interesse para a UDN, que considerava a extinção partidária inerente ao processo revolucionário.

<sup>97</sup> PAES, Lycídio. Inelegibilidades. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 25 e 26 jun. 1965. p. 3.

<sup>98</sup> Gueiros era um renomado advogado, graduado pela Faculdade de Direito do Recife em 1932, presidente da Federação Interamericana de Advogados, Membro Honorário da Ordem dos Advogados dos Estados Unidos e integrante do Conselho Superior do Instituto dos Advogados do Brasil (IAB), presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) entre 1956 e 1958. Trabalhou ativamente em prol de uma “revisão vertical” da legislação referente à Ordem, apoiando a aprovação do anteprojeto do que viria a ser o primeiro Estatuto da Advocacia Brasileira, corporificado pela Lei 4.215/63.

Nos dias 29 e 30 de outubro de 1965 o *Correio de Uberlândia* publicou em sua capa, ocupando a metade superior da página, o texto integral do AI-2 encabeçando-o com o título “Revolução está viva e atuante com Ato nº2”. Nenhum comentário foi feito nessa reportagem, ela apenas exibia a letra da lei, mas seu título liga o AI-2 com a manutenção da Revolução, torna-o uma medida necessária, uma interpretação que transforma o fato em informação, porém congela-o como essencial para a vitória do processo revolucionário:

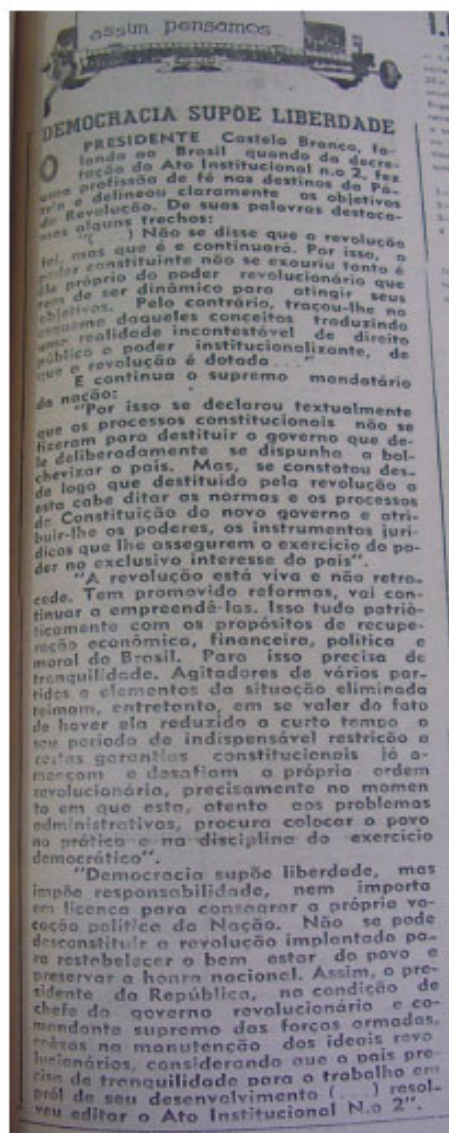


**Ilustração 07** - Reportagem do jornal *Correio de Uberlândia*, 04 nov. 1965. Coluna “Assim Pensamos”, p.3.

Poucos dias após a publicação do AI-2, no dia 04 de novembro do mesmo ano, teve lugar na coluna “Assim Pensamos” a matéria acima que ocupava o espaço de uma coluna com cerca de setenta linhas incluindo seu título, ou seja, um pouco mais que a

metade superior da página de número três, ganhando enorme destaque, uma vez que as colunas eram um pouco mais largas do que nos jornais de hoje.

Além dessa ligação entre os proprietários da imprensa uberlandense com partidos políticos, a UDN contou muito com o apoio de demais órgãos, tais como dos jornais paulistas: *O Estado de São Paulo*, *O Globo*, *Correio da Manhã* (parcialmente), da *Rádio Globo* e da *Televisão Tupi*; do *Correio do Dia* em Minas gerais; do *Jornal do Povo* em Goiás; dos semanários *Maquis* no Rio de Janeiro; *Libertação* no Piauí; *Trimor* no Maranhão.

Esse levantamento me permitiu perceber como o jornal vai adquirindo funções de partido político, quando os grupos sociais se separam daquela forma organizativa tradicional de partido, quando a classe ou fração de classe não reconhece mais nos dirigentes e representantes do partido sua expressão. Este é o momento de crise hegemônica que se dá, ou pela classe dirigente ter perdido ou imposto o consenso das grandes massas para um empreendimento político que fracassou, ou porque essa grande massa passa a certa atividade política e apresenta reivindicações desorganizadas, porém revolucionárias, que afetam a hegemonia das classes dirigentes<sup>99</sup>.

É normal também que, diante dessa crise, se unifique sobre um único partido levadas de muitos outros, a fim de representar e sintetizar as necessidades de toda uma classe ou grupo social sob uma só direção “[...] considerada a única capaz de resolver um problema vital dominante e de afastar um perigo mortal”<sup>100</sup>.

Ao discutir em seus *Cadernos do Cárcere*, no texto *Maquiavel; notas sobre o Estado e a política*, e nos *Cadernos Miscelâneos*, Gramsci problematiza não só o fato de o jornal ganhar feições de partido político, mas de a opinião pública estar ligada à hegemonia política, como ponto de contato entre a “sociedade política” e “sociedade civil”, entre força e consenso:

*O Estado, quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil [...] A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que deveria ser discordante: por isto, existe luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública – Jornais, partidos, Parlamento –, de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional,*

<sup>99</sup> GRAMSCI, Antonio. Caderno 13 (1932-1934) - Breves notas sobre a política de Maquiavel. In: \_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 60-70. v. 3.

<sup>100</sup> Ibidem, p. 61.

*desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica.*<sup>101</sup>

Nesse sentido, devemos atentar para a “produção social da memória”, pois algumas produções dominantes, como a própria imprensa, acabam desqualificando outros tipos de memória e história atribuindo um sentido universal a produções parciais exatamente pela presença intelectual nestas, já que estas são campos de luta e disputa para a construção de significados e sentidos para o presente<sup>102</sup>.

Assim, constrói-se um panorama da sociedade e de suas ditas necessidades que devem não apenas convencer a opinião pública, mas mostrar-lhes feitos de determinada parcela da sociedade política. As campanhas abertas contra João Goulart, em defesa mais uma vez dos ideais econômicos liberais, caracterizando o governo como subversivo e as reformas como interesses pessoais são representativos dessa construção por meio dos conceitos e linguagens de que se utilizam.

É nesse sentido que, de julho de 1964 até meados de 1965 o jornal *Correio de Uberlândia* traz a necessidade da legitimidade da “Revolução”, bem como o que entendem esses sujeitos por Revolução. O Golpe Militar<sup>103</sup> de 1964, num primeiro momento em agosto de 64, aparece como uma medida de retorno à ordem e afastamento do perigo comunista. Este, sinônimo de corrupção, subversão e totalitarismo e tais conceitos, a partir de então, caracterizam o comunismo e legitimam a necessidade da “Revolução”. Esta, muitas vezes, remete-nos à idéia de revolução como mudança total na base do sistema político adotado, com mudanças sociais, econômicas e políticas totais que realmente modificam a sociedade.

Ao nos depararmos com um conceito de revolução que não traz essas premissas, corremos o risco de erroneamente o considerarmos como parte de uma falsa consciência, duas interpretações que geram análises equivocadas, não apenas do termo, mas do próprio regime.

“Revolução” não é um conceito utilizado apenas como discurso realizado pelo Regime Militar para justificar as suas medidas. Para fugirmos desse equívoco é necessário problematizar a idéia predominante que se tem de que os militares não eram

---

<sup>101</sup> GRAMSCI, Antonio. Dos Cadernos Miscelâneos - Caderno 7 (1930-1931). In: \_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 265-266. v. 3.

<sup>102</sup> MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa. 1880-1920. In: FENELON, Déa Ribeiro et al (Org.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho D'Água, 2004.

<sup>103</sup> Procurei evitar durante o trabalho utilizar este conceito, apesar de concordar com ele, visto que é gerado por uma interpretação mais atual do momento e que os sujeitos analisados neste trabalho, não o interpretam dessa forma.

intelectuais ou não possuíam pensadores e pesquisadores que desenvolviam suas estratégias e planejamentos.

Os conceitos, valores e projetos eram difundidos e aprofundados por intelectuais orgânicos em inúmeras conferências e palestras destinadas às classes dirigente e/ou investidora em associações comerciais e industriais, clubes sociais e centros culturais, na Escola Superior de Guerra (ESG) e principalmente, por meio de organizações de ação criadas para focalizar as atividades ideológicas.

Ao interpretar ideologia, como idéias nas quais os sujeitos que as difundem acreditam e das quais se beneficiam, percebe-se que, para os sujeitos analisados, o que consideramos como o Golpe Militar de 1964 foi realmente um processo revolucionário por permitir que seus projetos disputassem com maior intensidade a hegemonia na sociedade, o que me levou a pensar sobre a existência de representantes da inteligência militar e a complexidade de seus projetos.

As motivações do governo implementado após 1º de abril de 1964 justificava-se em teses e conceitos desenvolvidos e/ou maturados em meios intelectuais atuantes das forças armadas, utilizando-se de vários conhecimentos em inúmeras áreas. Na obra *Geopolítica do Brasil*, de Golbery do Couto e Silva<sup>104</sup>, pude perceber o logicismo da implantação do governo militar, vista por um intelectual militar.

Para Golbery, que já na década de 1950 era um dos intelectuais militares que lutava por um desenvolvimento empresarial de forma “segura” no Brasil, era necessário evitar qualquer tipo de incoerência deste conjunto de interesses, barrando conflitos entre objetivos diversos.

Além disso, o planejamento enquanto recurso estatal dirigido por tecnocratas, que supostamente não possuiriam interesses classistas, ajudava a diminuir as críticas, tanto do bloco de poder populista como das classes subordinadas ocultando as relações reais de interesses:

*De fato, o planejamento indicativo e alocativo, ou a racionalização empresarial dos recursos humanos e materiais do país (onde a nação seria o objeto, o Estado seria o agente e o bloco multinacional-associado, o sujeito ‘elíptico’ ou oculto), seria um dos pilares do regime pós-1964, quando o planejamento tornar-se-ia uma dimensão*

---

<sup>104</sup> Golbery do Couto e Silva foi general chefe da seção de operações em 1960, chefe de gabinete da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional e do grupo de pesquisas do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais, no Rio de Janeiro em 1961, e chefe do Serviço Nacional de Informação, em 1964.

*da ‘racionalização dos interesses das classes dominantes e a expressão de tais interesses como Objetivos Nacionais’.*<sup>105</sup>

Dessa forma, conceitos de conotação aparentemente neutra, como: “necessidade”, “racionalidade técnica” e “perícia” camuflavam o poder de classe que era internalizado no Estado pela congruência de interesses e acúmulo de cargos estatais com direções de empresa, patentes militares e ações dos veículos de comunicação por essa classe.

No início de 1960, a maioria dos empresários possuía ligações oligopolistas, eram membros de escritórios privados de consultoria tecno-empresarial, de órgãos governamentais, e no caso de Uberlândia, acionistas de jornais, emissoras de rádio e televisão.

Ou seja, num processo de desenvolvimento sugerido por interesses transnacionais e gerido pelo Estado, foram inseridos os militares, estes imbuídos da ideologia positivista de ordem e progresso, que produzia ações que eram orientadas por critérios de eficiência e legitimação exigidas pela teoria da segurança nacional.

O medo, a angústia e a busca por verdades, segundo Golbery, leva à sistematização política e, a fim de garantir a segurança individual e coletiva, o Estado autoritário justifica-se, pois, conforme uma teoria de T. Hobbes, o homem sacrifica a liberdade em prol da segurança individual e coletiva. É o Estado que interpreta os interesses dos grupos sociais, mesmo que sejam interesses de uma minoria hábil no controle social, equipada para a ação política, ou seja, mesmo que sejam aspirações das classes dirigentes:

*A capacidade desta em sensibilizar e atrair a massa, em arrastá-la docilmente sob sua liderança eficaz pela força carismática que desperte e assegure o mecanismo mimético que Toynbee tão bem descreveu, dá bem a medida real de seu poder criador. Como quer que seja, porém, buscando, realmente, essa elite ou minoria, traduzir os interesses e aspirações, ainda informes que flutuam imprecisos na alma popular ou indo mais além e se empenhando, educativamente, para que o povo compreenda e sinta os verdadeiros interesses e aspirações, tratando maquiavelicamente ou demagógicamente, de mistificar a massa para que adira a seus objetivos particulares de elite ou coagindo-a a tal – isso é afinal acessório –, o fato principal que vale considerar, no conjunto do panorama internacional, é que cada Estado se move ao impulso potente de um*

---

<sup>105</sup> DREIFUSS, René Armand. A estrutura política de poder do capital multinacional e seus interesses associados. In: 1964. *A conquista do Estado*; ação política, poder e golpe de classe. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. p. 82.

*núcleo de aspirações e interesses, mais ou menos definidos com precisão num complexo hierárquico de Objetivos.*<sup>106</sup>

Os “objetivos nacionais”, dentre eles os que mais têm a ver com o todo social, como sua sobrevivência, autonomia, desenvolvimento social e econômico, são utilizados para legitimar interesses políticos, econômicos, psicossociais e militares de desejo de uma minoria e isso é feito baseado em teorias.

Da mesma forma que para tentar solucionar a disputa de interesses divergentes entre os Estados surge a diplomacia, e se esta falhar, a guerra. Assim o é, segundo Golbery, dentro do próprio Estado. A perspectiva da guerra é capaz de imprimir aspirações e interesses em favor da segurança nacional, transformando-se em uma guerra total:

*[...] que a todos envolve e que a todos oprime, guerra política, econômica, psicossocial e não só militar, perdurando no tempo sob a forma de guerra fria ou ampliando seu domínio no espaço como avassaladora onda universal que não respeita nem os desertos saáricos, nem as alturas tibetanas, nem as imensidades polares, vem crescer ao velho dilema entre Liberdade e Segurança um colorido profundamente trágico[...]*<sup>107</sup>

Segundo essa teoria há um ônus a pagar pela segurança nacional, que seria o sacrifício da liberdade e do bem-estar. Porém, há um mínimo de bem-estar que se tem que assegurar para não ameaçar também a segurança nacional que se justifica num pensamento de Furgot:

*À medida que se sacrifique o bem-estar, em proveito da segurança, canalizando recursos daquele para esta, o primeiro decresce, enquanto a segurança aumenta mais que proporcionalmente, a princípio; a partir de certo ponto, porém, sofre a curva acentuada inflexão e os acréscimos, agora cada vez menores, acabarão por anular de todo, quando haja alcançado o que teoricamente, corresponde ao máximo de segurança compatível a limitação imposta pelos recursos disponíveis. Reduza-se, ainda mais, o bem-estar, e a própria segurança virá, agora decrescida.*<sup>108</sup>

Logo, é necessária a utilização de todos esses métodos, por se tratar a década de 1960 de um momento de transmutação radical de valores e conceitos tradicionais, que para esses sujeitos significava um momento drástico de revolução total em que se debate o espírito humano. Daí a necessidade de colocar o comunismo como inimigo externo que justifique medidas que inibam certas transformações e imprimam a necessidade de outras a fim de continuar a se atender interesses específicos.

<sup>106</sup> SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1967. p. 10.

<sup>107</sup> Ibidem, p.12.

<sup>108</sup> Ibidem, p.14.

Nesse sentido, a ESG – Escola Superior de Guerra – coordenava ações civis-militares e a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, ministrada por ela, e era utilizada como justificativa ideológica para a tomada do Estado e imposição de uma estrutura autoritária.

Esse centro intelectual que era a ESG não era composto apenas por oficiais militares, civis das classes dominantes participavam do seu quadro permanente, eram professores e conferencistas e, até mesmo, alunos. Segundo Maria Helena Moreira Alves, após a chegada no poder em 1964, inúmeros cargos em instituições políticas e econômicas foram ocupados por graduados na ESG, a meu ver, não por serem militares, uma vez que era uma instituição com grande participação civil, mas por constituírem uma classe com interesses em comum.

Para o planejamento do novo Estado a ESG, o IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – e o IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática –, formaram um complexo burocrático eficiente, uma vez que as propostas desenvolvidas por essas instituições no final dos anos 1950 e início de 1960 foram incorporadas a legislação pós 64. Um Estado eficaz e centralizado, segundo eles, necessitava de uma rede de informação, e sua criação e implementação foi uma das tarefas desse complexo antes da tomada do poder.

Percebe-se, assim, que a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento era um corpo orgânico de idéias que englobavam teorias de guerra de subversão interna e do papel do Brasil na política mundial, bem como de seu potencial geopolítico e tinha o intuito de legitimar a imposição de um sistema de dominação e controle, ou seja, essa legitimação estava ligada ao desenvolvimento econômico e à segurança interna<sup>109</sup>.

Segundo Golbery (1967), ao enfatizar a função do Estado como protetor contra a ameaça dos “inimigos da nação”, gera o medo, a suspeita e a divisão na população que abrem espaço para que as medidas repressivas do Regime Militar sejam aceitas, controlando a luta de classes pelo terror, uma vez que, com o desenvolvimento dessas teorias e sua difusão por meio do controle das atividades educacionais como a imprensa, o regime justificava a necessidade de opressão a determinadas classes mais “influenciáveis” a ideologias externas.

---

<sup>109</sup> Para um melhor conhecimento sobre a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, ver: ALVES, Maria Helena Moreira. A doutrina de segurança nacional e desenvolvimento. In: \_\_\_\_\_. *Estado e oposição no Brasil, 1964-1984*. Bauru, SP: EDUSC, 2005. p. 39-61.

Essa “estratégia psicossocial” que o controle dessas atividades pela classe dirigente proporciona é a chegada dessa doutrina até as instituições bases da sociedade civil, que são as escolas e universidades, a família, as igrejas, os sindicatos, as empresas privadas e, principalmente, os meios de comunicação.

Diante, portanto, do imediatismo das reivindicações por segurança é sustentada a necessidade de uma intervenção. Essa é uma questão que não pode ser resolvida apenas por meio da repressão ou da economia, as causas dessa sensação de insegurança têm significados.

*Uma sociedade desconfiada e hostil, cética a respeito das instituições que considera (freqüentemente com razão) corruptas ou ineficientes, em lugar de se defender, ataca. E quando ataca, não tem medidas: entre o medo e o excesso, elege o excesso.*<sup>110</sup>

Essa é uma teoria ampla que pensa vários pontos e estratégias políticas durante a década de 1960 nas quais as classes dirigentes acreditavam e da qual se beneficiavam.

Dessa forma, os militares também compunham a classe que tinha interesse no desenvolvimento industrial, que não é apenas um modelo de sistema econômico, mas um projeto maior. E, conjuntamente com os empresários, que ao mesmo tempo possuíam cargos públicos, eram “*parte da estrutura política dos aparelhos ideológicos dos interesses multinacionais e associados em sua campanha contra a convergência da classe populista e seu Executivo*”<sup>111</sup>, tomando parte em decisões e ações para golpear o regime em 1964.

Inúmeros oficiais filiaram-se a partidos políticos, principalmente à UDN e ao PDC – Partido Democrático Cristão – e se organizaram em instituições de caráter político e ideológico como a ESG. Esses militares, além de serem acionistas de corporações privadas, partilhavam valores e diretorias importantes como classe empresarial, ou seja, faziam parte desta, que muitas vezes, eram os conferencistas da ESG.

Compartilhavam não apenas o ideal de desenvolvimento industrial, como a urgência de transformação do processo de crescimento e constituição de uma sociedade capitalista industrializada. E, nesse sentido, as instituições de educação e treinamento também eram importantes, pois, por meio delas, a informação técnica era associada à

<sup>110</sup> SARLO, Beatriz. Contrastes na cidade; depois do limite, a representação. In: *Tempo presente*; notas sobre a mudança de uma cultura. Buenos Aires: José Olímpio Editora, 2001. p. 68.

<sup>111</sup> DREIFUSS, René Armand. A estrutura política de poder do capital multinacional e seus interesses associados. In: *1964. A conquista do Estado*; ação política, poder e golpe de classe. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. p. 85.

doutrinação político-ideológica, constituindo uma forma de desenvolvimento socioeconômico específico.

É nesse sentido, que o ideal de nação colocado pelo Regime Militar não apenas se articulava com o interesse local, como também o apoio a esse ideal legitimava as transformações desejadas por esse grupo para Uberlândia, portanto era vantajoso apoiá-lo, no sentido de cooptar a sociedade uberlandense mostrando-a um fim maior, não apenas uma cidade desenvolvida e auto-suficiente, mas uma nação forte, independente e coesa:

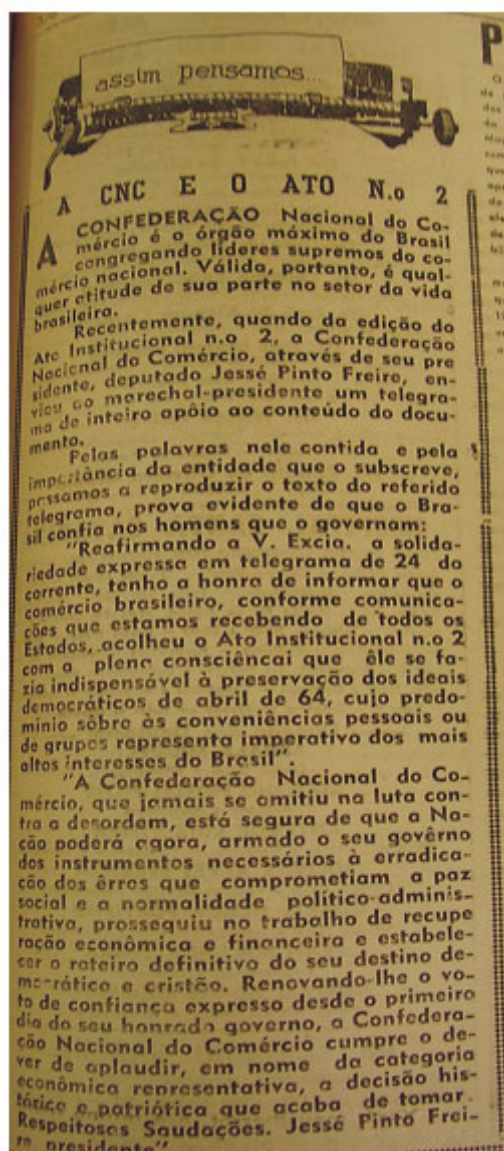


**Ilustração 08** - Reportagem do jornal *Correio de Uberlândia*, 05 e 06 nov. 1965. Coluna “Assim Pensamos”, p. 3.

Tudo isso é usado no sentido de construir, por meio de reportagens que sempre ocupam lugar de grande destaque e tamanho, um sentimento de pertencimento não

somente à cidade, ou um país unido na tentativa de alcançar os países desenvolvidos, mas a uma classe, como se não existisse mais disputa, constituindo uma identificação de necessidades que seriam as mesmas para todos. Em outras palavras, disputando a hegemonia da classe dirigente.

Assim, percebemos que a classe dominante na constante aspiração em se tornar e se manter como classe dirigente construía sua hegemonia também, segundo Daniel Campione, ao problematizar o conceito de hegemonia analisando o posicionamento dos grupos dominantes e os projetos contra-hegemônicos na América Latina<sup>112</sup>, por meio da promessa de “ordem e progresso” que se apoiava num tripé econômico-político-cultural. Devido à relativa prosperidade da exportação agrícola e mineradora, o que facilitava a constituição de variantes das Repúblicas Oligárquicas como forma de governo que atendia a esses interesses e, ao mesmo tempo, investia na industrialização e tentava criar uma “identidade nacional” a partir de um Estado forte e coeso.

Porém, há que se ressaltar que essa idéia de nação e nacionalismo é uma prática que visa a um ideal de sociedade capitalista “desenvolvida”, para as quais sem esse sentimento de nacionalismo o homem seria incapaz de se libertar de seu egoísmo e desenvolver uma vontade consciente e coletiva de crescer como nação economicamente independente.

É possível perceber, portanto, que os conceitos são formados historicamente, dentro de relações específicas e não são utilizados como mera retórica; fazem parte, sim, de teorias e projetos de elaboração política com concepções estratégicas. Essas concepções estratégicas utilizam, geralmente, interesses de toda a coletividade como: “sobrevivência”, “prosperidade”, “bem-estar” e “soberania da nação”, ou seja, categorias atemporais presentes em qualquer período por que atravesse um país<sup>113</sup>.

*[...] Em qualquer país mais civilizado, onde os deveres dos educadores são cumpridos com exatidão e probidade, seria fechada sumariamente a escola de primeiro grau, quando não se ministrasse, com muito empenho e retidão, o ensino moral e cívico, o patriotismo por excelência.*

*Os nossos Hinos Nacional e a Bandeira são completamente ignorados talvez pela maioria dos estudantes que ingressam nos educandários, para início do*

<sup>112</sup> CAMPIONE, Daniel. Hegemonia e contra-hegemonia na América Latina. In: COUTINHO, Carlo Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (Org.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 51-66.

<sup>113</sup> Para uma melhor compreensão das teorias às quais determinados posicionamentos se aliam, ver: SILVA, Golbery do Couto e. Aspectos geopolíticos do Brasil – 1960. In: *Geopolítica do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1967. p. 95-145.

*curso médio. [...] Despautério e crime de lesopatriotismo, uma ofensa à Pátria [...]*<sup>114</sup>

Eurico Silva era acadêmico da Faculdade de Letras do Triângulo Mineiro e sua matéria faz parte de uma seqüência que começa no dia 19 de agosto de 1965 pela comemoração do dia de Caxias que aconteceu na cidade dos dias 23 a 29 do mesmo mês, e que destacam passagens históricas de participação do exército, uma breve biografia de Caxias e exaltações aos símbolos da pátria, construindo por meio deles um sentimento de pertencimento.

Sentir-se integrante de uma nação articula-se a símbolos concretos de pertencimento, não é algo imaginário; a nacionalidade “*está inscrita materialmente nos corpos*”<sup>115</sup>. Em momentos como o do período de instalação de um novo governo que se auto intitula revolucionário o nacionalismo é utilizado para gerar esse senso de pertencimento, por meio da exaltação de seus símbolos.

Ser verdadeiramente brasileiro seria, para esses sujeitos, conhecer os hinos, a bandeira, o papel do soldado e do exército na história e possuir uma educação moral – interpretada como respeito às leis e regras – para o convívio social e desenvolvimento econômico do país. Prática que tem o intuito de esmorecer as razões que cada pessoa tem para se sentir parte da cidade e mesmo do país.

Esses símbolos surgem como atributos exteriores que camuflam a desesperança diante de uma sociedade desigual e, como destaca Beatriz Sarlo em seu livro *Tempo Presente*, gera um sentimento nacionalista apaixonado que muitas vezes anula o próprio objeto dessa paixão, que no caso deste trabalho, é o Brasil, pois os interesses que ela move são superficiais e não suportam sentimentos realmente nacionais<sup>116</sup>. Os hinos e a bandeira devem ser adorados porque são brasileiros e não por terem um significado real que ultrapasse seu entorno.

Outro símbolo também utilizado é o esporte, as competições mundiais e o desempenho nacional nessas. Este é um dos símbolos mais utilizados a fim de construir esse senso de pertencimento e apoio ao país.

Na década de 1960, principalmente pós 64, período abordado por esta pesquisa, o Brasil não alcançou muitas vitórias esportivas e, portanto, esse símbolo não foi tão

<sup>114</sup> SILVA, Eurico. Renovação moral e cívica. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 19 set. 1965, p. 3.

<sup>115</sup> SARLO, Beatriz. Ontem e hoje. A dívida. In: *Tempo Presente*; notas sobre a mudança de uma cultura. Buenos Aires: José Olympio Editora, 2001. p. 13-18.

<sup>116</sup> Idem. Mitos. Mundiais de futebol. In: *Idem*. p. 121 -139.

explorado, porém as poucas matérias presentes no jornal sobre o assunto devem ser problematizadas.

Uma em especial chama a atenção, menos pelo seu conteúdo que pelo seu lugar no jornal. É uma matéria do dia 23 de março de 1966, intitulada *O Brasil e a copa do mundo*, posicionada na coluna “Assim Pensamos” do jornal *Correio de Uberlândia* na página 3.

Esta reportagem aproxima, por meio de uma linguagem no plural, a Copa do Mundo dos brasileiros em geral, colocando tanto suas vitórias como seus problemas técnico-esportivos como nossos. Nossas vitórias, nossos problemas, responsabilidades e possibilidades. A impressão é que todos os uberlandenses, ou mesmo, todos os brasileiros fazem parte das decisões com relação à seleção brasileira de futebol.

Por essas características a notícia concentra olhares, atrai mais os leitores para si. Ao seu lado encontra-se uma reportagem que se localiza na parte superior da página ocupando-a quase por completo, com exceção do espaço destinado à coluna “Assim Pensamos”.

Essa reportagem intitula-se *Brasil é notícia* e traz fatos políticos e econômicos que estão ocorrendo no país de uma forma impessoal, sem nenhum comentário, pequenas informações jogadas e encabeçadas por subtítulos que são os nomes das regiões do país de que se fala. A sensação é de que não são coisas importantes apesar do espaço ocupado.

O formato, a linguagem e os destaques da matéria que tratava sobre a Copa do Mundo prendem pelo patriotismo, e ao mesmo tempo, dão a sensação de liberdade de participação na vida nacional. Esse tipo de reportagem não destaca o esporte, mas sim o país que o está praticando, desperta uma paixão que, como destacada por Sarlo (2001) ao problematizar os símbolos da pátria na Argentina durante o regime militar, “*torna o objetivo independente dos meios usados para alcançá-lo*”<sup>117</sup>. Tudo isso move, para além do esporte, interesses e sentimentos nacionais.

Toda essa problematização mostra que, quando as identificações e sentido de pertencimento não se compatibilizam com a hegemonia da classe dominante, as atividades culturais de hegemonia, como a imprensa, propõem as suas, construindo não apenas o que é ser uberlandense, mas o que é ser brasileiro. E essa construção combina-se com as experiências e idéias da população.

---

<sup>117</sup> SARLO, Beatriz. Mitos. Mundiais de futebol. In: *Tempo Presente*; notas sobre a mudança de uma cultura. Buenos Aires: José Olympio Editora, 2001. p. 127.

Ou seja, os sujeitos constroem reportagens que, primeiramente informam feitos do governo Goulart, depois, em reportagens consecutivas ligam esses feitos a uma determinada teoria que como tal só pode ser rebatida com outra teoria, mas que, no caso, justifica ações concretas, visto que essa teoria acabou por levar à corrupção, subversão, baderna, inversão de valores e hierarquias. Depois, tenta legitimar um novo regime considerado revolucionário como sendo essencial para a cidade, o estado e o país. Há que se perceber como esses termos colocados acima aparecem e com que significado justificam toda essa ligação:

*[...] o sr. João Goulart repete a decisão de promover as reformas de base [...] A nação encontra-se neste momento fundadamente apreensiva com os boatos de conflitos, de choques armados e até de guerra civil em razão da assinatura do decreto de desapropriação de terras [...] Contribui essa fermentação de hostilidades para a expansão das lavouras e para incremento da produção? De modo nenhum, ninguém está seriamente pensando em cultivar essas terras invadidas. Isso não é nada mais do que uma luta inglória de classes fomentada pelos totalitários com a proteção do governo para retirar benefícios para os seus planos eleicoeiros. Para quem quer trabalhar nunca faltou terra [...] os fazendeiros não hesitariam em conceder as suas glebas aos que na verdade as pudessem lavrar... Tal concessão não é necessário atribuir-se aos seus sentimentos de fraternidade ou de altruísmo, uma vez que favorece os seus próprios interesses [...] Quem pode imaginar que um industrial adquira uma máquina e a deixe sem funcionar quando esteja na sua vontade ligar-lhe o motor elétrico e auferir imediatamente os proventos devidos ao seu capital empatado? Só um idiota. A questão rural não é falta de terra. É que as condições das lavouras não compensam o trabalho pelo atraso e pelas dificuldades das regiões agrícolas. E tanto é assim que donos de sítios e fazendolas abandonam as suas propriedades e vêm viver na cidade, às vezes percebendo ordenados modestos. Por que? Porque aqui ele tem instrução para os filhos, tem assistência médica, tem farmácia, tem dentista, tem luz elétrica e tem diversão [...] De que vale dar terra aos lavradores sem terra, se não é de terra que eles carecem? Não ignoro que há patrões desumanos que exploram miseravelmente seus empregados; são, todavia, exceções [...] Também na indústria urbana existem desses espécimens sugadores do sangue alheio, e nem por isto as autoridades federais falam em desapropriar fábricas e oficinas, escritórios e padarias...*<sup>118</sup>

Ou seja, invertem-se os valores do capitalismo liberal e com ele os da classe que se beneficia desse sistema, no qual esses problemas não são de competência do governo resolver, e se este tenta fazê-lo é por motivo eleitoreiro e não de melhoria.

Lembremos que os sujeitos constituintes e representados pelo jornal seriam atingidos por essas medidas, uma vez que eram grandes proprietários de terras, aparecendo assim, a revolução como resistência a essa inversão legitimada, pois

<sup>118</sup> PAES, Lycídeo. Carestia. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 12 e 13 mar. 1964, p. 3.

segundo eles, as medidas adotadas não resolveriam as desigualdades e sim, causariam desordem.

O apoio a essas medidas se alia aos projetos de cidade que esses sujeitos portavam, uma vez que esses proprietários de terras, comerciantes de gado e derivados, possuem um projeto de industrialização e de sociedade, cujo pensamento é de que os problemas sociais – desemprego, desigualdade, miséria – são insolúveis, naturais, e não visam as suas soluções regionais, mas uma nação desenvolvida economicamente e competitiva internacionalmente.

Em 1964, a primeira reportagem a trazer a palavra “Revolução” aparece em junho, após o Golpe Militar, com o intuito de defender e apoiar a dita revolução e tem todo um formato ao fazê-lo. Demonstra um determinado respeito às posições contrárias, articula as posições favoráveis, ligando-as ao todo social, colocando a necessidade de pensar a “Revolução”, não apenas do ponto de vista jurídico ou de outras áreas, mas por meio da análise da situação brasileira como um todo, visto que chegara ao limite da desordem e decomposição político-administrativa, sendo “[...]inevitável a deflagração do movimento recuperador de 31 de março”<sup>119</sup>.

É o primeiro momento em que se articulam todos os conceitos já problematizados, unindo corrupção e subversão ao comunismo, e os mesmos ao governo anterior, trazendo a democracia como solução e a “Revolução” como forma de atingi-la. Daí em diante as construções adquirem conotações, a fim de legitimar a implantação do Regime Militar e seus líderes, bem como sua necessidade para o país.

Dessa forma, o conceito de revolução se mescla com toda essa construção que vinha sendo feita e é o elo com todas as outras matérias atingindo uma complementaridade impressionante e planejada. Todos os conceitos são utilizados para a construção de um ideal de sociedade, porém isso não é feito sem conhecimento algum, nem apenas ideologicamente.

A linguagem presente no jornal é uma prática social repleta de significados, é também política, uma vez que os interesses políticos também estão sendo articulados nas reportagens. As frases compõem o texto das matérias de tal forma que, ao serem problematizadas, soam cinicamente, porém é compatível a uma ditadura que tem, para além do intuito de convencer, a intenção de intimidar e coagir.

---

<sup>119</sup> Paes, Lycidio. Sentido da Revolução. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 11 e 12 jun. 1964, p. 3.

A linguagem utilizada tanto pela política, como pela imprensa é descartável, como problematiza Sarlo:

*São tratadas da mesma maneira que as estratégicas palavras de ordem publicitárias [...] Quando os políticos são transformados em meros repetidores de palavras de ordem que são atiradas como uma rede para capturar cidadãos arredios e desiludidos, é porque alguma coisa está errada.*<sup>120</sup>

Ao mencionarem direitos, deveres, valores que as pessoas na cidade devem ter e ao debaterem os conceitos problematizados por meio do jornal, os sujeitos dão um sentido à vida que ultrapassa o econômico, atribuem e constroem significados e maneiras de pensar e viver.

Gramsci, no período entre as duas guerras mundiais, ao considerar o termo “revolução”, de forma flexível, como a revelação de um conflito entre forças produtivas e instituições; entre classes dominante e dominada, a fim de atingir profundas transformações econômicas, sociais e de valores, diferindo de atitudes terroristas, de governos que utilizam-se de crueldades mentais e físicas na tentativa de calar oposições e confiarem em si próprios, coloca que, no ocidente, esse termo passou a significar a crença em transformações amplas da sociedade, opondo-se a reformas fragmentárias que reestruturassem a velha sociedade<sup>121</sup>.

Isso não quer dizer que o significado atribuído ao termo pelos sujeitos analisados seja errado, ele possui uma historicidade embutindo relações sociais entre sujeitos específicos que são correlatas à produção de seu significado. A questão é problematizar essas relações a fim de compreender como se constituem esses significados e que tipo de memória eles ajudam a construir:

*O sr. Sobral Pinto, patriota, militante, consagrado jurista, homem com compromissos partidários e de integridade moral acima de qualquer suspeição, dirigiu uma carta ao sr ministro da Guerra refutando afirmativas feitas por êste quanto ao regime instituído pela revolução de 1º de abril e condenando o procedimento do governo sob diversos aspectos. É claro que não venho opor embargos aos conceitos do eminente advogado, até mesmo porque êle discute baseado em pontos de vista jurídicos, para o que me falecem de todo as credenciais. Mas no caso da situação brasileira é preciso analisar a realidade sem excessiva obediência ao formalismo [...] o país chegou a tal grau de desordem e decomposição política e administrativa que só mesmo um indivíduo desses que tomam medidas drásticas sem avaliar as possíveis consequências*

<sup>120</sup> SARLO, Beatriz. Transformações. A taquigrafia da política. In: *Tempo Presente*; notas sobre a mudança de uma cultura. Buenos Aires: José Olympio Editora, 2001. p. 98.

<sup>121</sup> Para um melhor conhecimento dessa interpretação do conceito de Revolução, ver: BOTTOMORE, Tom (Ed.). Revolução. In: *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988. p. 324-327.

*seria capaz de repor a máquina nos trilhos [...] E tanto é verdade que foi inevitável a deflagração do movimento recuperador de 31 de março. E que esse movimento não significou nenhuma precipitação nem teve caráter demagógico ou golpista [...]*<sup>122</sup>

A partir de junho de 1964 e durante todo o semestre até o fim do ano, as reportagens trazem o conceito de revolução na tentativa de justificar a necessidade da “Revolução Democrática”, caracterizando a cidade e o país como imersos no caos e, por isso, as ações, ainda que coercitivas, devem ser apoiadas para que o país seja salvo e alcance a real democracia, libertando-se da corrupção e subversão, bem como das teorias exteriores que tentam se infiltrar no Brasil. Tais reportagens trazem a idéia de “os fins justificam os meios” e de que esta era a única saída para a crise e desordem que o país vivia.

Após esse período que se encerra em janeiro de 1965, as reportagens não trazem o conceito de revolução como central apesar de se referirem a ele inúmeras vezes. Até outubro de 1965, as matérias trazem os demais conceitos já abordados como forma de legitimar a necessidade do golpe, sempre chamando-o de Revolução Democrática e aliando-o à ordem e ao desenvolvimento, abrindo espaço para reportagens que tratam do desenvolvimento local e, para tanto, a necessidade de transformações urbanas e de valores e modos de viver na cidade.

A partir do Ato Institucional número dois – AI-2, o conceito de revolução passa a ser usado para legitimar as ações do governo, os demais conceitos não necessitam mais de legitimação, a revolução aparece como dada e correta. Os Atos, cassações e demais atitudes se justificam, pois mantém a revolução viva.

A partir do segundo semestre de 1965, seguindo essa complementaridade das matérias, também passam a ser destacadas as vantagens do capitalismo liberal, sempre levando as notícias por um viés da liberdade e da democracia e desenvolvimento industrial, ligando-os às medidas tomadas pelo regime a fim de legitimar o governo implementado:

*COMO era previsto, o Tribunal Regional da Guanabara aceitou, por sete votos contra um, a impugnação, oferecida pela UDN, da candidatura do sr. Henrique Batista Duffles Teixeira Lott ao governo do ex-Distrito Federal [...] E isto porque o sr. Teixeira Lott [...] é sempre o mesmo brasileiro estigmatizado com os mais graves defeitos de ordem política. Esses defeitos o impedem de postular qualquer cargo eletivo na atualidade, quando o Brasil passa por um momento de recuperação das virtudes cívicas e morais e de restabelecimento da ordem econômica, que êsse soldado, com uma larga imerecida de prestígio, tanto ajudou a decompor e tumultuar. [...] através de seu vulto inexpressivo e*

<sup>122</sup> PAES, Lycidio. Sentido da Revolução. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 11 e 12 jun. 1964, p. 3.

*turbulento oculta-se a camarilha que por tantos anos perturbou a vida nacional e opôs embaraços à nossa prosperidade material e ao desenvolvimento do nosso prestígio no concerto das nações.[...] A democracia há de vencer por muito ásperas que sejam as obces que se lhe oponham. E nessa obra benemerita temos que glorificar as forças armadas, sejam da linha dura, sejam da linha branda...*<sup>123</sup>

O jornal, em sua disputa por poder e espaço dentro da luta de classes, acaba por se transformar num meio de justiça, deslocando esta esfera ao relatar fatos de forma a realizar o julgamento sem formalidade alguma, de modo que a interpretação passa a ser o que aconteceu.

Com isso, ele também define lugares, modos de vida, e isso nos mostra que o espaço público não é algo dado, definido, é sim, um lugar de conflito. Este não pode ser anulado, pois ainda que seja um lugar de direitos e deveres, é comum que o exercício de um direito afete os demais direitos.

Isso não significa que temos que retirar esse tipo de publicação do espaço público, mas que este deve ser preservado para que possa ser ocupado por demais publicações e que seja possível o acesso a elas, pois a falta de contato com estas produções não é apenas uma perda qualitativa em termos informativos, mas uma perda de espaço na cidade que passa a ser reorganizado por produções com um determinado cunho ideológico que, na disputa por hegemonia, ganham os lugares das demais publicações na tentativa de uniformizar fatos e posições.

---

<sup>123</sup> Paes, Lycídio. Defesa da democracia. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 27 e 28 ago. 1965, p. 3.

## CAPÍTULO III

### **Imprensa, anticomunismo e práticas correlatas**

Após problematizar como é produzida a memória pelo jornal *Correio de Uberlândia*, de que forma os conceitos adquirem significados de acordo com as relações sociais estabelecidas pelos sujeitos que o constituem, há que se considerar que determinadas campanhas defendidas pelos jornais, posicionamentos e até mesmo a frequência e escolha de determinados assuntos são representativos da luta de classes na cidade:

*[...] Como sempre, o argumento comunista contém os elementos de verdade suficientes para seduzir os incautos. É muito certo que a propriedade privada dos meios de produção tem oferecido, frequentemente, a homens desapiedados uma arma que tem utilizado para a exploração do próximo. Essa amarga verdade pôs-se em evidência, de modo especial, com a Revolução Industrial. Efetivamente, tanto o nascimento como o progresso do comunismo explicam-se, em grande parte, por tão infeliz acontecimento. Porém é ilusória a conclusão que daí tira o comunismo. Suprimir a propriedade privada para suprimir a exploração é uma vez mais, curar as dores de cabeça cortando a cabeça do doente. A propriedade privada é tão natural ao homem e tão necessária à sociedade como a cabeça o é ao doente em questão. [...] Nos tempos primitivos dominava o comunismo, mas a organização da sociedade, o crescimento do seu grau de civilização determinou a discriminação da propriedade e a criação do governo ou Estado [...]*<sup>124</sup>

Percebe-se uma construção que naturaliza certa forma de sociedade como inerente ao próprio homem e, portanto, não deve ser considerada causadora de desigualdades. Verificamos que essa construção aparece, de forma mais elaborada no *Correio de Uberlândia*, a partir de maio de 1964, quando começam a figurar matérias com a finalidade de especificar alguns conceitos, como o de comunismo, a fim de justificar e hegemonizar o modelo de sociedade e o projeto de cidade colocados pelos sujeitos por meio do jornal.

Outra questão bem natural é a comparação entre um sistema baseado numa teoria mais ampla – comunismo – com um pressuposto de várias “ideologias políticas modernas” – democracia – existente também no comunismo de uma forma diferente da do capitalismo, como se democracia fosse o sistema adotado pelo Brasil e não o capitalismo.

---

<sup>124</sup> FILOSOFIA do Comunismo. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 9 e 29 mar. 1964, p. 3.

Essa idéia de democracia, bem como a caracterização do comunismo aparece como a realidade, verdade única sobre o conceito. Essa forma específica de interpretar aparece como a única possível. Entenda-se que não cobro que as reportagens coloquem todas as possíveis interpretações do dito conceito, apenas problematizo sua interpretação como sendo a verdade sobre ele.

Ao caracterizar o comunismo dessa forma, o capitalismo aparece como o oposto, sinônimo de liberdade e democracia, como se estes dois últimos só fossem possíveis com esse sistema. O capitalismo liberal aparece então como forma de sociedade mais evoluída e coerente, como se chegar até ele fosse imprescindível para as sociedades, já que garante ampla liberdade aos homens.

Além disso, caracteriza uma teoria e a reduz à mera política de Estado inimigo. Ou seja, o jornal realiza um julgamento de acordo com valores específicos escamoteados pela linguagem e/ou pela sensação de neutralidade e imparcialidade garantida pelos intelectuais que nele escrevem e pela aparente distância entre o jornal e os acontecimentos.

Ao problematizar o jornal, percebi que a partir de outubro de 1965 vai se idealizando e ao mesmo tempo naturalizando um tipo de sociedade, com necessidades, condutas e normas, em notícias que recolocam e complementam determinados assuntos, inclusive ao tratar de questões internacionais. É constituída uma evolução causal do desenvolvimento humano:

*Os COMUNISTAS dominicanos que atuaram como títeres e distribuíram armas, munições e explosivos aos populares logo no início da revolução tiveram seus nomes revelados na Organização dos Estados Americanos. De um modo geral todos eles foram adestrados em Cuba para promover agitações, guerra de guerrilhas e outras táticas subversivas e paramilitares. Constituem-se, assim, em perigosos ativistas, o que pode ser comprovado com suas “fichas”. [...] Os principais chefes do movimento comunista de apôio a Caamano Deno foram Manoel Gonzalez, experimentado ativista do Partido Comunista Espanhol e que vinha liderando os comunistas dominicanos há mais de dois anos [...] A estes membros segue-se extensa lista de perigosos subversivos comunistas, denunciados á Organização dos Estados Americanos, pelas suas atividades que resultaram nos lamentáveis e sangrentos episódios no pequenino país do Caribe.*<sup>125</sup>

Nessa matéria dos dias 04 e 05 de julho de 1965, em que se fala da Ilha de São Domingos, o comunismo continua sendo construído como algo de fora, externo, e os comunistas dominicanos caracterizados como fantoches, testas de ferro da ameaça que

<sup>125</sup> OS COMUNISTAS em S. Domingos. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 04 e 05 jul. 1965. Coluna “Assim Pensamos”, p. 3.

vem de Cuba. Só muda o país de onde vem a ameaça e o país que a está sofrendo, porém, a notícia é construída com a mesma finalidade da anterior, mostrar que o comunismo não traz soluções aos países americanos, que são vítimas desses estrangeiros. Além disso, determinados termos utilizados tem o intuito de menosprezar as realizações desses dominicanos, como é o caso ao dizer que a maioria foi “adestrada” em Cuba, como se fossem bichos.

É uma construção que coloca implicitamente o sistema adotado pelos países americanos incluindo o Brasil, bem como suas formas de governo como sendo naturais, nascidas nesses países, um processo alcançado pelos Estados em seu caminho para o desenvolvimento, um evolucionismo que encobre o fato de o capitalismo liberal também ser baseado em um modelo externo, desenvolvido em situações específicas e diferentes da brasileira.

Percebe-se um conjunto de notícias que são recorrentes e que sustentam uma imagem construindo uma memória sobre o momento, que não está cristalizada, visto que está em relacionamento com outras imagens e construções, mas que tem esse intuito:

*A ILHA de São Domingos, que se divide em duas partes, abriga duas pequenas e agitadas, cujas histórias são compostas de dramas, percalços, lutas, aflições e conquistas. [...] A ocupação militar de seu território, a subjugação política e a escravidão econômica, são as constantes que marcam a vida e o drama desta nação, a partir de 1930.*

*Desta data em diante e até os princípios de 1962, uma asquerosa tirania, comandada por Rafael Trujillo y Molina, transformou a República Dominicana em palco das mais lamentáveis cenas políticas que a América assistira. [...] A dinastia corrupta dos Trujillos foi parcialmente varrida do cenário político dominicano, quando ascenderam ao poder Joaquim Balaguer, até o último momento defendido pelas forças militares dos Estados Unidos e o então coronel Rodrigues Echevarria, um militar de tendências totalitárias, que tentou abrir caminho até o povo recém liberto da opressão.<sup>126</sup>*

Essa reportagem é dos dias seguintes, 06 e 07 de julho de 1965, localizada na mesma coluna e vem exatamente legitimar a anterior, a dita necessidade de denunciar à Organização dos Estados Americanos os comunistas subversivos estrangeiros – este conceito aparece com carga pejorativa – que interferem no pequeno país, enquanto que a intervenção das forças armadas estadunidenses não é considerada como estrangeira, não vem de fora intervir no país, vem apenas ajudar a libertá-lo e garantir que o drama colocado desde a reportagem anterior realmente acabe, detendo o inimigo comunista.

---

<sup>126</sup> UM DRAMA no Caribe. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 06 e 07 jul. 1965. Coluna “Assim Pensamos”, p. 3.

Assim, durante todo o ano de 1964 e primeiro semestre de 1965, é possível, com uma análise crítica, perceber que as matérias se complementam no sentido de criar uma ameaça externa e de “demonizar” o conceito de comunismo, sempre como forma de justificar a necessidade de viabilizar os projetos políticos na cidade e acreditar no sistema no qual o país vive e no Regime Militar colocando a cidade num todo maior:

*O Presidente do Sindicato dos trabalhadores rurais de Uberlândia foi convidado a prestar um importante depoimento a reportagem política do CORREIO DE UBERLÂNDIA, ocasião em que lhe apresentamos cinco perguntas as quais respondeu a contento e reproduzimos para a informação do público leitor deste jornal:*

*- P. – Como surgiu a idéia de fundação do Sindicato dos trabalhadores Rurais em Uberlândia?*

*R. – Baseado no Dec. Lei nº 7.038, de 10 de novembro de 1944, e Portaria nº 346, de 17 de junho de 1963, do Ministério do Trabalho, um grupo de lavradores da qual eu fiz parte, trocando idéias sobre a importância do sindicalismo, tomando como exemplo a Associação dos Motoristas, Sindicato dos Bancários, Associação Comercial e outras entidades que tantos benefícios têm trazido às suas respectivas classes e ao próprio município ainda, assim como, a Associação Rural que tantos relevantes serviços presta aos fazendeiros e às suas reivindicações, resolvemos então procurar o representante da SUPRA que ao ensêjo, encontrava-se na cidade para auxiliarmos em nossa meta, ou seja, a organização do nosso sindicato próprio[...]*

*- P.- Propala-se que o sindicato dirigido por V. Sa. tenciona invadir fazendas. O que pode V. Sa. esclarecer a respeito aos leitores do “CORREIO DE UBERLÂNDIA” ?*

*R. – O Sindicato dos trabalhadores rurais de Uberlândia, assim como qualquer outro sindicato de trabalhadores tem como finalidade principal a defesa das reivindicações legítimas e legais de sua classe. Não temos, outrossim, nenhum propósito de invadir fazendas como tão infundamentadamente se fala.*

*- P. – existem discriminações de política partidária ou religiosa no Sindicato dos Trabalhadores Rurais?*

*R. – Não. [...] O associado pode bem pertencer a qualquer lema político-partidário ou seita religiosa não lhe sendo, permitido, porém, tratar dessas questões no Sindicato [...]*<sup>127</sup>

Essa reportagem é representativa de como, apesar de ter espaço no jornal, alguns sujeitos, entidades e movimentos ganham características segundo os interesses do periódico. Pode-se perceber nessa matéria que em nenhum momento questiona-se sobre as reivindicações dos trabalhadores, uma vez que mostrariam as desigualdades na cidade. Além disso, ao perguntar ao presidente do sindicato se existiam discriminações político-partidárias, a presença de membros de partidos representativos das classes dirigentes, bem como a cooptação dos dirigentes dos Sindicatos para tais partidos

<sup>127</sup> TRABALHADORES rurais não são agitadores. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 27 e 28 fev. 1964, p. 7.

aparece como algo natural e que em nada é capaz de influenciar essas entidades, ou seja, tenta-se camuflar a luta de classes.

Se atentarmos para a produção do jornal como uma prática social para além das notícias, percebemos que o título desta matéria “Trabalhadores não são agitadores”, apesar de ter uma certa ligação com a pergunta sobre invasões a fazendas da região, está muito mais vinculada à matéria de capa dos dias 20 e 21 de fevereiro de 1964, intitulada “Trabalhadores locais apoiam reformas de base” que refere-se a um telegrama destinado a João Goulart que dizia ser integral o apoio às reformas de base por parte dos Sindicatos e Associações de Classes Trabalhadoras de Uberlândia. Assim, dando espaço aos sindicatos no jornal, bem como cooptando os seus dirigentes aos partidos da classe dirigente, em especial a UDN, poderia ser revalorizado e reinterpretado esse apoio.

Dessa forma, o que mais nos interessa é o fato de a campanha anticomunista ter um papel muito importante na disputa por hegemonia do projeto de sociedade da classe dirigente, por meio daquilo que as matérias dizem sem dizer, para além das reportagens que rechaçam o comunismo mesmo antes de 1964, pois a perseguição aos ditos comunistas dificultava a organização de trabalhadores de forma direta e, inúmeras vezes, velada.

Segundo Damasceno (2003), ao entrevistar sujeitos, que na década de 1960, eram trabalhadores da ferrovia e do setor de alimentos de Uberlândia, percebeu como era difícil conscientizá-los do valor das associações exatamente devido ao medo que eles tinham de se organizarem, visto que isto era tido como “coisa” de comunista e por consequência, de repressão<sup>128</sup>.

Todavia, apesar da imprensa criar um “tipo” de trabalhador, dando ao termo um cunho classista e de seu interesse, esse trabalhador também constitui-se em consumidor, o que, de certa forma, pressiona a imprensa “neutra” e “objetiva” a destacar algumas reivindicações dos trabalhadores. Questões contra o não cumprimento da Legislação Trabalhista, o alto custo de vida, os baixos salários ganhavam espaço no jornal *Correio de Uberlândia*, entretanto, totalmente desarticuladas da questão de classe, como problemas temporários de toda a sociedade uberlandense.

---

<sup>128</sup> DAMASCENO, Fernando Sérgio. *Condições de vida e participação política de trabalhadores em Uberlândia nos anos de 1950/1960*. 2003. Dissertação (Mestrado em História)- Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003. p. 78-133.

As denúncias feitas pelo jornal em favor dessas questões se faziam no sentido de conscientizar a própria classe dirigente de que se não garantissem o mínimo aos trabalhadores não manteriam a ordem na cidade.

As associações patronais da classe dirigente, como por exemplo, a Associação Comercial, tinham um enorme espaço, não apenas na imprensa, mas na realidade social, onde lideravam campanhas contra entraves econômicos no município. A sua circulação na sociedade política colaborava para o êxito de seus projetos.

Percebe-se que a classe trabalhadora questionava o projeto de desenvolvimento da classe dirigente ao trazer as dificuldades vividas, porém, a imprensa colocava tais dificuldades como desligadas do projeto.

A classe dirigente, então, não apenas demonizava o comunismo por meio do jornal, mas auxiliava na formação de associações e entidades representativas dos trabalhadores, inclusive dando a elas espaço no jornal. Isso não significa que socialmente elas tivessem um espaço de organização satisfatório, devido à presença das classes dirigentes nestas entidades. Ou seja, o fato de serem noticiadas pela imprensa já imprime características à associação de acordo com interesses de classe, limitando, inclusive, o espaço real de atuação de tais entidades.

É interessante para a classe dirigente acompanhar a formação das entidades representativas dos trabalhadores a fim de disputar a consciência de base destes e controlar suas reivindicações por meio de justificativas nacionalistas e religiosas, na tentativa de inibir a independência da classe trabalhadora sem que esta fosse contra os ideais das classes dirigentes, uma vez que as associações e organizações não estavam sendo inibidas.

Essas medidas eram facilitadas pela campanha anticomunista difundida pelo jornal *Correio de Uberlândia* e outras organizações, como o Círculo Operário<sup>129</sup>, que trabalhava no sentido de escamotear a luta entre o capital e o trabalho por meio da conciliação entre as classes.

Outra forma de aproximarem-se dos trabalhadores, muito utilizada pelo Círculo Operário, era cedendo espaço físico para as entidades, orientação técnica e formação política, acredito que na tentativa de influenciarem os trabalhadores com seu ideal de

---

<sup>129</sup> Organização também das classes dirigentes e seus intelectuais que tinha forte influência religiosa baseada principalmente na bula do Papa Leão XIII, denominada de *Rerum Novarum* e que possuía uma coluna no jornal *Correio de Uberlândia*.

sociedade. Essa influência era garantida, principalmente por ser esse espaço um lugar aberto para palestras destinadas aos trabalhadores.

Analisando o jornal, percebe-se que muitos professores da cidade palestravam no espaço do Círculo Operário e, como já destacado, isso tinha o intuito de que tais palestras ganhassem um tom de neutralidade e verdade, visto que eram pessoas “autorizadas” a falar de qualquer tema. Destes, o mais freqüente era a situação do trabalhador, sempre enfatizando que o comunismo não resolveria o problema, destacando-o como tão ruim quanto o capitalismo e apontando caminhos religioso-nacionalistas como a real solução. Matérias com esse cunho indicam a presença comunista na cidade e uma disputa com ideais de sociedade e projetos de cidade diferenciados e, não apenas a tentativa de criar um inimigo externo, mas combater idéias internas.

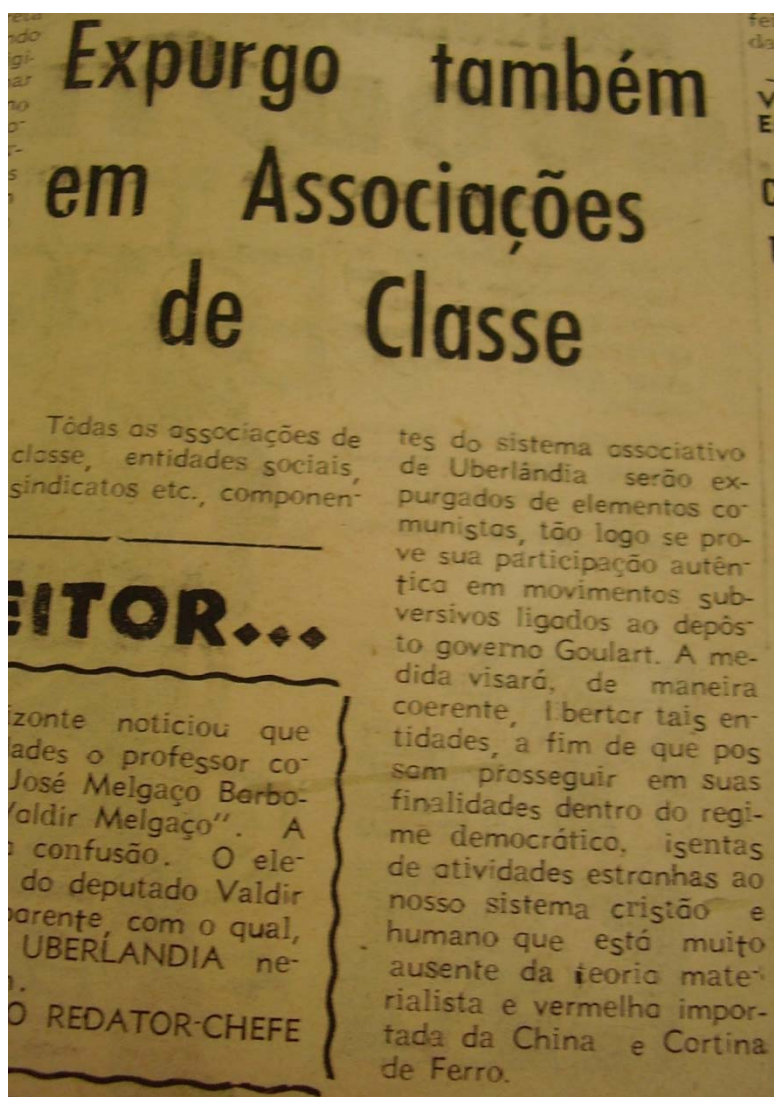


**Ilustração 09** - Reportagem da capa do jornal *Correio de Uberlândia*, 12 e 13 abr. 1964.

Acredito que as publicações com referências anticomunistas nos jornais unidas a outras práticas correlatas dos mesmos sujeitos, como as palestras do Círculo Operário, também tinham intenção de cooptar as lideranças das entidades dos trabalhadores aos partidos representantes da classe dirigente, como destaca Damasceno (2003) por meio da análise de entrevista realizada com um ex-trabalhador da Ferrovia Mogiana, que na década de 60 era um dos líderes do Sindicato dos Ferroviários em Uberlândia, membro da UDN, que destaca que havia liberdade política para os líderes sindicais, desde que não fossem filiados a um partido que “criasse caso”. Ou seja, apesar das disputas políticas e de não podermos dizer que não havia nenhuma influência comunista nos Sindicatos, tentava-se manter tal influência fora da diretoria da entidade, bem como qualquer um que fosse tido como suspeito de ser comunista e/ou ativista<sup>130</sup>.

Assim, com a problematização sobre a produção do jornal e seus interesses foi possível perceber a imprensa como prática de formação ideológica – entendendo ideologia como um sistema complexo vinculado à problemática de classe – que possibilitou toda esta política de tentativa de conciliação entre as classes, por meio de campanhas como a anticomunista, além de tentar legitimar ações repressivas sobre os trabalhadores.

Percebe-se que o comunismo aparece como negação ao desenvolvimento ordenado e progressivo do capitalismo, que se procurava naturalizar. Ou seja, apesar da tentativa de construir uma verdade única sobre o comunismo, esta era realizada, não contraditoriamente, com a ampliação do conceito de comunismo ao caracterizar determinadas manifestações de trabalhadores, os partidos de esquerda e os países do leste europeu.

Segundo Selmane Oliveira<sup>131</sup>, para tentar justificar a repressão sobre os trabalhadores a campanha anticomunista era a grande estratégia em Uberlândia. Constituíam-se uma memória do comunismo como empecilho para o progresso ordenado da cidade, e essa mesma memória, em contrapartida, acabava ampliando o conceito de

---

<sup>130</sup> Para um entendimento mais profundo de como se deu a cooptação das Associações e Sindicatos em Uberlândia nas décadas de 1950/60 por partidos e organizações de direita, ver: DAMASCENO, Fernando Sérgio. *Condições de vida e participação política de trabalhadores em Uberlândia nos anos de 1950/1960*. 2003. Dissertação (Mestrado em História)- Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003. p.78-133.

<sup>131</sup> OLIVEIRA, Selmane Felipe de. Repressão e resistência. In: *Crescimento urbano e ideologia burguesa: estudo do desenvolvimento capitalista em cidades de médio porte: Uberlândia – 1950/1985*. 1992. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 1992, p. 121-143.

comunismo, que passava a caracterizar tanto manifestações de trabalhadores, o PCB, como os países do leste europeu. No *Correio de Uberlândia*, durante toda a década de 1960, essa é uma tentativa constante que traz em si práticas repressivas.

A questão do comunismo e as campanhas contra ele, conforme destaca Jane de Fátima Silva Rodrigues, era um tema incômodo desde a década de 1920 nos jornais uberlandenses, porém, ganhou força a partir da fundação do PC – Partido Comunista – na cidade em 1945, o qual teve participação significativa nas eleições de 1947 elegendo quatro vereadores com a legenda do Partido Popular Progressista.

Mesmo após o fechamento da cédula do PCB em Uberlândia em 12 de maio de 1947, quando do decreto de sua ilegalidade, houve atuação de seus participantes por meio de reuniões, pichações, boletins e faixas que tratavam, além das questões nacionais, da Revolução Russa e de Lenin.

A repressão ao comunismo aumentou após 1948, quando houve aumento do número de policiais em Uberlândia e ocorreram conflitos entre os militantes e a polícia. E daí por diante, durante toda a década de 1950 e 1960, ser rotulado de comunista não era algo simples, uma vez que o anticomunismo ganhava espaço. Oliveira (1992) destaca, inclusive, um ofício da Delegacia Especializada de Ordem Pública recebido pela Câmara em 19 de outubro de 1953 que alertava para a ação de militantes comunistas, “traidores” que escravizariam a Pátria ao jugo da “Potência do Mal”, como era chamada por tais sujeitos a URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

No plano nacional, havia nos anos 1950 a Cruzada Brasileira Anticomunista<sup>132</sup>, intensificada na década de 1960 pela campanha anticomunista nas grandes capitais – Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte –, devido a denúncias que eram representativas das classes que compunham a Associação Comercial do Rio de Janeiro, onde se chamava a atenção para o suposto perigo dos comunistas infiltrados nos sindicatos:

*Uberlandenses de tôdas as categorias sociais, aos milhares, sem credo político, ou religioso, participaram na noite de anteontem da Marcha Com Deus Pela Liberdade, um dos maiores acontecimentos cívicos já ocorridos em nossa terra, comemorando a vitória da democracia, grito de legalidade partido das montanhas altaneiras da gloriosa Minas Gerais.  
[...] A monumental Marcha Com Deus Pela Liberdade foi uma festa do povo autêntica e espontânea. Mas foi também uma demonstração de que Uberlândia*

---

<sup>132</sup> OLIVEIRA, Selmane Felipe de. Repressão e resistência. In: *Crescimento urbano e ideologia burguesa: estudo do desenvolvimento capitalista em cidades de médio porte: Uberlândia – 1950/1985*. 1992. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 1992. p. 121-143.

*está ao lado da ordem, da democracia, em campo oposto ao comunismo ateu e desagregacionista, destruidor da família brasileira. As escolas de samba do povo desfilaram, os estudantes, os trabalhadores, os operários, intelectuais, homens do comércio e do campo, enfim, tôdas as classes sociais disseram 'presente' à marcha, simbolizando o 'não' ao totalitarismo que se tentou impor ao Brasil livre.*<sup>133</sup>

Mais uma vez, tem-se a linguagem religiosa misturada à política e a aparência de neutralidade garantida pela imagem construída de que, não apenas Uberlândia, mas o Brasil apoiava o movimento de 31 de março de 1964, além disso, as caracterizações dadas ao comunismo ampliam esse conceito até a esfera religiosa, numa tentativa de mostrar a união entre as classes.

1951 foi um ano marcado por muitos conflitos na cidade entre os membros do PC e a polícia, como destaca Rodrigues, inúmeras pessoas foram feridas e presas. Nesse ano autoridades da Polícia Política e Social do Departamento Federal de Segurança Pública chegaram a cidade para dar assistência às delegacias de Uberlândia, Monte Alegre de Minas e Canápolis com relação a ordem política e social, a fim de aparelhá-las na ação contra a subversão da ordem.

Em 1952 uma lista de elementos considerados comunistas, pertencentes a lideranças sindicais uberlandenses atuantes no Congresso de Trabalhadores em São João Del Rei, foi fornecida pelo Ministério do Trabalho e a repressão na cidade tornou-se constante. O Almirante Pena Bota denunciou à imprensa Uberlândia e Anápolis como centros guerrilheiros, sendo o Triângulo Mineiro, em sua opinião, uma região de grande importância geopolítica para a penetração comunista<sup>134</sup>.

Entretanto, o *Correio de Uberlândia* desmente em inúmeras matérias o fato de a cidade ser um foco comunista e/ou de subversão, o que indica a preocupação da classe dirigente em manter a aparência de gente ordeira, orgulhosa do progresso e da cultura de seu município.

Assim, se nos detivermos apenas na imprensa uberlandense de grande circulação na década de 1960, percebemos não só um único projeto de cidade e sociedade, como também trabalhadores pacatos e ordeiros, além de inúmeros outros sujeitos e termos que tomam um caráter classista a fim de hegemonizar o predomínio de uma só classe, a

<sup>133</sup> MILHARES de uberlandenses na Marcha pela Liberdade. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 05 e 06 abr. 1964. Capa.

<sup>134</sup> OLIVEIRA, Selmane Felipe de. Repressão e resistência. In: *Crescimento urbano e ideologia burguesa: estudo do desenvolvimento capitalista em cidades de médio porte: Uberlândia – 1950/1985*. 1992. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 1992. p. 99-147

dirigente. A única maneira de notar a presença de pensamentos e projetos diversos foi por meio de campanhas como a anticomunista que se fez com enorme força no jornal.

Após 1964, essa campanha anticomunista tornou-se uma caçada. Percebe-se que o jornal *Correio de Uberlândia*, durante a década de 60 e com o Regime Militar, sentia-se muito tranqüilo ao realizar esta campanha, na tentativa de hegemonizar também esse pensamento como sendo de toda a cidade. Nesse sentido, chama a atenção uma coluna publicada a partir de 1966, geralmente nas páginas dois e quatro, conhecida como Coluna Universitária da T.F.P. – Tradição, Família e Propriedade – que ganhava conotação de verdade, neutralidade e prestígio, exatamente por ser escrita por universitários, intelectuais, que vinham supostamente dar à população apenas uma discussão dita mais profunda e autorizada sobre temas como: a juventude, a família, o divórcio, a Filosofia da História, o comunismo e a reforma agrária, com um posicionamento anticomunista, classista (notado já no título da própria coluna), que se apoiava numa linguagem culta, atrativa pela moral religiosa e familiar. Devido ao seu prestígio, essa coluna também servia para noticiar as atividades e cursos promovidos por sua entidade.

Assim, foi possível problematizar a campanha anticomunista do jornal como instrumento nas lutas de classes na cidade, que tentava hegemonizar uma classe e seu modo de viver, ao destacar o apoio ao regime também por meio de matérias que relatavam o aniversário da “Revolução de 31 de março” como se toda a cidade estivesse comemorando, numa complementaridade com as citadas campanhas defendidas. Também foi possível perceber que tanto essa campanha, como a ausência de matérias que falassem da existência do comunismo na cidade constituíam estratégia de camuflar sua existência.

As campanhas anticomunistas não são apenas locais e nacionais, a década de 1960 marca o auge da Guerra Fria, com EUA e URSS mantendo relações mutuamente hostis numa acirrada disputa por influência, apesar dos acordos após o final da Segunda Guerra que já definia suas respectivas áreas para essa influência. Ainda existiam fronteiras que geravam disputas, além do clima de competitividade entre essas potências intensificar tais campanhas. Dessa forma, a campanha anticomunista colocada pelas matérias, além de calçada na realidade local e nacional, também é representativa do momento de Guerra Fria e disputa de projetos de sociedade sob a influência das potências Estados Unidos e União Soviética.

É um momento que imprime outras conotações políticas aos termos “direita” e “esquerda”. Estas conotações políticas são construídas desde a sua utilização quando da Assembléia Constituinte instalada após a tomada da Bastilha em 1789 na Revolução Francesa, onde partidários do antigo regime (Absolutismo) sentavam-se à direita e os defensores da nova ordem ficavam à esquerda<sup>135</sup>.

No Brasil, dos anos de 1930 até meados da década de 1960, ser de esquerda era ser comunista ou apoiar o Partido Comunista, quando outras organizações e movimentos como o PC do B – Partido Comunista do Brasil –, a POLOP – Política Operária –, a AP – Ação Popular –, as Ligas Camponesas, começaram a romper o monopólio do PCB no campo da esquerda, fortalecendo a luta ideológica principalmente com relação às propostas de reformas de base pelo governo João Goulart.

Este momento foi representativo de um período de recrudescimento da luta de classes com acentuada polarização de interesses entre classe subalterna e dirigente, e os movimentos sociais de trabalhadores da cidade e do campo, algumas entidades estudantis e outros setores também apoiavam a reforma. Também se consolidou uma grande unidade nas classes dirigentes que buscavam legitimidade na defesa da liberdade e da democracia cooptando grandes setores da classe média.

Após 1964, a esquerda precisou fazer um balanço de suas ações e o PCB continuou a optar pela atividade legal condenando qualquer forma de luta armada, que gerou inúmeras cisões ao partido. Na América Latina, a guerrilha rural estendia-se, sendo uma forma de ação na Colômbia, na Venezuela, na Guatemala, no Peru e na Nicarágua contra a militarização. Além disso, a resistência vietnamita também canalizava apoio a medidas que optassem pela organização armada da população.

Logo nas primeiras eleições, o Regime Militar teve seus candidatos derrotados em Minas Gerais e no Rio de Janeiro e, como uma das medidas do AI-2, extinguiu-se partidos políticos, permitindo apenas duas organizações que tão pouco o nome de partido poderiam ter: a ARENA – Aliança Renovadora Nacional –, representativo do governo e o MDB – Movimento Democrático Brasileiro –, de oposição, esta consentida e desenvolvida dentro dos marcos definidos pelo regime.

---

<sup>135</sup> Para compreender as conotações políticas adquiridas pelos termos direita e esquerda e suas modificações ao longo do tempo, ver: SADER, Emir. *O anjo torto; esquerda (e direita) no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

Apesar de instituições das FFAA – Forças Armadas – terem muito poder e terem, inclusive, escolhido o primeiro presidente deste regime – Marechal Castelo Branco –, esse poder não é característico apenas do fato de serem militares, mas sim, como já colocado, de essas instituições também serem representativas da classe formada por proprietários, empresários, que poderiam ser tanto civis quanto militares e que atuavam na sociedade política nacional.

Dessa forma, o controle de certas práticas na cidade, como o jornal, fazia com que a classe dirigente tivesse um maior espaço e controle na disputa por hegemonia política, para além dos aparelhos repressivos de Estado, por meio de atividades de cunho educacional, formadoras de opinião que destacava o papel do trabalhador, das classes subordinadas – formadas, em sua maioria, por trabalhadores do transporte de mercadorias, atividades comercial e bancária, serviços públicos, construção civil, hospedagem e das incipientes fábricas que se instalavam na cidade – e da classe dirigente no desenvolvimento da cidade, do estado e do país, num apelo nacionalista patriótico constante.

Além de legitimar a forma de governo e o modelo de desenvolvimento capitalista industrial com base nas multinacionais, de maneira evolutiva e nacional, as campanhas defendidas pelo jornal mostravam um trabalhador responsável, pacato e ciente de suas responsabilidades apagando a real situação deste na cidade.

Ao dialogarmos com a dissertação de mestrado de Jane de Fátima Silva Rodrigues<sup>136</sup>, que, apesar da superficialidade, problematiza a classe trabalhadora uberlandense de 1924-1964, percebemos trajetórias e modos de vida diferenciados dos colocados pelo jornal *Correio de Uberlândia*.

As memórias sobre as greves e organizações dos trabalhadores nas décadas de 1940 e 1950 foram camufladas pelo constante destaque da laboriosidade do uberlandense no periódico. Tais memórias são recuperadas quando nos detemos naqueles que não figuram nas produções do jornal como “responsáveis” pelo progresso e desenvolvimento, ou seja, na classe trabalhadora.

A atuação dos sindicatos locais a partir da década de 1950 efetivou-se por meio de sua participação nos encontros e reuniões sindicais nacionais e estaduais. Suas reivindicações estavam relacionadas às condições de trabalho e garantias assistenciais.

---

<sup>136</sup> RODRIGUES, Jane de Fátima Silva. *Uberlândia: trabalho, ordem e progresso: uma discussão sobre a trajetória da classe trabalhadora uberlandense – o setor de serviços – 1924-1964*. 1989. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

Em 1960 ocorreu em Uberlândia o Congresso Regional de Trabalhadores que pedia o cumprimento da Legislação Trabalhista, incentivo ao sindicalismo, Lei de direito a greve, assistência médica, melhoramento das casas populares com a instalação de serviços de infra-estrutura, cursos de alfabetização para adultos, cumprimento do pagamento do salário mínimo, moção contra o preconceito racial na África do Sul, protesto contra a intervenção das grandes potências nos pequenos países subdesenvolvidos.

Em 1961 realizou-se o I Congresso dos Jovens Trabalhadores – JOC – com os temas: Educação, Habitação, Família, Salário, Lazer e Saúde. E em 1963 houve o II Congresso dos Trabalhadores Jovens sobre os temas: Desemprego e Competência Profissional; Valorização do Trabalho da Doméstica; Consciência Operária; Namoro; Sonegação do Salário; Juventude Trabalhadora e Igreja; Família e Reformas de Base<sup>137</sup>.

Por meio da análise dessas reivindicações, mais do que constatar que o trabalhador não vivia a cidade retratada pela imprensa, percebemos que a classe trabalhadora discutia não apenas sua condição, mas questões nacionais e internacionais vividas com o avanço capitalista. Tal fato mostra a existência na cidade de pensamentos e projetos de sociedade diferenciados do proposto pela classe dirigente.

Logo, o controle dessa atividade formadora de opinião, com as suas campanhas, unidas a outras práticas como a cooptação dos dirigentes das entidades representativas das classes subordinadas, bem como de organizações como o Círculo Operário, permite, pelo menos, uma maior tentativa por parte da classe dirigente de se constituir e de manter-se numa posição hegemônica na cidade, uma vez que o controle dessas práticas permite uma disputa onde não há o confronto direto entre as classes, visto que este é camuflado pela política de tentativa de conciliação. Ou seja, pelo fato de as entidades dos trabalhadores terem seu espaço, representado pelo próprio espaço no jornal, ao mesmo tempo em que havia a participação da classe dirigente nessas organizações e a cooptação dos dirigentes dessas.

Não podemos esquecer que essa política de tentativa de conciliação de classes não é uma característica apenas local, por meio do PCB – Partido Comunista Brasileiro –, houve a influência da colaboração de classes entre os partidos comunistas ligados a Moscou e à burguesia e/ou classes dirigentes de cada país, uma vez que os acordos

---

<sup>137</sup> RODRIGUES, Jane de Fátima Silva. *Uberlândia: trabalho, ordem e progresso: uma discussão sobre a trajetória da classe trabalhadora uberlandense – o setor de serviços – 1924-1964*. 1989. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989. Anexo 5, p. 201-202.

feitos pelo PC de Moscou eram implementados em todas as suas sessões, porém o interesse local, bem como a presença local do PCB são essenciais para essa política de conciliação em Uberlândia.

A participação da classe dirigente na orientação e na própria formação de Associações e Sindicatos mostra a tentativa de que, na cidade, a luta por melhorias e reivindicações das classes subordinadas ocorresse dentro da legalidade. Isso era ajudado pelo controle das atividades educacionais, como o jornal, por parte da classe dirigente, e a presença de publicações e palestras realizadas por intelectuais que davam o formato do que deveria ser não apenas o sindicalismo na cidade, mas o desenvolvimento, o sistema econômico, por meio das campanhas defendidas, do espaço dado a estas entidades e outros temas abordados pelo periódico.

Na década de 1960, novas forças socioeconômicas começaram a disputar espaço dentro do bloco de poder populista que levou a uma diferenciação na relação de forças sociais, ou seja, a uma diferenciação no conflito de classe, que entre outras coisas era camuflado pela campanha anticomunista.

Tanto os interesses socioeconômicos multinacionais, como as classes trabalhadoras começaram a impor ao sistema e regime populistas interesses e demandas conflitantes. Segundo Dreifuss, ao analisar a crise do populismo, a intenção daqueles era *“compartilhar o poder com a convergência de classe populista que controlava o Estado”*<sup>138</sup>.

Além dessas pressões, João Goulart sofreu oposição da UDN que perdeu a vice-presidência para o PTB com a sua eleição, que indicava que grande parte da população apoiava medidas de desenvolvimento nacionalista conjuntamente com reformas populares sociais e austeridade e eficiência administrativas, que se distanciavam dos interesses empresariais multinacionais e da classe média e sua noção de “progresso”.

Após a eleição presidencial de Jânio Quadros, o CONCLAP – Conselho Nacional das Classes Produtoras – enviou-lhe um documento intitulado “Sugestões para uma política nacional de desenvolvimento”, que segundo Dreifuss:

*[...] exigia a reafirmação do papel da empresa privada e do capital estrangeiro no planejamento do desenvolvimento, o controle da mobilização popular e da*

---

<sup>138</sup> DREIFUSS, René Armand. A estrutura política de poder do capital multinacional e seus interesses associados. In: 1964. *A conquista do Estado*; ação política, poder e golpe de classe. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. p. 136.

*intervenção estatal na economia, a redefinição das funções do Estado, medidas contra a inflação e uma readequação da administração pública.*<sup>139</sup>

Essas diretrizes, não apenas sugeriram os caminhos trilhados por Jânio Quadros, como se tornaram princípios básicos da campanha empresarial contra João Goulart. E, dessa forma, o Executivo janista foi composto atendendo os interesses da força socioeconômica multinacional também chamada de modernizante-conservadora composta por associações de classe empresariais, membros da CONSULTEC – Companhia Sul-Americana de Administração e Estudos Técnicos –, núcleo da ESG – Escola Superior de Guerra.

Além disso, foi característica desse governo a ocupação pelas Forças Armadas de postos de grande importância como os de comando e formação da opinião de outros oficiais apoiando e favorecendo medidas fortes que inibissem a organização política das forças populares, estas de extrema vantagem para os líderes de direita.

Não apenas a economia, enfraquecida pelas diretrizes de desenvolvimento acelerado de Juscelino Kubitschek, herdada por Jânio, mas a burocracia, os vícios administrativos, a força socioeconômica com que montou seu Executivo faziam com que as medidas de crescimento distributivo não fossem atingidas.

Com a renúncia de Jânio Quadros, contrariando as expectativas dos empresários multinacionais, da estrutura militar de direita, e de partidos políticos, João Goulart chega à presidência. Há que se problematizar o fato de os partidos e a estrutura militar estarem ligadas ao interesse multinacional, não apenas como administradores, mas acionistas de empresas. Temendo perder sua posição econômica, o bloco multinacional associado começou a articulação de um bloco civil-militar na tentativa de restringir demandas populares.

Há que se ressaltar que, medidas como a lei que restringia remessas de lucros pelas companhias multinacionais aos seus países de origem, impedindo a saída maciça de capital e controlando mais rigorosamente as atividades do capital transnacional, distinguiram seu governo dos demais governos populistas e interferiu nos interesses multinacionais e associados.

Percebe-se assim, que a disputa não era apenas em torno do poder político, mas do poder econômico dessa industrialização que havia sido incentivada e que estava

---

<sup>139</sup> DREIFUSS, René Armand. A estrutura política de poder do capital multinacional e seus interesses associados. In: 1964. *A conquista do Estado*; ação política, poder e golpe de classe. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. p. 137.

presente também em Uberlândia representada em suas classes dirigentes, proprietárias, produtoras, investidoras na industrialização, cujos representantes faziam parte da administração local da prefeitura, da câmara municipal, estadual e federal.

A partir de toda essa problematização, nota-se que hegemonia e coerção coexistem espacialmente e temporariamente, e isso culmina na supremacia de uma classe que é dirigente e dominante e que exerce seu poder de coerção para além do aparato estatal, configurando, assim, uma sociedade em que há democracia na relação entre alguns grupos sociais e ditadura com relação a outros.

Percebemos também que hegemonia é um conceito multidimensional, mas a sua dimensão intelectual e moral parte de alguns grupos que possuem papel na vida econômica, na tentativa de hegemonizar outros grupos que também desempenham papéis determinados na vida econômica. Dessa forma, a hegemonia é influenciada pela esfera da produção. É na coincidência entre conquista de poder e constituição de um mundo produtivo que se dá a unidade da classe dominante, econômica, política e socialmente.

É possível e real uma contra-hegemonia ou hegemonia alternativa que não deve ser destacada como de responsabilidade de uma classe predestinada, da mesma forma que os interesses econômicos de uma minoria não devem ser minimizados, já que o momento histórico é formado tanto pelo material, como pelo ético-político. As classes que estão no poder não se utilizam apenas de manipulação ideológica. Com base numa visão de mundo, elas articulam grupos sociais ao seu redor, constituindo a “democracia” tão citada nas reportagens, que ocorre entre o grupo hegemônico e os que estão submetidos a ele e que abre espaço para a passagem de dominado a dominante.

Com a ampliação das demandas das classes subalternas chegando até mesmo à busca por uma opção não capitalista, as classes dominantes decidiram limitar a democracia e o estado de bem estar que se tornaram muito perigosos. Houve, assim, para a classe dirigente, a necessidade de instalação do Regime Militar que, com uso da violência e repressão, criou condições para se restaurar um domínio mais pleno.

Pode-se interpretar esse processo como um avanço político e econômico a serviço do grande capital que pretende que prevaleça sua visão de mundo, seus interesses, porém, torna-se mais difícil para a classe dirigente aparecer como alavanca desse processo que faz avançar a cidade, perdendo um pouco a capacidade de hegemonizar os setores sociais. Logo, ao destacar a disputa por hegemonia da luta de

classes, estas aparecem, segundo Thompson, ao problematizar o processo ativo da formação da classe operária inglesa como:

*[...] um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma 'estrutura', nem mesmo como uma 'categoria', mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas.*<sup>140</sup>

A partir desse conceito de classe, a memória de cidade produzida pelo jornal também deve ser problematizada como um produto histórico da luta de classes, visto que esta utiliza aquela como um instrumento de disputa. Deve-se, portanto, considerar especialmente os conflitos de classe que, segundo Selmane de Oliveira (1992), a definem enquanto forma social e espacial, uma vez que ela constitui sistemas de vida que são realizados, transformados e vividos pelas pessoas.

Não podemos falar em classe sem luta, sem que os sujeitos entrem em oposição e/ou relação de forma classista, sem modificarem as relações já existentes. Mas, ainda assim, a formação de classe não é independente de determinações objetivas, sendo que estas devem ser problematizadas criticamente e também não se constitui de um fenômeno apenas cultural.

Reiterando, considero o jornal uma prática social e não apenas um discurso, pois este conceito é, na maioria das vezes, interpretado como algo teórico, desconectado da prática real. São mensagens de significações múltiplas, estas, porém, são definidas social e historicamente, compostas, além de textos e leis, por hábitos, atitudes e comportamentos que contêm significados e interpretações que dependem do sujeito, mas que são parte de uma prática maior, uma vez que a classe que as utiliza, acredita em tal significado desenvolvido nas relações sociais que elas estabelecem e o utilizam com intenções reais.

A classe é delineada de acordo com a vivência dos sujeitos em sua relação de produção, experiências nas relações sociais, culturais e expectativas, ou seja, de acordo como a sua própria formação acontece<sup>141</sup>.

<sup>140</sup> THOMPSON, E. P. *Formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 9. v. 1.

<sup>141</sup> Para um maior detalhamento desse entendimento sobre o termo classe, ver: THOMPSON, E. P. Algumas observações sobre a classe e a "falsa consciência". In: \_\_\_\_\_. NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (org.) *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. 2ª reimpressão. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

Dessa forma, os interesses locais são, inúmeras vezes, utilizados ideologicamente por uma classe para escamotear problemas sociais desse desenvolvimento capitalista que essa pretendia hegemonizar como, por exemplo, as reivindicações dos trabalhadores.

A partir do governo Kubitschek, o Brasil entrou na nova ordem capitalista mundial que se baseava nas empresas multinacionais<sup>142</sup>, dando ao capital internacional um espaço fundamental na industrialização brasileira, com o incentivo do que Gorender, em seu livro que problematiza a questão da burguesia nacional, destaca como esta não rejeitou esse capital, ao contrário, permitiu sua penetração segundo as conveniências demarcadas pelo capital nacional<sup>143</sup>.

Assim, a união entre o Estado, a burguesia brasileira e as multinacionais deu formato ao modelo de desenvolvimento e crescimento industrial nacional, tendo seu marco no governo Kubitschek. Após 1964, o Regime Militar continuou a realização desse processo e a internacionalização da economia brasileira, com o capital multinacional controlando setores estratégicos e dinâmicos da indústria, da agroindústria, seus mecanismos de exportação, setores fundamentais na exploração dos recursos naturais, bem como os mecanismos básicos do capital financeiro internacional que operava no Brasil e os mecanismos internos de captação de recursos estatais.

O capital nacional associado ao multinacional integrava-se ao setor internacionalizado da economia como elemento complementar e subsidiário do processo produtivo, da rede de comercialização e serviços. E o Estado atuava como agente disciplinador interno, negociador externo e responsável pela implementação da infraestrutura industrial e de serviços requerida pelo setor internacionalizado da economia.

Ou seja, um crescimento que não considera a maioria da população, pois exige, segundo Selmane Oliveira, um alto custo social com desigualdades crescentes na distribuição de renda, bem como desigualdades regionais, marginalização de grupos sociais, abandono das políticas de bem-estar, repressão política e social e aumento da dívida externa.

Dessa forma, o conceito de desenvolvimento econômico utilizado nessas relações sociais e difundido pelo jornal é uma criação que atende aos interesses das

---

<sup>142</sup> Para entender melhor essa transformação econômica, ver: OLIVEIRA, Selmane Felipe de. Crescimento urbano brasileiro. In: \_\_\_\_\_. *Crescimento urbano e ideologia burguesa: estudo do desenvolvimento capitalista em cidades de médio porte – Uberlândia: 1950/1985*. 1992. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1992. p. 09-41.

<sup>143</sup> Para uma melhor compreensão sobre esse apoio da burguesia, ver: GORENDER, Jacob. *A burguesia nacional*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

classes dirigentes, uma vez que não é possível negar o aumento da taxa de desenvolvimento do Brasil entre 1965 e 1973, mas também não é possível negar o empobrecimento da maioria da população.

Percebe-se como em Uberlândia, e como destaca Oliveira (1992), em cidades de médio porte, há tentativas de escamotear as desigualdades desse desenvolvimento por meio de uma imagem veiculada de espaço limpo e organizado, onde os conflitos não são tão acentuados como nas grandes metrópoles. Essa imagem é difundida na tentativa de não apenas hegemonizar a idéia de uma cidade sem conflitos pregada pela classe dirigente, mas a própria idéia de cidade de médio porte e em crescimento.

A classe dirigente tinha como palavra de ordem a união, incluindo setores urbanos e rurais representada, inclusive, pela ACIUB – Associação Comercial e Industrial de Uberlândia –, instituição que atende seus interesses e demonstra também o trânsito entre sociedade civil e sociedade política.

O lema “ordem e progresso” era utilizado, a fim de legitimar o crescimento uberlandense ao ressaltá-lo como interesse de todos, e não da classe dirigente, na tentativa de camuflar não apenas as desigualdades, mas de colocar essa classe como principal responsável pelo desenvolvimento da cidade.

Ao tratar das especificidades locais por meio dos sujeitos problematizados e de suas práticas, como por exemplo, o jornal *Correio de Uberlândia*, visamos questionar como a classe dirigente muda suas práticas de acordo com seus objetivos, levantando lutas locais e opondo-se a algumas medidas federais e estaduais se necessário, sendo, portanto, representativas da luta de classes e do fato destas se constituírem de acordo com a vivência dos sujeitos.

Ou seja, um modelo de sociedade classista é colocado, por meio da difusão da idéia de progresso, como sendo de interesse de todos na cidade. E isso permite à classe dirigente articular o termo trabalho como meio justo na produção de riquezas, colocando o papel do “bom trabalhador” que faz sua parte sem reclamar em prol do progresso de Uberlândia. Tal progresso é ressaltado, então, para escamotear as desigualdades e para colocar a classe dirigente como agente fundamental do desenvolvimento da cidade, visto que foram eles, supostamente, que enquanto entusiastas do futuro incentivaram o progresso uberlandense.

Este se constitui na verdade de projetos desses sujeitos sociais que, apesar de alavancar a urbanização devido a algumas obras estruturais, como por exemplo, o saneamento básico, a energia elétrica, a construção de rodovias, visam à naturalização

de um modelo de sociedade e a implementação de projetos como as próprias rodovias, a viabilização da Cidade Industrial, arquitetura grandiosa que supostamente representa a modernidade com construções de edifícios, shopping e estádio de futebol. Ou seja, projetos que atendem à classe dirigente e seus interesses.

Nesse sentido, inúmeras campanhas, como a já problematizada campanha anticomunista, indicam interesses. A rivalidade entre Uberlândia e Uberaba é um exemplo, uma vez que serve como instrumento na tentativa de hegemonizar os projetos da classe dirigente como sendo os interesses de todos, contra um inimigo externo. A existência deste justificava o fato de os problemas sociais internos serem deixados em segundo plano. Era mais uma estratégia com a finalidade de hegemonizar interesses de uma classe escamoteando as desigualdades inerentes a seus projetos de desenvolvimento.

A classe dirigente uberlandense constrói a rivalidade com a cidade de Uberaba por meio da diferença. Uberlândia aparece nas produções dessa classe, então, como cidade moderna, industrial, desenvolvida, ligada prioritariamente ao comércio e à indústria e não à questão agrária, a fim de estabelecer-se a cidade como diferente da concorrente, famosa pela criação de gado, especialmente o zebu. Essa estratégia também é utilizada para colocar a classe dirigente uberlandense como a responsável direto pelo crescimento urbano municipal que levou a urbe ao desenvolvimento rompendo com formas de viver em prol da dita necessidade de mudança.

A rivalidade e a diferença de Uberlândia foram construídas conjuntamente com a campanha em torno da Cidade Industrial – setor da cidade destinado às indústrias. Em 1959 foi criada a Comissão de Defesa dos Interesses de Uberlândia pelo prefeito Geraldo Mota Batista, a fim de, entre outras coisas, lutar pela implementação da Cidade Industrial, prometida para Uberaba pelo Governador Bias Forte.

Na década de 1960, principalmente após abril de 1964, segundo as *Atas da Câmara* e o próprio jornal *Correio de Uberlândia*, o vereador Virgílio Galassi<sup>144</sup> foi um dos políticos mais engajados no processo de implementação da Cidade Industrial. A Associação Comercial, a Comissão de Defesa e Planejamento da Cidade Industrial, o Poder Executivo, a Câmara Municipal, ou seja, a classe dirigente uberlandense uniu-se

---

<sup>144</sup> Virgílio Galassi, além de vereador, foi prefeito da cidade de Uberlândia três vezes: de 1970 a 1973; de 1978 a 1982; e de 1997 a 2000. Foi também presidente da Associação Rural e membro da Comissão de Defesa e Planejamento da Cidade Industrial.

na luta pela industrialização, e em 1965 foi inaugurada a Cidade Industrial com a presença do então presidente Castelo Branco:

*A cidade Industrial de Uberlândia é uma realidade em Marcha. Quem visita a área localizada próxima ao Trevo constata imediatamente a veracidade da afirmativa. Por sinal, é uma obrigação de todos aqueles que amam realmente a grandeza desta Metrópole, visitar e conhecer o que de monumental pode fazer a capacidade progressista e criadora de um grupo de entusiastas do futuro desta grande comunidade.*

*[...] Contando já com a garantia de fornecimento de energia da CEMIG, recentemente ligada, a Cidade Industrial mostra a dinâmica do seu trabalho evoluído.*

*[...] 37 grandes e médias empresas industriais da metrópole do Triângulo já requereram áreas. Algumas delas iniciaram construções.*

*[...] Sendo a primeira cidade do interior de Minas com uma Cidade-Industrial, Uberlândia assume mais um rumo de liderança [...].*<sup>145</sup>

Nas campanhas de implementação da Cidade Industrial, e após sua aprovação e inauguração em Uberlândia, as matérias trazem a idéia de desenvolvimento e grandiosidade da cidade, motivo pelo qual teria sido escolhida, além de destacar tal implementação como um feito da classe dirigente, principalmente, do deputado estadual Valdir Melgaço, o vereador Virgílio Galassi, entre outros.

Durante toda a década de 1960 seguem-se reportagens tratando da Cidade Industrial, utilizada para legitimar Uberlândia como metrópole do Triângulo e para definitivamente diferenciá-la das demais cidades da região<sup>146</sup>.

Percebe-se assim, que alguns conceitos são criados em relações classistas e representam as relações sociais desenvolvidas por elas, ou então são absorvidos e adquirem conotações que atendem aos seus interesses. Exatamente por trazerem em si uma carga normativa, estes termos não devem ser assimilados acriticamente.

As inúmeras campanhas defendidas pelo jornal, demonstram seu cunho classista, mesmo em questões que parecem unir toda a cidade na busca de um bem comum, como a Cidade Industrial. As reportagens que debatem sobre a juventude brasileira, esta tida sempre como sinônimo de estudantes, constituem-se num outro exemplo. Tais matérias começam a figurar no jornal a partir de março de 1964 e perduram até 1970.

<sup>145</sup> CIDADE Industrial: uma realidade em marcha. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 13 e 14 dez. 1964. Capa.

<sup>146</sup> Para um conhecimento do que foi a Cidade Industrial, seu projeto e implementação, ver: OLIVEIRA, Selmane Felipe de. A questão do progresso. In: *Crescimento urbano e ideologia burguesa: estudo do desenvolvimento capitalista em cidades de médio porte – Uberlândia: 1950/1985*. 1992. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1992. p. 41-59.

Inicialmente, antes e logo após o 1º de abril de 1964, elas têm um caráter demonstrativo do papel do estudante no país bem como até onde deviam ir suas intervenções políticas. Em março desse ano, figuram duas reportagens interessantes nesse sentido:

*Política na mais pura acepção do vocábulo é a participação nos assuntos do Estado. Política qualificada Estudantil, por analogia, é a interferência dos estudantes na vida dessa categoria social. Se ela é bem fundamentada, equaciona soluções para os mais variados problemas dessa classe, cuja personalidade está em formação. Se é corrompida será perniciososa aos seus integrantes, que receberão naturalmente seus efeitos na formação de seus caracteres. Para que ela possa evoluir é imprescindível a sua liberdade, porém bem encaminhada pelos mestres, cuja missão é de orientar os líderes, sem contudo tomar posições partidárias, que possam modificar os pensamentos destes.*

*[...] Uma política Estudantil [sic] sadia e atuante nos assuntos escolares, sociais e esportivos contribui decisivamente para a evolução dos métodos didáticos, porque os colegiais, reunidos em suas entidades de classe, podem discutir problemas e apresentar soluções para os mesmos.*

*[...] Em suma, a política Estudantil, alicerçada em bons princípios, além de despertar nos jovens o amor ao estudo, congrega colegiais aplicando-lhes lições de civismo.<sup>147</sup>*

Essa matéria intitulada “Política Estudantil”, localizada na página número cinco do *Correio de Uberlândia* de 25 de março de 1964, traz um debate sobre os limites necessários para que as intervenções estudantis não sejam perniciosas à sociedade política e a si próprios, e para que seja consciente e não corrompida por idéias externas ao momento vivido.

Apesar das organizações estudantis figurarem como algo necessário, a reportagem traz um modelo de organização supostamente coerente e certa que os estudantes devem seguir. Finaliza com um apelo moral ao unir amor aos estudos e às lições de civismo. Ou seja, o espaço dado às entidades estudantis no jornal tem mais o intuito de normatizar a existência de tais entidades do que destacar a sua existência propriamente dita.

No dia seguinte, na página quatro, encontra-se a reportagem intitulada “O dever das novas gerações”, de Jacy de Assis, ocupando a página quase que por completo, destacando a responsabilidade dos jovens para com o futuro que devem construir com consciência. Sua linguagem também se apóia na moral apelativa da unidade familiar para que a comunidade seja constituída de forma coesa e “civilizada” num ideal de solidariedade e fraternidade unido à consciência do papel de cada um na sociedade,

---

<sup>147</sup> COUTINHO, Everaldo. Política estudantil. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 25 mar. 1964, p.5.

principalmente os jovens que têm em suas mãos a responsabilidade de “construir a nossa nacionalidade” e que, diante das desigualdades sociais do desenvolvimento do capitalismo devem pautar-se no código mais justo que é o Evangelho e não em ideologias que não pregam a racionalidade.

Essa seqüência em que mais duas reportagens nas próximas semanas, noticiam sobre reuniões da UESU – União dos Estudantes Secundaristas de Uberlândia – e dos Universitários, têm o intuito de questionar certas reivindicações sem chamar atenção sobre elas, colocando o que devem fazer esses estudantes, se eximem de falar sobre o que os jovens estão realmente fazendo.

Um ano depois, as matérias sobre a juventude ganham um brilho novo, começam a aparecer seqüências que noticiam apoio dos estudantes locais com relação ao governo intercaladas com alertas à juventude sobre a possível manipulação sofrida devido a propagandas ideológicas que são atrativas, mas que não se apliciam ao Brasil.

Essa seqüência é uma tentativa de colocar o que é ser um bom jovem e que em Uberlândia há esses bons jovens que devem servir de exemplo àqueles que estão se deixando corromper. Logo, independentemente da existência ou não de um movimento estudantil de oposição na cidade, há por parte dos sujeitos analisados o receio de que suas idéias e projetos ganhem espaço.

A partir de outubro de 1965, começa a série de matérias que continuará com as mesmas características até o final da década. Essas matérias agora criticam a juventude e seus posicionamentos.

Nesse sentido, a seqüência mais interessante é a que acontece em dezembro de 1965, começando por uma matéria dos dias 05 e 06, intitulada “Nós a Juventude”, que pela linguagem parece ter sido escrita por um jovem que já passou pela adolescência e escreve sobre a confusão desse momento e como é difícil escolher e se posicionar diante das mais diversas situações.

Uma semana após essa reportagem, encontra-se uma matéria sobre o marxismo, destacando a obscuridade da obra de Marx, sua linguagem confusa e empolgada, bem como os erros comunistas de seus seguidores.

Essa matéria, baseia-se na obra de um comentarista das obras de Marx no Triângulo Mineiro, o Padre Juvenal Arduini, que é destacado como de fácil entendimento, linguagem clara e que expõe as principais idéias de Marx antes de derrubá-las por terra, não limitando-se a apontar “*as falhas, os erros e as posições falsas da doutrina*”, mas indicando caminhos verdadeiros encontrados na obra, “*não no*

*humanismo ateu mas no humanismo cristão, onde o homem é valorizado, a propriedade é compreendida, a religião respeitada, os ideais humanos acatados e estimulados, a liberdade elevada ao pedestal da racionalidade, como queria Marx*<sup>148</sup>.

As matérias continuam na tentativa de deslegitimar as ações oposicionistas dos jovens, minando suas teorias e os qualificando como massa de manobra, devido às angústias e problemas existenciais por que passa a juventude:

*As manifestações da profunda desordem em que se encontra o espírito da nossa juventude se estendem a todos os campos de sua atividade, dominam tôdas as suas potências, mancham as suas ações mais corriqueiras.*

*Em artigo anterior ('A Atrofia Intelectual da Nova Geração'), procuramos apresentar a profunda degeneração intelectual que nossos jovens atingiram. Frisei então que não se trata de manifestações isoladas, mas é toda juventude que sofre do mesmo mal, embora em graus variáveis de intensidade. [...]*

*O mal começa já na inteligência, que, como vimos, não funciona bem. Prejudica esta, a luz que deveria ser lançada sôbre os atos da vontade torna-se ofuscada, e presa a não existir a nitidez de objetivos necessária para as decisões da vontade. [...]*

*Com a repetição frequente desse fenômeno, o jovem acaba por perder o contrôle sôbre seus próprios atos, que já não serão consequência de reflexão madura e prolongada, mas decorrerão exclusivamente da sensibilidade. Ele agirá em tal caso exatamente como o ator agiu em idêntica circunstância – como por reflexo.*

*Suprimiu-se assim o papel da vontade. A juventude passou a ser uma massa amorfa manobrável, lastimável.*<sup>149</sup>

Ao colocar as ações dos jovens como manobráveis tentam retirar a importância de suas atitudes. Percebe-se, então, não apenas como os conceitos são utilizados com significados formados pelas relações sociais locais a fim de alcançar um determinado fim, como também, com o intuito de esconder e não dizer coisas. Essas duas práticas significam mais que apoio a um regime nacional, significam projetos locais a serem atendidos por meio de determinados valores, modos de vida, hábitos, costumes e forma de sociedade que se quer hegemonizar.

Os sujeitos que constituem a imprensa de grande circulação em Uberlândia e que agem na esfera política da região absorvem do governo implementado após 1964 aquilo que atende e/ou facilita a execução de seus projetos e interesses, criticando o que não é aproveitável nesse sentido:

*Revolta todo o mundo civilizado a violência cruel, o espetáculo de barbarismo policial que vem sendo praticado em diversas capitais brasileiras, contra os*

<sup>148</sup> PRATA, Edson Gonçalves. O Marxismo. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 12 e 13 dez. 1965, p. 5.

<sup>149</sup> CERQUEIRA, Francisco Leôncio. A nova geração – uma massa amorfa. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 20 e 21 set. 1966, p. 6.

*estudantes universitários. Já o mundo inteiro sabe o que vem ocorrendo no Brasil, pois aqui funcionam correspondentes dos maiores jornais da América do Norte e da Europa. Ignoramos se há os lugares comuns “subversão” e “corrupção” no protesto dos estudantes. Até ignoramos se eles têm ou não razão. Só sabemos ser desumano, bestial, monstruoso o tratamento que os policiais dão a universitários.*

*[...] A violência contra moças e moços nas escolas superiores nas capitais (no Rio, anteontem, foi uma coisa inominável e dantesca) foi condenada pelo presidente Castelo Branco, o homem que salvou o Brasil da avalanche vermelha. Nada, portanto, justifica tanta maldade contra os moços, tanta bestialidade digna do nazismo, como vem ocorrendo.*

*Anteontem os universitários uberlandenses deram divulgação de um manifesto aos estudantes superiores e povo de Uberlândia. A serenidade e a prudência de seu texto. Mostra bem como é evoluído o universitário uberlandense. Mostra de como sabe agir tranquilamente mas conhecendo seus deveres e direitos [...].<sup>150</sup>*

Assim, não podemos considerar o fato de essa reportagem datar de quatro dias após àquela que critica as ações da juventude como uma contradição. A crítica à violência policial não desdiz o posicionamento sobre a juventude e é também uma forma de se justificar perante a população e jornais nacionais que noticiam a violência da repressão aos estudantes, uma vez que o não posicionamento pode macular o jornal frente à opinião pública.

É notável que, em nenhum momento, essa violência rechaçada pelo jornal e pelos estudantes universitários é relacionada ao Regime Militar e ao governo. A ação criticada é a da polícia como se ela estivesse descolada do Estado em sentido restrito. Inclusive, a matéria destaca que o presidente se coloca contra essas ações. Legitima o regime e coloca novamente sua necessidade para a segurança nacional frente ao comunismo externo.

A linguagem, em sua constante invocação moral e religiosa e de apelo aos papéis que os sujeitos devem exercer na sociedade, seus direitos, deveres e consciência, é representativa da interlocução do *Correio de Uberlândia* com os diversos grupos sociais e não apenas com aquele que representa. Quando quer atingir as classes subalternas o jornal desenvolve estratégias, e uma muito recorrente nesse periódico, é a linguagem presente principalmente em suas campanhas, ou seja, nas matérias sequenciais sobre determinados temas que atravessam a década de 1960.

Mesmo que o *Correio de Uberlândia* seja constituído pela classe dirigente e representante desta e da classe média, a sua produção chega às classes subalternas e é por isso que constrói uma idéia de cidade que legitima posições classistas, que traz o

---

<sup>150</sup> SOLIDARIEDADE dos Estudantes. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 25 e 26 set. 2006. Coluna “Assim Pensamos”, p. 3.

papel dos sujeitos na cidade, o que deve ou não fazer o trabalhador – e, mesmo, o que é trabalhador – e de que modo devem viver.

Há uma relação entre as notícias e a ficção. Esta tem conteúdos de realidade e aquelas se constituem também de ficção, uma vez que a veracidade do relato não é tão importante, apesar de ser necessário que ele baseie-se na verossimilhança para legitimar-se como neutro e objetivo. O que menos importa, portanto, é a veracidade, pois o que ganha maior destaque é a que interesses esse relato alcança.

O jornal, portanto, não esconde fatos, mas os constrói de forma a criticar e culpar àqueles que não estão ligados aos seus interesses políticos e econômicos, transformando sua interpretação em acontecimento, em mercadoria e em prática que atende a um projeto maior, a hegemonização de seus ideais.



**Ilustração 10** - Foto de protesto de estudantes em São Paulo, retirada do jornal O Estado de São Paulo e publicada no jornal *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 27 e 28 set. 1966.

Essa imagem também é representativa da problematização anterior, uma vez que apesar de destacar a passeata de estudantes, a parte central, de destaque e que prende o leitor, é a matéria logo abaixo da fotografia constituída pelo programa oficial da visita de Costa e Silva à Uberlândia.

A legenda “MAIS UM impressionante documento do recente movimento estudantil em São Paulo: Passeata de estudantes na Av. São João em direção à Praça da Sé, na capital bandeirante foi onde houve menos cenas de espancamento e crueldade. (Foto O Estado de S. Paulo)” fica praticamente escondida, no canto inferior direito da foto, com letras miúdas, e a fotografia não traz espancamentos e crueldade, mas sim a aparência de pessoas tranqüilas caminhando, nada chamativa, a não ser pela faixa com o escrito “Liberdade”.

É uma foto que detém pouco a atenção do leitor, focaliza as pessoas mais do que o que elas estão fazendo, e é menos interessante do que a chamada da matéria posicionada logo abaixo que traz o programa oficial do presidente Costa e Silva em sua visita à cidade de Uberlândia.

Tais matérias e imagens não caracterizam contradições e sim estratégias de imprensa que garantem a ela o status de meio de comunicação e informação, objetivo e neutro, sem atingir, com isso, os interesses defendidos e representados por ela:

*É ‘perfeitamente válido todo movimento que apresenta reivindicações justas. E não há como negar que a maioria das reivindicações dos estudantes é justa, embora nem sempre bem colocadas.’*

*Tal afirmação, devida ao ministro Tarso Dutra, da Educação e Cultura, revelam o propósito do governo e sua indiscutível boa vontade em dialogar sempre com todos os órgãos representativos, de todas as categorias sociais do país, desde que justas e eqüitativas as suas aspirações e equânime e certa a sua colocação perante a autoridade.*

*‘Estou hoje, como sempre estive – aduziu o titular do MEC, falando à imprensa – com as portas do meu gabinete abertas para debater com qualquer estudante as pretensões da juventude’.*

*Contudo, se as autoridades educacionais do país estão sempre dispostas a debater com todos os interessados, estudantes ou professores, os problemas do ensino, através de seus órgãos representativos, no entanto, sabem os estudantes que não seria viável o diálogo com qualquer uma das partes dialogantes sob coação.*

*[...] É lamentável e até certo ponto intolerável para o govêrno – acrescenta o ministro Tarso Dutra – a maneira como os estudantes têm manifestado suas reivindicações’[...].<sup>151</sup>*

Percebe-se, que além das estratégias das reportagens que utilizam o conceito de juventude, este assume nas publicações da década de 1960 um caráter classista, principalmente ao ser associado aos estudantes.

Ser jovem, durante toda a seqüência de matérias problematizadas, implicava estudar e, conseqüentemente, implica em condições econômicas para isso. Colocado

<sup>151</sup> DIÁLOGO Governo Estudantes. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 30 jul. 1965. Coluna “Assim Pensamos”, p. 3.

dessa maneira, os jovens aparecem como possuidores de oportunidades inerentes ao fato de serem jovens, as desigualdades sociais, o custo da educação tornam-se problemas inexistentes. Ou seja, são conceitos que dentro do conjunto de relações da classe dominante uberlandense – representadas e constituintes do jornal *Correio de Uberlândia* – também estão imbuídos da interpretação evolutiva do desenvolvimento da sociedade.

Este conceito de juventude tenta apagar as desigualdades e o conflito de classe, uma vez que os posicionamentos dos jovens são generalizados e transformados em valores morais relacionados ao psíquico individual de cada ser. Essas conotações classistas que são atribuídos a determinados termos agem na tentativa de colocar a ausência de classes e diferenças, como se existisse uma só classe que luta pela melhoria das condições de toda a população.

Como visto na matéria acima, tal estratégia está presente no jornal *Correio de Uberlândia*, principalmente nas reportagens com relação aos estudantes e movimentos de oposição até julho de 1968, quando as reportagens com relação ao Regime Militar começam a ficar escassas no jornal, acredito que menos pelo endurecimento do regime com relação à imprensa do que pelo fato de não ser mais interessante aos sujeitos utilizá-lo como forma de legitimar seus projetos.

A censura durante o Regime Militar atentou especialmente para o trabalho jornalístico, sendo que o AI-5 – Ato Institucional número cinco – marcou o período de dezembro de 1968 até o final do governo Médici como o de maior censura. Inúmeros Jornais sofreram proibições que se estendiam para além das feitas em papéis timbrados e assinados por autoridades, constituídas de bilhetinhos e telefonemas informais<sup>152</sup>.

O jornal *Opinião* editado e publicado na cidade do Rio de Janeiro, com distribuição para todo o Brasil e países da América Latina – Argentina, Paraguai, Uruguai – entre os anos de 1972 e 1977, trazia em suas páginas a edição brasileira do *Le Monde Diplomatique* e tinha como diretor Fernando Gasparian – empresário e dono da editora Paz e Terra – e como editor Raimundo Rodrigues Pereira – jornalista e editor conhecido por suas tendências socialistas e simpatizante do Partido Comunista Chinês. Este periódico teve 96% de suas edições sob censura prévia e 45% de tudo o que publicou proibido.

---

<sup>152</sup> Para uma maior compreensão da censura feita não apenas a jornais, meios de comunicação, como também as produções intelectuais de uma forma geral durante o Regime Militar, ver: SILVA, Alberto. Moby Ribeiro da. A censura durante o Regime Militar. In: \_\_\_\_\_. *Sinal fechado*; a música popular brasileira sob censura. Rio de Janeiro: Obra Aberta, 1994. p. 88-103.

Percebe-se assim que, jornais que possuíam análises críticas que se opunham ao Regime sofreram forte controle da censura que, durante esse período, também teve aumentado o número de proibições que não explicitavam autoria. Estas passaram de 47% em 1970 para 100% em 1974. Ou seja, jornais e outros componentes da imprensa que não tinham em seus interesses o apoio ao governo militar, tinham suas publicações controladas ao menos para não publicarem denúncias, críticas ou problematizações sobre tal forma de governo.

Outros órgãos que compõem a imprensa, como por exemplo, as emissoras de rádio e televisão, constituíam-se de empresas comerciais que necessitavam de concessão do Estado e, portanto, eram consideradas prestadoras de serviços. Assim, possuíam autocensura tão rígida quanto à censura oficial, visto que atendiam a interesses econômicos e políticos de seus proprietários e investidores<sup>153</sup>.

O setor de telecomunicações teve um grande impulso durante o Regime Militar. Houve grande investimento de recursos estatais para a expansão das emissoras de TV e transmissão de imagens. Isso permitiu que o governo a utilizasse para difundir seu ideal de modernidade por todo o Brasil, atingindo, inclusive, os analfabetos, uma vez que a imagem tem em si a vantagem de ser facilmente compreendida.

Assim, os empresários das emissoras de rádio e televisão, durante o Regime Militar, tinham um papel comparável ao do DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda – em termos de propaganda política, pois havia uma confluência de interesses entre eles, visto que a pretendida expansão empresarial da televisão era compatível e até mesmo atendida pelo projeto político de “integração nacional” colocado pelo governo<sup>154</sup>.

Essa problematização unida a ao fato de que em Uberlândia a rede de imprensa, incluindo o jornal *Correio de Uberlândia*, pertencia à classe dirigente atuante na sociedade política, nos permite perceber que o apoio ao regime e mesmo a diminuição de reportagens ligadas diretamente a esse apoio a partir de 1968 são representativas mais dos interesses de seus proprietários do que da censura propriamente dita.

Outra questão relevante é que, apesar da classe dirigente perder o grande trunfo de seus projetos, e de esses serem alavanca de desenvolvimento para a cidade como um todo, outras práticas têm o intuito de tentar apagar as diferenças de classes. Ao mesmo

---

<sup>153</sup> SILVA, Alberto Moby Ribeiro da. A censura durante o Regime Militar. In: \_\_\_\_\_. *Sinal fechado; a música popular brasileira sob censura*. Rio de Janeiro: Obra Aberta, 1994.

<sup>154</sup> Para uma melhor compreensão da ligação entre esses interesses e do projeto de integração nacional, ver: Ibidem, p. 88-103.

tempo, determinadas discussões tornam-se, por meio de determinados conceitos, extremamente classistas, na tentativa de hegemonizar um único modo de viver, uma única idéia de sociedade e mesmo a existência de uma única classe, da qual todos façam parte e que, no fundo, atenderia a classe dirigente.

Alguns termos ao ganharem sentido em relações sociais específicas, apresentam-nos um modelo de sociedade, também determinado e que, muitas vezes, confunde o ideal com o real. Isso não significa que tais conceitos devam ser descartados ou que estejam incorretos, ao contrário, são representativos de relações e sujeitos específicos e as qualificações que tais termos desenvolvem refletem interesses que ao serem problematizados nos revelam o que está por trás das generalizações e naturalizações de momentos, movimentos e fatos.

Não há no *Correio de Uberlândia* reportagens que tratem da tortura com relação à oposição ao Regime Militar, em nenhum momento questiona-se ou debate-se sobre esse tipo de denúncia. Após toda a problematização sobre os sujeitos que compõem a imprensa uberlandense de grande circulação é possível entender que o jornal não tinha porque noticiar ou debater sobre isso, uma vez que essas atitudes coíbiam oposição aos seus projetos e concorrência política.

Essa ausência é tão intencional quanto à falta de notícias sobre movimentos oposicionistas e suas ações. Estas aparecem pouquíssimas vezes no jornal: em toda a década de 1960 somam doze matérias que ganham uma conotação pejorativa.

Em nenhuma delas é considerada a existência de movimentos organizados contra o Regime Militar e todas as ações são consideradas terroristas e subversivas. Ou são vistas como de caráter local, ou como ações que atingiram de alguma forma a imprensa em outras regiões, fato que mostra mais uma vez que a ausência dessas reportagens não indica apenas o escamoteamento delas, mas também o fato de que o jornal não é um reflexo do panorama nacional, relata o que é de seu interesse:

*Quando era grande o movimento de ontem na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, duas bombas explodiram em seu interior, causando ferimento em uma dezena de pessoas que ficaram em estado grave. Até o momento desconhecem-se as razões do atentado terrorista à importante repartição financeira. No entanto, as autoridades estão se movimentando, a fim de apurar as responsabilidades pelo atentado e deter seus autores.*<sup>155</sup>

O conceito de terrorismo é resumido a ações consideradas pelo jornal como sendo sem motivo algum, realizadas por sujeitos desconhecidos, sem opinião,

<sup>155</sup> BOMBAS na Bolsa de Valores: 10 feridos. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 23 set. 1965. Capa.

manipulados e que não são capazes de entender o que está acontecendo no Brasil. Essas matérias aparecem sempre como na supracitada, geralmente no final da página, numa linguagem informativa, sem comentários e rápida, ou seja, de forma a não prender o leitor por muito tempo.

Uma semana após essa reportagem tem-se no periódico uma matéria que destaca o apoio industrial à questão da segurança nacional. Cria-se a sensação de perigo que legitima ações que coíbem a liberdade em prol da segurança da nação.

Apesar do caráter dessas notícias, há algo que ao ser analisado criticamente demonstra enorme preocupação dos sujeitos com relação a oposições ao Regime Militar e que nos leva a perceber que, não apenas existia essa oposição, como sua presença dificultava a hegemonização dos ideais da classe dirigente.

Dessa forma, a ausência de determinados sujeitos, movimentos e práticas no jornal não indicam sua ausência na realidade social nacional, ou mesmo da própria cidade. É indicativa sim, de que na luta por hegemonia, determinadas práticas, principalmente as constituidoras de memórias, são utilizadas enquanto instrumento.

Percebendo essa prática como um instrumento, foi possível ver outros fatos que os destaques do jornal camuflavam. Os trabalhadores, por exemplo, quase não ganhavam as páginas do jornal, a não ser em reportagens que destacavam a laboriosidade dos uberlandenses, ou seja, eles ganhavam espaço quando se tratava de dizer o quanto o povo desta cidade era trabalhador e qual o papel e lugar deste povo no crescimento de Uberlândia.

Porém, a classe subalterna precisa sentir-se atendida pelo jornal, pois se essas não se reconhecem na produção não há diálogo e o projeto editorial do periódico não alcança a hegemonia. Daí, as organizações representativas dos trabalhadores ganharem espaço no jornal, bem como a discussão sobre o desemprego e outras, que como vimos ganham o mesmo caráter classista que atende ao ideal da classe dirigente.

Esse diálogo é importante, uma vez que não há do outro lado, uma massa que “engole” passivamente tal produção. Há um público ativo que organiza e interpreta o que lê. O diálogo estabelecido pelo jornal com o todo social estabelece articulações, alianças e políticas que o fazem mais que mero discurso ideológico. É uma tentativa contante de garantir que, mesmo sem passividade, o público tenha um número de interpretações que não se incompatibilize com os interesses da classe dirigente.

Essa memória sobre seu povo escamoteava greves ocorridas na década de 1940 e 50, as organizações dos trabalhadores uberlandenses e até mesmo de suas organizações

classista-partidárias<sup>156</sup>. Uma vez que, acobertado pelo ideal de “ordem e progresso” o trabalho ganhava feições coletivas e gerais que tiravam o caráter classista do conceito de trabalhador com a mesma finalidade de conceitos que ganhavam conotações classistas, para esconder o conflito de classes e hegemonizar os projetos e ideais da classe dirigente como necessários a toda cidade.

Diante dessas questões, fez-se a problemática do próprio uso da memória na disputa por hegemonia, a preservação do jornal *Correio de Uberlândia*, visto a facilidade de encontrá-lo completamente arquivado, não apenas no Arquivo Público Municipal de Uberlândia, como na própria Câmara e Biblioteca Municipais.

Como este trabalho contou com grande parte da pesquisa realizada no Arquivo Público Municipal de Uberlândia, foi necessário problematizar algumas questões com relação ao seu acervo, como o porquê de o jornal *Correio de Uberlândia* ser preservado em tal entidade.

O Arquivo Público Municipal de Uberlândia foi criado em 1986 com o intuito de guardar e preservar documentações públicas produzidas pela Administração Municipal em um tipo de arquivo que se denomina de *Arquivo permanente*<sup>157</sup>. Nesse sentido, o arquivo de tal jornal, apesar de parecer impróprio dentro de um arquivo destinado às documentações públicas, mais do que importante fonte de informações para o estudo das memórias e histórias sobre a cidade, é representativo do interesse em que suas produções sejam recuperadas como o que foi a cidade. Tal prática articula-se com as demais documentações arquivadas, uma vez que são produzidas pela mesma classe.

Para além dos documentos produzidos pela Câmara Municipal, tais como *Atas e Projetos*, os jornais preservados nesta entidade são o *Correio de Uberlândia*, *A Tribuna* e *O Triângulo*, sendo que destes últimos há apenas alguns exemplares; em contrapartida o *Correio de Uberlândia* possui sua coleção completa. Assim, percebe-se que, como problematizado no Capítulo I, são jornais de propriedade da classe dirigente, que participa não apenas da administração pública municipal, como estadual e federal.

Tem-se, portanto, em tais fontes, um silêncio referente à classe trabalhadora, uma vez que essa não aparece como sujeito histórico da cidade. Além disso, como

---

<sup>156</sup> Para conhecer tais manifestações dos trabalhadores em Uberlândia, ver: RODRIGUES, Jane de Fátima Silva. *Trabalho, ordem e progresso: uma discussão sobre a trajetória da classe trabalhadora uberlandense – o setor de serviços – 1924-1964*. 1989. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

<sup>157</sup> É conhecido como Arquivo Permanente ou Histórico aquele que armazena documentos que, apesar de terem perdido seu valor administrativo não podem ser descartados devido o seu valor informativo, histórico, possuindo uma preservação permanente.

destaca Jane de Fátima Silva Rodrigues ao problematizar a construção social do lema “ordem e progresso” pelas “elites” na cidade de Uberlândia, bem como das manifestações e resistências do trabalhador com relação a essa disciplinaridade e da formação de partidos e entidades que os representassem, os dois jornais dos quais temos notícia de sua existência na cidade e que identificavam-se como porta-vozes das reivindicações da classe subalterna não possuem exemplares preservados e arquivados, a não ser o primeiro exemplar de cada um, quais sejam *O Povo*, de 1935, e *A voz do Povo*, de 1946<sup>158</sup>.

O que se encontra nessa documentação do Arquivo Público Municipal de Uberlândia é a “cidade” que se quer preservar. Inúmeros são os trabalhos, como os já citados aqui, que se utilizam de outras fontes para tratar da classe trabalhadora uberlandense, porém essa ausência de jornais representativos dessa classe há que ser problematizada, visto que é indicativa de qual memória se quer preservar sobre a cidade em seus arquivos.

Como a própria criação do Arquivo Público Municipal de Uberlândia deixa claro, ele estava destinado à preservação de documentações públicas produzidas pela Administração Municipal, como o *Correio de Uberlândia* é representativo da classe dirigente justifica-se seu arquivo, visto que a memória a ser preservada é a mesma das demais fontes arquivadas.

A pesquisa que desconsidera tais problematizações tem acesso a uma das muitas memórias que a cidade de Uberlândia produz, porém daquela que se diz autorizada, exatamente por estar preservada, e sua constante recuperação em trabalhos de forma pouco crítica legitima o ideal de cidade presente em tal documentação e apaga a disputa por hegemonia e resistências de outras memórias, outras “Uberlândias”.

Quando lidamos com fontes produzidas pela classe dirigente devemos atentar para o que encontramos, pois o fato de tratar apenas de determinados sujeitos e acontecimentos não significa que socialmente não ocorram outros fatos e a presença de demais sujeitos. Os documentos devem ser problematizados, analisando, inclusive, as questões por eles depreciadas ou ausentes, visto que, as políticas públicas que criam instituições para o arquivo e preservação de documentação são planejadas pela classe dirigente.

---

<sup>158</sup> Ambos no Acervo Jerônimo Arantes. Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia.

Ainda assim, nos cabe perceber, que parte da população não vivia como a classe dirigente e, muitas vezes, seu valor e sua cultura menosprezados por tais documentos e que isso é intencional.

A retórica do jornal proclama confiança e estabilidade que reflete o hábito de contornar as ameaças à sua hegemonia. Isso nos permite considerar que a classe dirigente controla atividades que são preservadas enquanto fonte, o que garante uma certa hegemonia cultural, muito mais do que hegemonia econômica ou física, pois as resistências quanto a exploração, a disciplinarização ao trabalho e a formas de viver dos trabalhadores não são preservadas. Permitindo, assim, que a visão de cidade da classe dirigente seja a predominante.

Falar em “cultural”, não significa imaterial, ao contrário, a imagem de cidade é construída a partir da realidade e tem esta como meta, logo, significa falar de uma imagem de sociedade, de autoridade e de papéis sociais a serem cumpridos para atender a determinados interesses. E estes, além de serem difundidos são preservados.

Tudo isso gera um senso comum, que aliado a outras práticas, pode levar as classes subalternas a lutar contra as humilhações e explorações diárias, sendo que a posição social e política parecem ser inevitáveis e naturais; o controle das atividades educacionais tem esse intuito.

Ao garantir essa hegemonia cultural, a forma de exploração do trabalho, os valores, modos de viver e modelos de sociedade parecem ser naturais do próprio processo de desenvolvimento humano. Dessa forma, a disputa é indireta, o que faz essa hegemonia ainda mais eficaz, camuflando a própria luta, pois garante um determinado controle para além das resistências e lutas.

Assim, certas práticas, como o jornal, dão visibilidade a determinadas funções da classe dirigente, ao mesmo tempo em que ocultam outras, o que, muitas vezes, afasta essa classe das suas responsabilidades e/ou de ser vista como culpada por algumas desigualdades.

Toda essa elaboração feita pelo jornal constrói uma memória do que foi e é a classe dirigente que constrói a cidade. E, ao tornar senso comum uma idéia de cidade e um modelo de sociedade, estes não necessitam ser reafirmados como os melhores diariamente, uma vez que são construídos constantemente como naturais, irreversíveis, ou seja, adjetivos muito mais fortes que uma simples melhor opção de vida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percorrendo o caminho de como a memória foi construída pelo jornal *Correio de Uberlândia*, durante a década de 1960, articulando projetos de cidade a posicionamentos políticos, como o apoio ao Regime Militar, pude problematizar como tal memória torna-se um importante instrumento na disputa por hegemonia da classe dirigente.

Foi possível com este trabalho entender a singularidade das relações e interesses que caracterizaram a memória produzida por esse jornal durante o período analisado e como essa memória foi controlada pela classe dirigente. Além de perceber que a repressão policial foi um fator importante para que o progresso e a ordem desejados pela classe dirigente uberlandense fossem interpretados como projetos de cidade e não de classe, porém, as atividades educacionais, como as realizadas com o jornal, foram fundamentais na tentativa de hegemonizar tais idéias.

Tal classe tentou se legitimar colocando seus interesses como interesses da cidade e tendo no jornal e na memória por ele produzida uma arma aparentemente neutra, uma vez que difunde uma imagem que lhes convém escamoteando as desigualdades sociais.

Essa classe dirigente que compõe e é representada pelo jornal constitui uma classe unida, onde não existem grandes conflitos entre o campo e a cidade, pois são os mesmos sujeitos que não necessitam cooptar políticos, pois o são exercendo o poder em benefício próprio. E têm na imprensa, além de um espaço forjador de memória que se constitui no mesmo momento que os embates, um meio a fim de colocar uma versão do presente que fique para o futuro. Portanto, a memória é atravessada pela luta de classes, e é nesta que se localiza a imprensa.

Por isso, houve a necessidade de problematizar a inserção e articulações do jornal *Correio de Uberlândia* no processo de hegemonia do capitalismo, para além do suposto papel informativo, pois a imprensa interpreta e organiza fatos devolvendo-os como memória e como pauta daquilo que deve ser discutido na sociedade.

A partir da análise do processo editorial desse jornal, avaliando os vários recursos de linguagem utilizados sobre temas específicos, foi possível perceber que a imprensa é uma fonte, mas também é uma linguagem constitutiva do social e que possui

historicidade. Essa linguagem não é mero instrumento de comunicação, mas uma atividade constituída e espaço de invenção do novo, da criatividade.

Pude notar que as generalizações, naturalizações de modos de viver e pensar a cidade, bem como a utilização de intelectuais mediadores nas discussões dos mais variados temas foram recursos utilizados a fim de dar a tal produção caráter de neutralidade, imparcialidade e universalidade a fim, não apenas de construir o que deveria ser Uberlândia, mas uma memória autorizada para o futuro que, ao ser recuperada trouxesse em si um ideal de sociedade.

Tal problematização foi importante, para além da desconstrução dessa memória e da compreensão de seus mecanismos, para lidar com esse tipo de conhecimento institucionalizado em sala de aula, a fim de elaborar novas interpretações com a participação do aluno na problematização dos interesses de produções como um jornal. Possibilitando também, a recuperação dos equívocos com relação às interpretações do passado para que as explicações para o presente dadas pela pesquisa no periódico sejam interpretadas criticamente como produto de sujeitos determinados e não como verdade única e incontestável.

Foi preciso saber como o processo de hegemonia se constitui e com quais instrumentos, para termos elementos para resistir criando uma contra-hegemonia eficaz, uma vez que são segundo os interesses locais que as produções como o jornal são articuladas com as questões nacionais a fim de legitimar seus objetivos.

Nesse sentido, percebe-se que a classe dirigente uberlandense tradicionalmente apóia tanto o governo do estado como o governo federal a fim de ver seus interesses atendidos e que durante o Regime Militar não foi diferente. O que faz dessa época ainda mais interessante é a presença de figuras uberlandenses com grande força nas administrações públicas estaduais e federais capazes de articular esse apoio à concessão de verbas necessárias para que o projeto de cidade da classe dirigente fosse implementado.

Tais verbas possibilitaram projetos que afetaram a cidade como um todo, porém isso não significa uma real melhora na qualidade de vida de toda a população uberlandense. Entretanto, exatamente por alavancar a cidade até certo ponto e por ter a seu favor atividades como os jornais, emissoras de rádio e TV, a classe dirigente consegue garantir um maior consenso e camuflar as resistências.

Durante o Regime Militar, não havia a participação democrática do povo nas escolhas e políticas públicas voltadas para a cidade, as atividades educacionais citadas

acima e controladas pela classe dirigente estrategicamente tentavam criar essa participação, por meio de relatos e reportagens que destacavam a responsabilidade do uberlandense e o papel do trabalhador ciente do momento vivido.

Quando nos voltamos hoje para a memória preservada da cidade, o que encontramos é uma cidade coesa, unida, sem grandes desigualdades e que tem o desenvolvimento e o progresso como meta apoiada por toda a população e em benefício da mesma. Sendo que hoje o jornal *Correio de Uberlândia* é o de maior circulação na cidade ajudado, inclusive, por sua distribuição gratuita em escolas, exatamente para a utilização em trabalhos de pesquisa, o que facilita a presença atual do posicionamento outrora construído.

Medidas consideradas autoritárias parecem inexistentes exatamente por não figurarem nessa memória. Apenas ao analisarmos criticamente a forma como determinados sujeitos, como os trabalhadores, figuram no periódico comparando-a com outras produções que problematizam tais sujeitos a partir de outras memórias é que compreendemos como o espaço e a maneira como esse é ocupado na imprensa já é uma forma autoritária de caracterizar a realidade.

O apoio ao Regime Militar se fez em favor dos interesses locais por verbas e por meios ideológicos e físicos que garantissem a ordem e o progresso desejado pela classe dirigente. Esse apoio articulado em atividades educacionais transformava medidas autoritárias em necessidade para o progresso, criando papéis e deveres para as classes, na tentativa de apagar a própria existência de classes.

Nesse sentido, hoje, ao ser recuperada, essa memória mostra um povo ordeiro, numa cidade onde a miséria não existe e, portanto, não há com que a população se revoltar. Traz também a idéia de que os jovens, em sua maioria, são e devem ser estudantes para que na preparação individual tenham a arma que supostamente os possibilita entrar no mercado de trabalho.

Essas e outras construções visam legitimar práticas autoritárias que, para a classe dirigente, contenham a violência e a mendicância causados, exatamente, pelo projeto de progresso que se tentou e se tenta implementar na cidade. Daí o interesse em transformar a memória produzida pelo jornal *Correio de Uberlândia* como autorizada e possibilitar o contato dos estudantes do nível Fundamental e Médio com o periódico gratuitamente, visto que essa memória ao ser recuperada legitima a permanência de práticas autoritárias ainda hoje, pois o que se tem é um modelo evolutivo coerente de cidade.

Compreendi, então, como o consenso com relação à ação militar nas ruas, a presença de funcionários do CISAU – Centro de Integração Social do Adolescente de Uberlândia – armados nas escolas públicas da periferia e de que medidas com igual ou maior violência contenham as situações violentas, pois tais medidas são colocadas como essenciais para que o todo social tenha a segurança garantida e também como ações das autoridades locais pela população.

Isso faz com que os meios pelos quais tais medidas tentam solucionar determinadas situações sejam escamoteadas, visto que, supostamente, “os fins justificam os meios”. Ou seja, contra a violência, nada mais justo que a violência. Assim, os componentes consensuais garantidos pelo controle das atividades de cunho educacional, como a imprensa, foram e são essenciais para garantir o equilíbrio entre os interesses das classes dirigente e trabalhadora

Entretanto, tem-se debatido não apenas na imprensa, mas em diversos meios da sociedade, as ações que utilizam a violência na tentativa de resolver problemas sociais, recuperando as memórias sobre o Regime Militar, ao invés de esquecê-lo como um pesadelo do passado. A polêmica do uso da violência e corrupção das polícias civil e militar aliada à recuperação de momentos de grande violência da história do país, tem sido constante no meio acadêmico e seu reflexo se dá na sociedade, principalmente, quando há lançamentos como o filme *Tropa de Elite* do diretor José Padilha:

*O BOPE (Batalhão de Operações Policiais Especiais) resolveu enfrentar o longa **Tropa de Elite**, antes mesmo da estréia do filme de José Padilha. Nesta segunda-feira, um grupo de 25 policiais militares, sendo 19 do BOPE, entrou com medida cautelar no Tribunal de Justiça do Rio contra a Zazen Produções, que fez o filme, e a Paramount Pictures, que vai distribuí-lo.*

*Liderados pelo ex-comandante do BOPE, Fernando Príncipe Martins e com oficiais como o capitão Uirá, o grupo pede que a exibição do filme seja suspensa, para que cenas que identifiquem pessoas e denigam a imagem da corporação sejam retiradas. Caso consigam a liminar, um pedido de indenização por danos morais vem logo em seguida. A primeira exibição do filme será dia 20, na abertura do Festival do Rio.*

*Anexado ao processo, para análise da juíza Flávia de Almeida Viveiros de Castro, uma cópia pirata em DVD do filme. “Trabalho como negociador, se a imagem do BOPE for a de matadores, assassinos, vai ser difícil trabalhar. Não queremos ver destruída a imagem da corporação”, acredita o capitão Uirá, 6 anos no Bope, que foi o negociador no seqüestro do ônibus 499, em que um rapaz manteve a ex-mulher como refém. O capitão jura que não assistiu a cópia pirata, mas elogia outro filme de Padilha, o documentário 174. “É uma produção boa”, diz.*

*Produtor do filme, ao lado de Padilha, Marcos Prado não está preocupado. “Todo mundo quer tirar uma casquinha e ter seus 15 minutos de fama. Nós temos advogado pra botar o filme de volta, caso alguém entre com alguma*

*ação”, garante ele, e complementa. “O filme é uma obra de ficção. Temos liberdade artística”.*

*O comandante atual do BOPE, coronel Pinheiro Neto, diz que a ação é de iniciativa individual dos militares e não reflete a posição oficial da corporação.*<sup>159</sup>

O que percebemos é que, apesar de os meios de comunicação discutirem sobre a questão das medidas tomadas por instituições responsáveis pela segurança, as inúmeras reportagens em jornais, revistas e jornais eletrônicos não questionam a atitude em si e sim, como na matéria acima, até que ponto o filme retrata ou não a realidade, se está ou não maculando a imagem do BOPE, se deve ou não ser proibido. Ou seja, não se discute o porquê de tal instituição ter sido retratada de tal forma no filme, o que se quer dizer com uma produção atual que traz como ponto principal a violência e a corrupção.

O que importa não é a existência de violência e corrupção ou não, mas sim o fato de tal imagem prejudicar a instituição, uma vez que a iguala aos matadores e assassinos que supostamente ela combate. E por que essa imagem incomoda tanto, se é um filme, como o produtor disse, de ficção? Permanece, a meu ver, uma certa descartabilidade de pessoas que cometem crimes, como matadores e assassinos, não importando o uso da violência ou mesmo suas mortes. O que prevalece é que um mal foi extirpado, mas mal para quem, julgado por quem?

*[...] A FOLHA mostrou ontem que Soares contou com detalhes em palestra a cerca de 130 policiais de todo o país, em Porto Alegre (RS), como Nascimento morreu após ele ter apertado seu pescoço, asfixiando-o*

*[...] “Embarquei junto com Sandro na viatura. Logicamente, eu vou ser sincero: entre ele e eu, vai ele, porque tenho muita vida pela frente, se Deus quiser. Então, de verdade, ele lutou muito conosco, dois camaradas, dois soldados estavam segurando as pernas dele, ele me mordeu, tentou se livrar do golpe e eu acabei apertando o pescoço dele, e aí ele desfaleceu. E eu não fiz questão de ressuscitá-lo muito não. Foi embora! A verdade é essa”, afirmou.*

*Em nota, o comandante do BOPE, tenente coronel Pinheiro Neto, comenta as afirmações do major, chefe de seção de Pessoal, correção disciplinar e processos administrativos da unidade.*

*“O oficial não foi feliz ao citar as circunstâncias da morte de Sandro Nascimento, seqüestrador do ônibus 174. Entretanto, Soares foi julgado e inocentado por júri popular no episódio [...]”*

*[...] A Anistia Internacional, entidade de Direitos Humanos, protestou contra as declarações de Soares, consideradas “levianas”. Seu representante para o Brasil, Tim Cahill, comentou ainda que é irônico que José Padilha, diretor do filme “174”, seja também o diretor de “Tropa de Elite” [...].*<sup>160</sup>

<sup>159</sup> VALE, Ana Lúcia. BOPE tenta impedir exibição de filme no Festival do Rio. Disponível em: <<http://cinema.terra.com.br/festivalorio2007>>. Acesso em: 11 set. 2007.

<sup>160</sup> GOMIDE, Raphael. Declaração de major “Não foi feliz”, diz Bope em nota. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 10 nov. 2007. Cotidiano, Especial, p. C1.

Prevalece, na matéria acima, uma memória construída de criminoso e de culpado, morto por aqueles que zelam pelo todo social, pela segurança, ou seja, por quem supostamente é autorizado a matar se necessário. A matéria também traz que o que importa, segundo o comandante do BOPE não é o que o major Ricardo Soares disse ter feito, mas sim o fato dele ter sido julgado e absolvido da morte de Sandro Nascimento, ou seja, o que ele fez não importa, ele foi inocentado e teve a infelicidade de comentar o fato.

Banaliza-se a violência, uma vez que o BOPE intervém em casos críticos de segurança, como se o risco de suas ações explicassem o fato de estas, na maioria das vezes, resultarem em morte. A necessidade de que a população aceite que a violência seja extirpada com violência é construída e naturalizada. Tais generalizações chegam até a população, muitas vezes, transmitindo a idéia de algo distante que não acontece no dia-a-dia.

Ao retomar, portanto, a década de 1960, período do Regime Militar, por meio do jornal *Correio de Uberlândia*, nota-se que algumas atividades de cunho educacional, ao serem controladas por determinadas classes para atingir seus interesses, não apenas camuflam medidas autoritárias e violentas, as constroem como necessárias e naturais, o que ao meu ver dá origem a uma violência ainda maior, a de tentar gerar um consenso de que essa é a única maneira de resolver certos problemas sociais, com medidas que desconsideram a maioria da população e fazem com que as classes subalternas vivam de forma precária e que aceitem isso como seu papel para que supostamente o país progrida e evolua.

Ao nos questionarmos sobre a organização de tais produções, o seu arquivo e utilização enquanto fontes, as ausências ficam ainda mais claras, as formas como certos sujeitos são retratados e o espaço destinados a eles ganham sentido. Constatase que o formato do jornal no seu conjunto, a forma como as notícias são construídas, suas localizações no periódico, a diagramação de suas colunas, bem como o conteúdo, formato e tamanho de seus títulos refletem relações, interesses e disputas.

Dessa forma, até conceitos considerados comuns foram e são utilizados a fim de produzirem determinadas relações de subordinação e/ou valor. Ou seja, não apenas as relações sociais emergem no jornal de acordo com determinados interesses, como a própria linguagem utilizada para compor essas relações.

A frequência e o crescimento de certos temas e sujeitos, no jornal também possibilitou a compreensão da disputa por hegemonia, uma vez que tal incidência não

significava, em comparação as demais fontes que tratam da cidade no mesmo período, uma real presença significativa na realidade social, assim como a ausência de determinados sujeitos nas matérias não indicava que no real esses não estivessem disputando espaço e hegemonia na cidade. É parte do esforço da imprensa elaborar novas realidades de acordo com suas intenções.

O autoritarismo, portanto, não está apenas no pesadelo de nosso passado ditatorial, ele está no dia-a-dia da disputa por hegemonia das classes dirigentes e é controlando os meios educacionais, ainda em suas mãos, que podemos construir uma contra-hegemonia eficaz, é trabalhando fontes como o jornal de forma crítica em sala de aula que podemos fazer esmorecer as verdades únicas, as memórias autorizadas, reconstruindo o que nós fomos, o que somos e o que podemos ser.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Helena Moreira. Memórias teóricas; uma comparação entre o Brasil e o Chile. In: \_\_\_\_\_. *Estado e oposição no Brasil 1964-1984*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

BARBOSA, Marta Emísia Jacinto. *Famintos do Ceará*; imprensa e fotografia entre o final do século XIX e início do século XX. 2004. Tese (Doutorado em História)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

BENEVIDES, Maria Vitória. *UDN*. Disponível em: <[http://www.cpdoc.br/nav\\_historia](http://www.cpdoc.br/nav_historia)>.

BERTOLUCCI JUNIOR, Luiz. *Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e a microrregião de Uberlândia*: trocas migratórias nos quinquênios 1975/80 e 1986/91. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/d51.pdf>> Acesso em: 03 jul. 2007.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo 1930-1964*. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

CAMPOS FILHO, Cândido Malta. *Cidades brasileiras: seu controle ou caos*. São Paulo: Nobel Editora, 1992.

CARDOSO, Irene. Uma crítica do presente. In: SARLO, Beatriz. *Paisagens Imaginárias*. 1. reimp. São Paulo: EDUSP, 2005.

COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (Org.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DAMASCENO, Fernando Sérgio. *Condições de vida e participação política de trabalhadores em Uberlândia nos anos de 1950/1960*. 2003. Dissertação (Mestrado em História)- Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

DARNTON, Robert. *Edição e sedição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DREIFUSS, René Armand. *1964. A conquista do Estado*; ação política, poder e golpe de classe. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

FENELON, Déa Ribeiro et al (Org.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho D'Água, 2004.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. *Revista pesquisa & debate do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política – Departamento de Economia da PUC-SP*, São Paulo, v. 15, n. 2 (26), p. 225-256, 2004.

FONTANA, Josep. Repensar a história para reprojeter o futuro. In: \_\_\_\_\_. *História: análise do passado e projeto social*. São Paulo: EUDSC, 1998.

FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

GABEIRA, Fernando. *O que é isso companheiro?* 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

\_\_\_\_\_. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 1.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 3.

GODELIER, Maurice. Trabalho. In: ROMANO, R. (Org.). *ENCICLOPÉDIA Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1986.

GORENDER, Jacob. *A burguesia nacional*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HOBBSBAWN, Eric. *Sobre a História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de; GONÇALVES, Marcos A. *Cultura e participação nos anos 60*. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

IANNI, Otávio. *O colapso do populismo no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da História Social. *Revista Projeto História*. São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em História, PUC-SP-EDUC, n. 22, 2002.

KONDER, Leandro. A rebeldia, os intelectuais e a juventude. *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, v. 15, p. 135-45, set. 1967.

LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LENZA, Pedro. *Direito constitucional esquematizado*. 11. ed. São Paulo: Método, 2007.

LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante. *Caminhos e trilhas: transformações e apropriações da cidade de Uberlândia (1950-1980)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História)- Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

MACHADO, Ana Maria. *Tropical sol da liberdade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa. 1880-1920. In: FENELON, Déa Ribeiro et al (Org.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho D'Água, 2004.

MARTINS FILHO, João Roberto. *A rebelião estudantil: México – França – Brasil*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1996.

MATTOS, Marcelo Badaró. *História: pensar & fazer*. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998.

MENDONÇA, Sônia Regina de; FONTES, Virgínia Maria. *História do Brasil recente: 1964-1992*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1996.

NAPOLITANO, Marcos. A arte engajada e seus públicos (1955/1968). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, n. 28, p. 103-124, 2001.

NORA, Pierre. Entre memória e história; a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*. São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em História, PUC-SP-EDUC, n 10, dez. 1993.

OLIVEIRA, Selmane Felipe de. *Crescimento urbano e ideologia burguesa: estudo do desenvolvimento capitalista em cidades de médio porte – Uberlândia: 1950/1985*. 1992. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1992.

\_\_\_\_\_. *Minas Gerais na ditadura militar; lideranças e práticas políticas (1971-1983)*. Uberlândia: Rápida Editora, 2002.

PACHECO, Fábio Piva. *Mídia e poder: representações simbólicas do autoritarismo na política. Uberlândia – 1960/1990*. 2001. Dissertação (Mestrado em História)- Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

POENER, A J. *O poder jovem*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PORTELLI, Alessandro. O momento da minha vida: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa Ribeiro et al (Org.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho D'água, 2004.

\_\_\_\_\_. Tentando aprender um pouquinho. *Revista Projeto História*. São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em História, PUC-SP-EDUC, n. 15, abr. 1997.

\_\_\_\_\_. O Massacre de Civitella Val di Chiana [Toscana, 29/junho/1944]: mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Maria de M.; AMADO, J. (Org.). *Usos e abusos da História Oral*. 2. ed. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

\_\_\_\_\_. A filosofia e os fatos. *Tempo*, Rio de Janeiro, v.1, n. 2, 1996.

RAMOS, Geovanna de Lourdes Alves. *Trilhos e trilhas: vivências, cotidiano e intervenções na cidade – Uberlândia/MG – 1970-2006*. 2007. Dissertação (Mestrado em História)- Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

REIS FILHO, Daniel A. *As organizações comunistas e a luta de classe: 1961/1968..* Tese (Doutorado)- Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo.

RIDENTI, Marcelo. A grande família comunista nos movimentos culturais dos anos 60. In: \_\_\_\_\_. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

\_\_\_\_\_. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

SADER, Emir. *O anjo torto; esquerda (e direita) no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SAMUEL, Raphael. Teatros de memória. *Revista Projeto História*. São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em História, PUC-SP-EDUC, n. 14, fev.1997.

SANTOS, Maria Cecília L. dos (Org.). *Maria Antônia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1998.

SANTOS, Regma Maria dos. *Os meios de comunicação na memória e no discurso político em Uberlândia (1958-1963)*. 1993. Dissertação (Mestrado em História)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1993.

\_\_\_\_\_. *Memórias de um plumitivo*. São Paulo: Editora Aspectus, 2005.

SARLO, Beatriz. *Tempo Presente; notas sobre a mudança de uma cultura*. Buenos Aires: José Olímpio Editora, 2001.

SILVA, Dalva Maria de Oliveira. Algumas experiências no diálogo com memórias. In: FENELON, Déa Ribeiro et al (Org.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho D'água, 2004.

SILVA, Alberto Moby Ribeiro da. *Sinal fechado: a música popular brasileira sob censura (1937-45/1969-78)*. Rio de Janeiro: Obra Aberta, 1994.

SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1967.

SIMONINI, Giselda Costa da Silva. *Telefonia: Relações Empresa e Cidade (1954-1980)*. 1994. Dissertação (Mestrado em História)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994.

SINGER, Paul. A economia brasileira depois de 1964. *Debate e Crítica*, São Paulo, Hucitec, n. 4, 1974.

SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários*. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa. Edson Garcia Nunes e a TV Triângulo em Uberlândia; anotações sobre e a história de uma emissora de televisão no interior do Brasil *UNIrevista*. v. 1, n. 3, jun. 2006. Disponível em: <[http://www.unirevista.unisinos.br/\\_pdf/UNIrev\\_Rocha.PDF](http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNIrev_Rocha.PDF)>

TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 18. reimp. São Paulo: Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

THOMPSON, E P. Antropologia e História Social. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

\_\_\_\_\_. O termo ausente. In: \_\_\_\_\_. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

\_\_\_\_\_. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

\_\_\_\_\_. *Formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 1.

\_\_\_\_\_. Algumas observações sobre a classe e a “falsa consciência”. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. 2. reimp. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

VENTURA, Zuenir. 1968. *O ano que não terminou*. 39. imp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

\_\_\_\_\_. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ZICMAN, Reneé Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. *Revista Projeto História*, São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História e Departamento de História, PUC-SP, n. 4, jun. 1985.

## FONTES UTILIZADAS

- *Jornal Correio de Uberlândia*. Pesquisa realizada em todos os números de 1960 a 1970. Arquivados no Arquivo Público de Uberlândia.
- Atas da Câmara Municipal de Uberlândia. Pesquisa realizada em todos os volumes de 1960 a 1970. Arquivados no Arquivo Público de Uberlândia.
- Plano de Urbanização da cidade de Uberlândia feito por Otávio Roscoe em Belo Horizonte no ano de 1954. Arquivado no Arquivo Público de Uberlândia.
- UBERLÂNDIA MG – MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO. Coleção Monografias. Minas gerais: Fundação IBGE; Instituto Brasileiro de Estatística. 06 nov. 1960.

TABELA I

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA NA CIDADE DE UBERLÂNDIA EM 1960

| Setores da economia | Habitantes |
|---------------------|------------|
| Setor Primário      | 6.531      |
| Setor Secundário    | 5.224      |
| Setor Terciário (*) | 17.342     |
| Total               | 29.103     |

Fonte: Censo Demográfico de 1960.

(\*) Concentra atividades como comércio, prestação de serviços, transporte, comunicações, serviços pessoais, ensino, saúde e outros.

TABELA II  
POPULAÇÃO

|           | Anos        |             |             |             |             |             |             | Variação Percentual |       |        |        |          |          |         |
|-----------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|---------------------|-------|--------|--------|----------|----------|---------|
|           | 1900<br>(A) | 1920<br>(B) | 1925<br>(C) | 1935<br>(D) | 1940<br>(E) | 1950<br>(F) | 1960<br>(G) | B/A                 | C/B   | D/C    | E/D    | F/E      | G/F      | A/G     |
| Município | 11.856      | 22.956      | 23.684      | 37.500      | 42.179      | 54.984      | 88.282      | 93,60%              | 3,17% | 58,30% | 12,47% | 30,30%   | 60,60%   | 644,60% |
| Urbano    | (*)         | ...         | ...         | ...         | 22.123      | 35.799      | 71.717      | ...                 | ...   | ...    | ...    | 61,80%   | 100,30%  | ...     |
| Rural     | ...         | ...         | ...         | ...         | 20.056      | 19.185      | 16.565      | ...                 | ...   | ...    | ...    | (- 4,5%) | (-15,8%) | ...     |

Fontes:

Sinopse do recenseamento 1900. Tipografia de Estatísticas. Rio de Janeiro, 1905.  
Censos Demográficos de Minas Gerais dos anos de 1940, 1950 e 1960.

(\*) Não há dados.

TABELA III

ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS EM UBERLÂNDIA NA DÉCADA DE 1960

|                        | Comércio | Indústria |
|------------------------|----------|-----------|
| Nº de Estabelecimentos | 842      | 191       |
| Pessoal Ocupado        | 2.981    | 1577      |

Fonte:  
SINOPSE do Diagnóstico Sócio-Econômico do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, 1940 - 1980. Departamento de Economia, Núcleo de Pesquisa e Análise de Conjuntura, UFU - 1985.  
Censo Comercial de 1960.  
Censo Industrial de 1960.

## ANEXO D

## PLANO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE UBERLÂNDIA – 1954

## ANEXO E

UBERLÂNDIA MG – MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO.  
Coleção Monografias. Minas gerais: Fundação IBGE; Instituto Brasileiro de Estatística.  
06 nov. 1960.